



Compreensão dos instrumentos financeiros ao dispor do sector da Água

Relatório preparado por:



F9 Consulting - Consultores Financeiros, SA

Dezembro de 2013

Promotor:

Em colaboração com:



LISTA DE ACRÓNIMOS

(Países) ACP – (Países de) África, Caraíbas e Pacífico

ADF – African Development Fund

AFD – Agence Française de Développement

AfDB – African Development Bank

CAF – Corporación Andina de Fomento

BEI – Banco Europeu de Investimento

BOT – Build, Operate, Transfer

Danida – Danish International Development Agency

DBO – Design, Build, Operate

DBSA – Development Bank of Southern Africa

EBRD – European Bank of Reconstruction and Development

EDF – European Development Fund

EIF – European Investment Fund

EWBJF – European Western Balkans Joint Fund

FECASALC – Fondo Español de Cooperación para Agua y Saneamiento en la America Latina y el Caribe

GIZ – Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit

IaDB – Inter-american Development Bank

IBRD – International Bank of Reconstruction and Development

ICD – Islamic Cooperation for the Development of the private sector

ICIEC – Islamic Cooperation for the Insurance of Investments and Export Credit

IFC – International Finance Corporation

IFI – Instituição Financeira Internacional

IIC – Inter-american Investment Corporation

IPO – Initial Public Offer

IRTI – Islamic International Research and Training Institute

IsDB – Islamic Development Bank

ITFC – Islamic International Trade Finance Corporation

JEREMIE – Joint European Resources for Micro to Medium Enterprises

KfW - Kreditanstalt für Wiederaufbau

MDRI – Multilateral Debt Relief Initiative

MIF – Multilateral Investment Fund

MoU – Memorandum of Understanding

NTF – Nigeria Trust Fund

Norad – Norwegian Association for Development Coordination

ONG – Organização Não Governamental

PRAM – Programa de Apoyo a Gobiernos Municipales en Brasil

PMD - Países Menos Desenvolvidos

PP – Parceria Pública (contratualizada com o Estado Central)

PPM – Parceria Pública Municipal

PPP – Parceria Público-privada

SADC – Southern African Development Community

SIDA – Swedish International Development Agency

SDR – Special Drawing Rights

TF – Trust Fund

UE – União Europeia

UIF – United Investment Fund

UNDB – United Nations Database

USD – United States Dollars

WBIF – Western Balkans Investment Framework

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO	6
II. A INTERVENÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS NOS 8 MERCADOS-ALVO	7
1. Identificação e caracterização das Instituições Financeiras Internacionais que actuam nos 8 mercados-alvo	7
1.1. Instituições financeiras multilaterais	7
a) Grupo Banco Mundial	7
b) AfDB – Banco Africano de Desenvolvimento	23
c) IADB – Banco Inter-Americano de Desenvolvimento	31
d) EBRD – Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento	36
e) BEI – Banco Europeu do Investimento	42
f) IsDB – Banco Islâmico para o Desenvolvimento	48
g) CAF – Corporação Andina de Fomento	50
1.2. Agências de Cooperação Nacionais	54
a) Desenvolvimento e Cooperação – EuropeAid	54
b) AFD – Agence Française pour le Développement	56
c) MCC – Millennium Challenge Corporation	58
d) OPIC – Overseas Private Investment Corporation	59
e) GIZ – Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit e KfW – Kreditanstalt für Wiederaufbau	60
f) DBSA – Banco de Desenvolvimento da África Meridional	62
g) SIDA – Swedish International Development Cooperation Agency	64
h) DANIDA – Danish International Development Agency	65
i) NORAD – Norwegian Agency for Development and Cooperation	66
2. Caracterização da actividade recente das IFI seleccionadas	68
a) Montantes disponíveis para financiamento nos mercados-alvo	68
b) Lista de projectos recentemente financiados e em curso	70
III. MODELOS DE FINANCIAMENTO DO SECTOR. MECANISMOS DE FINANCIAMENTO DISPONIBILIZADOS PELAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS.	77
1. Identificação e caracterização dos modelos de financiamento utilizados pelas IFI seleccionadas	77
a) Financiamento governamental	78
i) Doações bilaterais	78
ii) Trust Funds	79
iii) Empréstimos concessionais e outros instrumentos de crédito	81
b) Financiamento não governamental	84
i) Dívida Subordinada	84
ii) Participações directas de capital	86
iii) Títulos convertíveis. Instrumentos híbridos.	87
iv) Parcerias público – privadas	89
v) Financiamento privado. Operações de mercado.	91

2. Identificação dos mecanismos de financiamento disponíveis junto das IFI seleccionadas	94
a) Banco Mundial	94
b) Banco Africano de Desenvolvimento	98
c) Banco Inter-americano de Desenvolvimento	100
d) Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento	101
e) Banco Europeu de Investimento	104
f) Corporação Andina de Fomento	106
3. Case Studies	107
 IV. RECOMENDAÇÕES PRÁTICAS QUANTO A ESTRATÉGIAS DE ACESSO A PROJECTOS FINANCIADOS PELAS IFI SELECIONADAS – EMPREITADAS, FORNECIMENTO DE BENS, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	124
1. Aspectos gerais	124
2. Considerações específicas de <i>Procurement</i> relativas aos principais financiadores	125
2.1. Princípios convergentes	125
2.2. Características específicas por instituição	128
a) Banco Mundial	128
b) Banco Africano de Desenvolvimento	129
c) Banco Interamericano de Desenvolvimento	130
d) Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento	131
e) Banco Europeu de Investimento	133
f) Banco Islâmico de Desenvolvimento	134
 ANEXOS	135
I - Lista dos países (exclusivamente) beneficiários do IBRD classificados como de “baixo” ou “médio rendimento”	135
II - Lista dos países beneficiários da IDA	136
III - Lista dos países beneficiários do IBRD e da IDA	137
IV - Lista dos países beneficiários do IBRD classificados como de “alto rendimento”	137
V - Lista dos países beneficiários do ADF	137
VI - Lista dos países beneficiários do AfDB	138
VII - Lista dos países beneficiários do IaDB	138
IX - Lista dos países beneficiários do IsDB	139
X - Lista dos países beneficiários da CAF	140

I. INTRODUÇÃO

No âmbito do Projecto Água Global, e no quadro de um conjunto de actividades promovidas pela AEP, em colaboração com a PPA, o programa Compete, o QREN e a União Europeia, foi considerado necessário desenvolver o documento “Compreensão dos instrumentos financeiros ao dispor do sector da Água”.

Este documento foi realizado pela F9 Consulting – Consultores Financeiros, S.A. e tem como objectivo dotar as empresas associadas da AEP e da PPA com informação útil, clara e concisa sobre os instrumentos financeiros aos dispor do sector da água nos mercados do Projecto Água Global. Neste âmbito, têm destaque os projectos de desenvolvimento financiados pelas Instituições Financeiras Internacionais.

A estrutura do documento prevê uma caracterização inicial das Instituições Financeiras Internacionais e da sua actividade recente, a que se segue a caracterização detalhada dos modelos de financiamento aplicáveis aos mercados estudados. Nesta segunda parte, é abordada com maior detalhe a oferta de mecanismos de financiamento das Instituições Financeiras Internacionais, que se inserem no conjunto de modelo teóricos apresentados. Inclui-se ainda neste capítulo a apresentação de alguns *case studies*.

Por fim, é realizado um terceiro propósito do documento pela apresentação de um conjunto de recomendações práticas para o acesso a projectos financiados pelas IFI. Releva-se um conjunto de regras e práticas de *procurement* com profundas implicações nas oportunidades de negócio geradas nos mercados-alvo.

As condições financeiras aplicadas nos mercados-alvo são amplamente discutidas ao longo do texto, ao que se acrescenta o tratamento amplo do tema da condicionalidade. Por condicionalidade entende-se a dependência da autorização e do desembolso de financiamentos da aplicação de um conjunto de regras e da prossecução de um conjunto de medidas.

Neste sentido, é essencialmente dirigida às entidades soberanas e sub-soberanas que tutelam as infra-estruturas financiadas, ainda que existam regras aplicáveis às entidades promotoras dos projectos. O seu alcance pode ser alargado, em matérias respeitantes a políticas económicas.

O relatório promove, em suma, uma compreensão alargada das oportunidades de financiamento do sector e dos contextos que regem a sua aplicação em diferentes mercados e projectos.

II. A INTERVENÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS NOS 8 MERCADOS-ALVO

Neste capítulo procurar-se-á definir o enquadramento da intervenção das diferentes instituições financeiras internacionais. Para tal, caracterizam-se as principais IFI's multilaterais, assim como um conjunto alargado de agências de cooperação com alguma intervenção nos mercados-alvo. Após a caracterização, sintetiza-se a actividade recente das IFI's nos mercados do Projecto Água Global, através de uma lista de projectos, de que se apresentam alguns dados relevantes.

1. Identificação e caracterização das Instituições Financeiras Internacionais que actuam nos 8 mercados-alvo

Este subcapítulo encontra-se dividido em duas partes, a primeira respeitante às instituições multilaterais e a segunda, onde se apresentam agências de cooperação, de carácter nacional com excepção da Europeaid. De cada IFI, além de uma caracterização geral, relevam-se aspectos do seu funcionamento interno, bem como a existência de agências e *trust funds* próprios e os contactos mais relevantes para diferentes efeitos. Enumera-se o conjunto de instituições que se destacam pela sua intervenção relevante nesses mercados:

Instituições financeiras multilaterais:

- Banco Mundial
- Banco Europeu de Investimento
- Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento
- União Europeia (incluindo EuropeAid)
- Banco Africano de Desenvolvimento
- Banco Islâmico para o Desenvolvimento
- Banco Interamericano de Desenvolvimento
- Corporação Andina de Fomento

Agências de cooperação:

- Agence Française pour le Développement
- Millennium Challenge Corporation
- Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit
- Banco de Desenvolvimento da África Meridional
- Swedish International Development Cooperation Agency
- Danish International Development Agency
- Norwegian Agency for Development and Cooperation

1.1. Instituições financeiras multilaterais

a) Grupo Banco Mundial

O Grupo Banco Mundial (GBM), fundado em 1944 pelos acordos de Bretton Woods, é um grupo de Instituições Financeiras (IFI) cujo principal objectivo consiste em fomentar o crescimento económico e a cooperação à escala global contribuindo assim para a promoção do processo de desenvolvimento económico dos países em desenvolvimento membros dessas instituições.

O Grupo Banco Mundial, sediado em Washington, é constituído por 5 instituições distintas:

- Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (IBRD no acrónimo inglês e mais usado);
- Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA);
- Sociedade Financeira Internacional (IFC);
- Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA);
- Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (ICSID).

A adesão de cada país a cada uma das agências do grupo é independente, sendo que a maioria dos membros pertence a todas elas (num máximo de 188). A pertença ao IBRD é, no entanto, condição necessária à pertença a todas as restantes agências. Por sua vez, a adesão de um Estado ao IBRD requer que este seja membro de uma organização exterior ao grupo, o Fundo Monetário Internacional.

Estas 5 instituições, embora especializadas nos diversos aspectos do processo de desenvolvimento, actuam em colaboração e têm como objectivo comum a redução da pobreza. O termo Banco Mundial (BM) quando usado correntemente refere-se somente ao IBRD e à IDA, enquanto o termo Grupo Banco Mundial (GBM) se refere às cinco instituições.

O BM tem como objectivo institucional reduzir a pobreza e melhorar as condições de vida nos países em vias de desenvolvimento (PvD) e actua através de financiamentos (empréstimos e doações) e assistência técnica. Os seus clientes são os governos dos países beneficiários da ajuda.

O IBRD presta assistência aos países de rendimento médio e aos PvD com bom risco de crédito, enquanto a IDA se concentra exclusivamente nos países de mais baixo rendimento e mais pobres que, de outro modo, não teriam acesso aos mercados financeiros internacionais. As duas instituições partilham a mesma estrutura hierárquica e pessoal, diferenciando-se no entanto pelo tipo de financiamentos e pela fonte de financiamento dos seus fundos.

O IBRD, fundado em 1945, inicialmente para ajudar a reconstruir a Europa, fornece aos países beneficiários dos seus empréstimos acesso a capital em condições mais favoráveis em relação aos mercados financeiros internacionais, com maiores prazos de maturidade, tendo como objectivo a sustentabilidade financeira dos países. Uma parte significativa dos fundos do IBRD é originada nos mercados financeiros internacionais.

Por sua vez, a IDA, fundada em 1960, concede empréstimos a taxas de juros bonificadas (actualmente fixadas a zero), com um período de carência de capital de 10 anos e uma maturidade que varia entre os 35 e os 40 anos a países que não têm acesso aos mercados financeiros. A IDA, ao contrário do IBRD, é um fundo reconstituído de 3 em 3 anos e é financiada por contribuições dos governos dos países mais ricos.

As três instituições restantes ocupam-se do desenvolvimento do sector privado.

O IFC tem como clientes e parceiros das suas operações empresas do sector privado e não os governos, como é o caso do BM. O IFC adquire participações no capital social de empresas dos PvD, concede empréstimos a longo prazo e oferece produtos de gestão de risco e assistência técnica. Tem como objectivo institucional dar acesso ao crédito a regiões e países excluídos do mercado de capital privado e financia programas em países considerados de risco elevado para investidores do sector privado. Finalmente, o IFC presta assistência técnica nas áreas de *corporate governance*, ambiente e impacto social a todos os projectos ligados às suas operações.

A MIGA estimula a actividade de investimento nos PvD por meio de garantias contra riscos não comerciais e presta assistência técnica no campo da política da atracção de investimentos estrangeiro para esses países.

O ICSID foi criado com o objectivo de abolir as barreiras aos fluxos de investimentos privados internacionais interpostos por riscos não comerciais, assim como pela ausência de métodos internacionais especializados

para a arbitragem de disputas sobre investimentos. Através da sua acção e intervenção, o ICSID espera contribuir para criar confiança recíproca entre governos e investidores estrangeiros.

Do ponto de vista da governação interna, o grupo está estruturado em torno dos Conselhos de Governadores e dos Conselhos de Administração de cada agência.

O primeiro destes órgãos é constituído pelos Governadores nacionais que são membros das administrações dos Estados-membros, conferindo assim um carácter intergovernamental a este órgão. Tipicamente, são os Ministros das Finanças ou os Governadores dos Bancos Centrais que aí representam os Estados, tanto no IBRD como nas mais agências de que sejam membros.

O Conselho de Administração de cada instituição, o órgão executivo, é eleito pelo Conselho de Governadores para um mandato de 5 anos, sendo constituído por 25 administradores e obedecendo a sua formação às seguintes regras:

- Os administradores do IBRD são, por inerência, administradores da IDA e do IBRD;
- 5 destes são designados pelos 5 maiores accionistas, no caso da IFC, IDA e do IBRD;
- 6 destes são eleitos conjuntamente pelos 6 maiores accionistas, no caso da MIGA;
- Os restantes são designados pela votação do conjunto dos accionistas.

Os direitos de voto são distribuídos pelos estados-membros em função do número de acções detidas na agência em causa, numa proporção aproximada. Os direitos de voto dos administradores neste Conselho são distribuídos de acordo com os votos recebidos na eleição, o que favorece, de uma forma geral, os administradores apontados pelos maiores accionistas.

Na prática, as agências tendem a ter os mesmos administradores executivos, que exercem, globalmente, a administração do Grupo.

Portugal tem actualmente um administrador suplente das agências do grupo, Nuno Mota Pinto, eleito com os votos de Albânia, Grécia, Itália, Malta, Portugal e Timor-Leste.

Relativamente à constituição do Conselho Governativo do Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos, verifica-se habitualmente a nomeação de representantes dos Estados-membros e do Presidente do Banco Mundial para o cargo de Presidente.

O modelo de negócios do banco é suportado pela dualidade entre a autonomia financeira da actividade do IBRD, que é tendencialmente lucrativa e a subsidação da actividade da IDA. Esta agência serve os 82 países-membros com menor rendimento per capita através de empréstimos concessionais (ver capítulo II), com maturidades de 25 a 40 anos, isenção total ou parcial de custos financeiros e longos períodos de carência. Os desembolsos anuais desta agência são da ordem dos 15 mil milhões de dólares. No entanto, a delimitação da exposição financeira desta índole permite sustentar o rating de AAA do grupo.

Sem prejuízo das diferenças entre agências, as condições oferecidas nos países com menor atraso de desenvolvimento são geralmente muito competitivas, em virtude da capacidade de monitorização do grupo e da condicionalidade das operações.

Deste modo, quer a principal instituição do grupo (o IBRD) quer as demais agências têm capacidade de se financiar no mercado, alavancando decisivamente as contribuições de capital dos Estados-membros. Deve ainda acrescer-se a este fenómeno o efeito da captação de outros financiamentos para os beneficiários, seja no quadro de *Trust Funds* ou por efeito da formação de sindicatos de financiamento em que alguma das instituições do BM assumam competências de monitorização.

O grupo tem um quadro total de 900 colaboradores, de 178 nacionalidades diferentes. Cerca de um terço desses colaboradores está distribuído pelos 124 escritórios nacionais da instituição, o que lhe permite gerir certas funções de forma descentralizada.

O Banco Mundial é um actor de grande relevância no sector da água, assumindo por isso uma posição de destaque neste documento que se enquadra no Projecto Água Global.

É a instituição com maior historial de concessão de empréstimos concessionais em Moçambique e tem igualmente um papel preponderante nos restantes mercados abrangidos pelo projecto, em particular no Brasil e no Norte de África. É muito relevante a experiência acumulada na monitorização de investimentos nestes países. Frequentemente, o financiamento desses projectos é sindicado, beneficiando os demais investidores da intervenção do Banco Mundial.

Assim, importa analisar com detalhe as principais características deste grupo, que compreende cinco agências, consignadas a diferentes tipos de intervenção no financiamento ao desenvolvimento.

Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (IBRD)

Caracterização

Como já foi referido anteriormente, o IBRD presta assistência aos países de rendimento médio e aos PvD com bom risco de crédito.

Dos 188 Estados-membros do IBRD, apenas 80 são beneficiários do IBRD, sendo que 18 são simultaneamente elegíveis para financiamentos da IDA. Entre os 62 países exclusivamente beneficiários do IBRD, encontram-se 4 dos 8 países-alvo do Projecto Água Global: Brasil, Marrocos, Argélia e Sérvia.

Verifica-se que dos países-alvo do Projecto Água Global, apenas o Brasil se encontra no *Top 10 do ranking* dos países com maior exposição operacional do Banco (financiamentos ao desenvolvimento). De referir que a Polónia está presente neste *ranking* apesar de já não ser actualmente beneficiária do Banco para novos projectos.

Maiores exposições operacionais	
Países	%
China	9,8
Turquia	9,8
México	9,2
Índia	8,6
Brasil	7,9
Indonésia	6,8
Colômbia	5,6
Polónia	4,2
Argentina	4,1
Roménia	2,5

Assim como na sua estrutura accionista, a diversidade geográfica é visível na actividade do Banco. Esta dispersão tem contribuído para que as suas operações se mantenham, no seu conjunto, salvaguardadas das conjunturas económicas regionais, como tem sucedido com a actual crise económica europeia.

O IBRD é um banco de desenvolvimento integrado no grupo do Banco Mundial, tendo como principal objectivo o financiamento de entidades soberanas de países de médio ou elevado rendimento, que disponham de adequadas condições de solvabilidade.

É a principal organização do grupo e aquela que em última instância responde pelo financiamento das suas operações. Tem ampla capacidade de financiamento junto dos mercados internacionais, além de beneficiar das contribuições dos Estados-membros do Grupo.

Funcionamento

O financiamento do IBRD tem sido realizado maioritariamente com recurso a dívida financeira, através da venda de títulos nos mercados internacionais de capital e também com recurso a capital próprio.

Historicamente, o Banco tem beneficiado do apoio das participações de capital dos países mais desenvolvidos, que se contam entre os Estados-membros da organização e são os seus principais accionistas.

O seu estatuto de credor prioritário verificado nas últimas décadas, associado a empréstimos concessionais com garantias soberanas, tem-lhe permitido gerir de forma eficaz o risco político de alguns dos mercados onde opera. Com efeito, os empréstimos em incumprimento nunca implicaram *default* persistente no seu reembolso, nem mesmo por efeito de moratórias de pagamento de dívida externa.

Alia-se a este estatuto a condicionalidade (ver subcapítulo III.1) imposta aos financiamentos concedidos, segundo princípios semelhantes aos que são utilizados nos financiamentos do Fundo Monetário Internacional. Este mecanismo é possibilitado por uma capacidade de monitorização efectiva dos projectos financiados e das demais condições acordadas.

Este modelo de funcionamento cauteloso, com resultados já comprovados, bem como o envolvimento dos Estados-membros, garantem uma elevada credibilidade ao Banco que se traduz numa notação de *rating* AAA. Este reconhecimento tem facilitado o seu financiamento junto dos mercados de capitais com reduzidos custos de financiamento o que se reflecte consequentemente no custo dos financiamentos concedidos.

O Balanço do Banco relativo ao ano 2011, que é apresentado em seguida, evidencia o peso da dívida financeira no financiamento dos activos do IBRD.

Balanço IBRD – 2011			
Activo	313,9	Passivo	274,2
Empréstimos desembolsados	130,5	Dívida financeira	135,2
% do valor contratado	66,30%	Derivados	130,4
Instrumentos financeiros	179,8	Outros Passivos	8,6
Derivados	144,7	Capital Próprio	39,7
Investimentos	32,6	Capital Social Realizado	11,7
Liquidez e outros activos	3,6	Reservas e outras prestações	28
Total	313,9	Total	313,9

Unidade: mil milhões de USD

Fonte: Relatório e Contas Grupo Banco Mundial

O capital subscrito do Banco ascende a cerca de 194 mil milhões de dólares¹, dos quais cerca de USD 11,7 mil milhões² constituem o capital realizado. Foi recentemente aprovada a subscrição de um aumento de capital de 86,2 mil milhões de dólares³, com a realização de 5,1 mil milhões⁴. Esta alteração na estrutura accionista permite um aumento do poder de voto dos países em desenvolvimento e transição em 3,13%, para 47,19%.

O Banco reconhece a necessidade de aumentar a sua exposição a activos de longo prazo. As limitações sentidas na indexação da maioria dos activos operacionais a taxas de juro de longo prazo e a perfis de reembolso de maior duração (excluindo as actividades da IDA) têm propiciado o reforço de uma carteira de *swaps* de reestruturação de dívida.

O Banco tem, desde 2009, um novo plano de investimentos de portefólio designado como “*Long Term Income Portfolio*”, que prevê o investimento de 3 mil milhões de dólares⁵ em mercados de países desenvolvidos.

De acordo com as práticas internas, os activos líquidos do Banco devem igualar os mais elevados seis meses consecutivos de serviço de dívida, acrescidos de metade dos desembolsos previstos para os empréstimos operacionais. O valor de capital, reservas e excedentes está restringido a um valor mínimo correspondente ao total de empréstimos e garantias.

O valor total dos empréstimos concedidos tem tido um crescimento acelerado (1,3%, 6,7% e 13,6%, anualmente, de 2008 a 2010), de modo a contrariar os efeitos desfavoráveis da crise internacional sobre o desenvolvimento. Representavam, em 2011, 41,6% de um total de 313,9 mil milhões⁶ de dólares de activos do banco.

A crise financeira dos últimos anos não teve reflexos no incumprimento dos empréstimos concedidos pelo Banco. Com efeito, os únicos saldos pendentes em incumprimento tiveram uma origem anterior. Resultam de empréstimos ao Zimbabué, no valor de 466 milhões⁷ de dólares.

A rentabilidade operacional do Banco é por sua vez sustentada pelos reduzidos custos de financiamento, que permitem compatibilizá-la com a oferta de condições competitivas aos promotores dos projectos financiados.

É extensa a presença do IBRD nos mercados abrangidos pelo Projecto Água Global. Actualmente, o mandato do IBRD pode enquadrar-se ainda no esforço de reconstrução e desenvolvimento em países afectados por conflitos, de que é exemplo o forte envolvimento em investimentos de infra-estruturação nos países dos Balcãs.

Historicamente, o IBRD tem tido uma ampla intervenção nos sectores de água e saneamento do Brasil, muitas vezes em articulação com o BNDES, de que é exemplo a sua participação no PLANASA, nos anos 60, 70 e 80. Mais recentemente, a tendência para uma maior coordenação política do esforço de infra-estruturação no sector tem favorecido o acesso ao financiamento desta e de outras instituições multilaterais.

¹ Cerca de 147.865,9 milhões de euros. Conversão €/ \$ considerada à taxa de 1,3362 dólares por euro.

² Cerca de 8384,1 milhões de euros

³ Cerca de 65.701,2 milhões de euros

⁴ Cerca de 3887,2 milhões de euros

⁵ Cerca de 2286,6 milhões de euros

⁶ Cerca de 239.253,0 milhões de euros

⁷ Cerca de 355,2 milhões de euros

Na Croácia e na Sérvia, o IBRD teve um importante contributo no financiamento e na monitorização dos projectos de reconstrução da porção das redes de água e saneamento destruídas aquando das Guerras da Bósnia, do Kosovo e da Independência croata. Foi, juntamente com o EBRD, o principal precursor no apoio à infra-estruturação da região, que vem sendo crescentemente apoiada pelo BEI.

Agências e fundos associados

IDA – Associação Internacional de Desenvolvimento

A Associação Internacional de Desenvolvimento é uma agência do Banco Mundial, financeiramente ligada ao IBRD, que se concentra exclusivamente no apoio aos países de mais baixo rendimento e mais pobres que, de outro modo, não teriam acesso aos mercados financeiros internacionais.

A criação desta agência permitiu segmentar e limitar a dotação para financiamentos nestes países, tendo em conta o carácter concessional destes financiamentos e o risco específico dos países. No entanto, esta intervenção é assumida como uma das prioridades do Banco.

São potenciais beneficiários da IDA cerca de 82 países, dos quais 18 podem recorrer simultaneamente ao IBRD (a lista de países beneficiários da IDA constitui o anexo xx a este documento).

A iniciativa IDA16 *Replenishment* (2011-14) levará o Banco a recapitalizar a IDA em 1825 milhões de USD⁸. São frequentes as transferências consignadas para os seus países beneficiários, como é ilustrado pela dotação recente (2010) ao *Trust Fund* de Gaza e da Cisjordânia (130 milhões de dólares⁹).

De acordo, com a caracterização realizada nas secções anteriores, a IDA serve directamente dois dos mercados abrangidos pelo Projecto Água Global, Angola e Moçambique, que se encontram no grupo dos Estados-membros mais desfavorecidos do Banco.

IFC – Sociedade Financeira Internacional

A Sociedade Financeira Internacional é a agência do grupo dedicada ao financiamento do sector privado.

Utilizando uma grande diversidade de instrumentos de dívida e capital, tem as Pequenas e Médias Empresas como beneficiários principais dos seus serviços de investimento. Além desta componente, destaca-se a prestação de serviços de consultoria junto das entidades promotoras dos projectos e dos próprios Estados, em matérias respeitantes ao sector privado.

De entre os instrumentos financeiros utilizados, são de destacar os empréstimos de longo prazo, directamente às empresas ou a entidades intermediárias (e.g. entidades financeiras locais), as soluções de *trade finance*, bem como os serviços de tesouraria, liquidez e gestão de risco. Os créditos concedidos pela IFC são frequentemente sindicados ou securitizados. A agência gere ainda fundos de capital e dívida subordinada com finalidade sectorial e regional.

Os desembolsos anuais da IFC ascendem a mais de 10 mil milhões de dólares¹⁰, sendo consignada uma porção significativa desse montante a projectos nos países beneficiários da IDA. Nesse contexto, a acção da

⁸ Cerca de 1391,0 milhões de euros

⁹ Cerca de 99,1 milhões de dólares

¹⁰ Cerca de 7622,0 milhões de euros

IFC é particularmente dirigida ao fomento do empreendedorismo e ao reforço da actividade económica formal.

Ainda que dirija o seu financiamento a entidades privadas, a IFC é vista como uma instituição amplamente solvável e salvaguardada dos riscos inerentes à sua actividade. A ausência de garantias soberanas e o elevado risco específico dos mercados onde actua não comprometem a credibilidade desta instituição, que é reforçada pela pertença ao Banco Mundial.

Sendo a estrutura accionista da IFC idêntica à do IBRD, é-lhe concedido forte apoio de um conjunto diversificado de Estados-membros com participações significativas no seu capital, onde se incluem as economias mais desenvolvidas ao nível mundial.

A crise financeira internacional e a crise das dívidas soberanas não tiveram efeitos significativos sobre a actividade da IFC. Com efeito, a organização encontra-se sobretudo exposta a mercados pouco correlacionados com os mercados europeu e norte-americano. Por outro lado, é pouco significativa a sua exposição ao Norte de África e ao Médio Oriente.

Além da concessão directa de empréstimos, a corporação tem uma intervenção relevante na sindicância de financiamentos, ao atrair investidores privados através da sua capacidade de avaliação e monitorização de projectos.

O valor agregado de financiamento da IFC ao desenvolvimento, compreendendo empréstimos, investimentos de capital e outros instrumentos de dívida era, em 2012, de cerca de 33 mil milhões de dólares.¹¹

Desde 2009, a IFC detém a subsidiária IFC Asset Management Company (AMC), que procura mobilizar fundos externos para o financiamento genérico da actividade da IFC. Em Junho de 2012, esta subsidiária geria 4500 milhões de USD¹², dos quais 3200¹³ eram fundos externos captados.

Balanço IFC – 2012			
Activo	64,2	Passivo	43,6
Empréstimos desembolsados	20,9	Dívida financeira	44,6
Investimentos em <i>Equity</i>	9,8	Do Banco Mundial	42,0
Outros instrumentos de dívida	2,2	Do Mercado	2,7
Provisões	-1,4	Capital Próprio	20,6
Outros Activos	2,8	Capital Social Realizado	2,4
Liquidez e Instrumentos financeiros	29,9	Reservas e outras prestações	18,2
Total	64,2	Total	64,2

Unidade: mil milhões de USD

Fonte: Relatório e Contas Grupo Banco Mundial

¹¹ Cerca de 25.152,0 milhões de euros

¹² Cerca de 3429,9 milhões de euros

¹³ Cerca de 2439,0 milhões de euros

O capital subscrito da IFC era de cerca de 2400 milhões de dólares¹⁴, com a particularidade de ser realizado na sua totalidade. Foi realizado, em 2012, um aumento de capital selectivo de 200 milhões de dólares, tendo em vista a redistribuição das participações dos Estados-membros, em favor dos países menos desenvolvidos.

A dívida financeira da IFC ascendia a 12 mil milhões de dólares¹⁵ em Junho de 2012, valor que era de 9800 milhões¹⁶ dois anos antes. Os seus custos de financiamento são historicamente muito reduzidos, ainda que tenham sido um pouco afectados pela crise financeira de 2008. Este factor contribui significativamente para a competitividade das soluções de financiamento disponibilizadas por esta IFI.

A organização pretende apostar nos mercados dos países da Associação Internacional de Desenvolvimento, tendo definido uma transferência indicativa de 1000 milhões de dólares¹⁷, a realizar até 2016 (no quadro da iniciativa IDA16). Os mercados de maior exposição da IFC são correntemente a Índia, a China, a Turquia, a Rússia e o Brasil.

A proporção de instrumentos de capital nos activos operacionais da IFC (por oposição aos de dívida) é significativa, devendo convergir de 23,7% a 25% nos próximos anos, dando continuidade a uma tendência recente de subida.

A IFC gere 104 escritórios, abrangendo a generalidade dos países beneficiários das suas operações. Tem ainda *hubs* regionais estabelecidos em Hong Kong e Joanesburgo, num quadro de descentralização da sua actividade, que implica a localização de 56% dos quadros da IFC nos escritórios regionais e nacionais.

O nível de liquidez da sociedade deve cobrir 65% da soma dos desembolsos por realizar em empréstimos não subordinados, de 30% das garantias contratualizadas e de 30% dos produtos de gestão de risco de clientes contratualizados. Devem ainda ser cobertas 45% das necessidades de liquidez dos três anos seguintes. Em 2012, este valor era de 77%.

A incidência de incumprimentos nos empréstimos concedidos é bastante volátil, como consequência do próprio mandato da IFC. Ainda assim, não são visíveis efeitos claros do ciclo económico global na qualidade dos seus activos, que se expõe à conjuntura económica regional dos mercados emergentes.

Historicamente, a proporção de empréstimos em incumprimento atingiu valores entre os 2% e os 16%, anualmente. Em 2012, esse rácio era de 4,6%. Actualmente, a Ucrânia e o México são os dois mercados com maior peso no conjunto dos empréstimos em incumprimento.

MIGA – Agência Multilateral de Garantia de Investimentos

Esta agência do grupo dedica-se à prestação de garantias contra riscos exteriores aos mercados, designadamente riscos políticos e jurídicos, tendo sobretudo em vista suprir falhas de mercado em países onde esta cobertura é difícil de sustentar numa lógica de mercado. Esta protecção respeita apenas a investimento de capital e estende-se por períodos até 15 ou 20 anos.

¹⁴ Cerca de 1795,3 milhões de euros

¹⁵ Cerca de 9146,3 milhões de euros

¹⁶ Cerca de 7469,5 milhões de euros

¹⁷ Cerca de 762,2 milhões de euros

Neste sentido, estão definidas como áreas de intervenção prioritária os países da IDA, as zonas de conflito, de uma forma geral, e mais especificamente os investimentos entre países menos desenvolvidos e as indústrias extractivas desses mesmos países.

O enfoque da agência abrange operações financeiras complexas, e em particular a mobilização de investimento privado proveniente de países desenvolvidos. O valor total das garantias concedidas pela agência nos seus 25 anos de existência ascende a 24 mil milhões de dólares¹⁸.

Trust Funds do grupo Banco Mundial

Os *trust funds* são encarados pelo Grupo Banco Mundial como um instrumento supletivo de financiamento, que permite desbloquear projectos de investimento dificilmente concretizáveis quando sujeitos à condicionalidade habitual dos financiamentos concessionais.

Consideram-se apropriados à aplicação deste mecanismo de financiamento os projectos desenvolvidos em países onde seja limitada a capacidade de intervenção soberana do Estado. Estas limitações concernem tipicamente à definição de estratégias nacionais para os sectores financiados, que permitam a elaboração de candidaturas credíveis, assim como aos sistemas de contratação pública, de gestão das receitas orçamentais e de monitorização dos serviços públicos.

Ao manter o financiamento alocado ao projecto sob gestão do Banco ou de uma outra instituição financeira internacional (no caso dos *Financial Intermediary Funds*), o Banco Mundial permite aos doadores dispor de um controlo mais preciso sobre os desembolsos e de uma mais robusta estrutura de monitorização no terreno.

É frequentemente questionada a sua conformidade aos princípios internacionais expressos na Declaração de Paris (ver capítulo III), pelo que se procura reservar a sua aplicação a projectos com um perfil que não seja enquadrável noutros mecanismos de financiamento do Grupo. Ainda assim, o seu peso no total das novas operações financiadas pelo grupo (23% em 2011) cresceu significativamente nos últimos anos, o que tem suscitado acrescida discussão a respeito deste tema.

Mesmo que a maior prevalência destes mecanismos tenha permitido a extensão das operações do Banco a países com menor acesso às IFI, existe a preocupação de que estes possam perpetuar as situações vividas nestes mesmos países, onde se espera que um maior envolvimento do Banco Mundial neste tipo de operações, possa, pela sua capacidade de monitorização, suscitar futuros financiamentos de outras IFI.

Em sentido inverso à evolução dos *Trust Funds* do grupo, as restrições de *tied financing* tradicionalmente associadas a este tipo de fundos estão a atravessar um período de progressiva eliminação, que o Banco pretende concluir nos próximos anos.

Acrescem a estes fundos os designados *umbrella multi-donor instruments* – mecanismos de financiamento criados para servir múltiplos projectos de investimento numa mesma área de intervenção. Tipicamente estes concernem a diversos países de uma mesma região.

Deste modo, o financiamento é posteriormente alocado às aplicações que correspondam aos propósitos do investimento, estando já determinado o valor total dos desembolsos a realizar. Esta alocação pressupõe critérios de equidade entre os países abrangidos, apesar de se considerar o mérito das próprias candidaturas.

¹⁸ Cerca de 18.292,7 milhões de euros

No período 2002-2010, o financiamento por *trust funds* administrados pelo Banco Mundial foi de 58,9 mil milhões de euros, dos quais mais de 50% foram aplicados indirectamente através de *Financial Intermediary Funds*. Em seguida, apresenta-se uma lista de fundos deste tipo que se encontram sob a sua tutela directa:

Fundo	Ano constituição	Montante
International Finance Facility for Immunisation / GAVI Fund Affiliate	2006	2.740
Adaptation Fund (AF)	2008	307
Advance Market Commitment (AMC)	2009	602
African Program for Onchocerciasis Control II (APOC)	2001	144
CGIAR Fund (CGIAR)	2005	1.041
Clean Technology Fund (CTF)	2008	3.097
Climate Investment Funds	2008	5.172
Debt Relief Trust Fund (DRTF)	1996	7.662
EBRD Southern Mediterranean Financial Intermediary Trust Fund (EBSM)	2011	14
GAVI Fund Trust Fund	2007	390
Global Agriculture and Food Security Program (GAFSP)	2010	702
Global Environment Facility (GEF)	1991	11.356
Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria (GFATM)	2002	22.496
Green Climate Fund (GCF)	2012	1
Guyana REDD-Plus Investment Fund (GRIF)	2010	68
Haiti Reconstruction Fund (HRF)	2010	381
Least Developed Countries Fund (LDCF)	2002	451
Nagoya Protocol Implementation Fund (NPIF)	2011	16
Special Climate Change Fund (SCCF)	2004	197
Strategic Climate Fund (SCF)	2008	2.075
Total		58.912

Unidade: mil milhões de euros

Fonte: *Webpage* do Banco Mundial

Resumo por Sectores	Montante
Agricultura e segurança alimentar	1.743
Educação	426
Ambiente / Alterações climáticas	17.568
Saúde	26.373
Desastres naturais	381
Outros	14
Total	58.912

Unidade: mil milhões de euros

Fonte: *Webpage* do Banco Mundial

Seguem-se alguns dados gerais sobre as operações do grupo e a sua distribuição geográfica. Realça-se a tendência geral de crescimento das operações do Banco no sector e para os elevados valores anuais atingidos em 2007 e 2008 na América Latina.

Financiamentos do Banco Mundial a sectores de actividade conexos com o sector da água:

M\$	Empréstimos contratados	Doações contratadas	Empréstimos desembolsados	% do total de empréstimos
2000	1.809	27	1.513	10
2001	701	53	1.273	7
2002	783	29	546	3
2003	1.053	59	1.378	7
2004	2.033	115	1.592	8
2005	2.149	64	2.180	10
2006	1.361	111	1.721	7
2007	3.298	43	3.059	12
2008	2.576	102	2.360	10
2009	3.132	63	4.365	9
Total	18.894	670	19.986	

Desembolsos de empréstimos no sector da água, por região:

M\$ / região	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
África	358	112	296	361	276	362	721	478	554
Ásia Oriental e Pacífico	411	34	409	417	764	577	624	359	1.030

Europa e Ásia Central	57	145	40	274	84	321	224	206	179
América Latina	201	132	66	162	338	14	822	568	239
M. Oriente e Norte de África	19	73	181	310	229	96	171	298	197
Ásia Meridional	227	50	386	68	490	351	498	451	2.166
Total	1.273	546	1.378	1.592	2.181	1.721	3.060	2.360	4.365

Fonte: *Annual Reports* – Banco Mundial

Detalha-se ainda a distribuição das operações do Banco por país, para a totalidade dos sectores de actividade. Evidencia-se a maior escala das operações no Brasil e em Moçambique, assim como a sua interrupção no mercado argelino.

Montantes de financiamento contratados na Argélia – IBRD e IDA (data de assinatura):

	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Empréstimos	189,2	238,6	260,9	417,0	381,8	352,0
Número de projectos	5	4	6	13	10	7

Montantes de financiamento contratados em Angola – IBRD e IDA (data de assinatura):

	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Empréstimos	0,0	87,0	152,5	120,0	0,0	0,0
Número de projectos	0	2	2	1	0	0

Montantes de financiamento contratados em Marrocos – IBRD e IDA (data de assinatura):

	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Empréstimos	250,0	135,0	729,5	485,5	668,7	604,9
Número de projectos	2	2	7	5	6	8

Montantes de financiamento contratados em Moçambique – IBRD e IDA (data de assinatura):

	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Empréstimos	189,2	238,6	260,9	417,0	381,8	352,0
Número de projectos	5	4	6	13	10	7

Montantes de financiamento contratados no Brasil – IBRD e IDA (data de assinatura):

	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Empréstimos	1.940,4	3.621,0	3.773,9	2.587,9	3.266,8	3.076,2
Número de projectos	13	22	24	15	17	11

Montantes de financiamento contratados na Sérvia – IBRD e IDA (data de assinatura):

	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Empréstimos	46,4	63,5	592,7	500,0	11,1	100,0
Número de projectos	2	2	4	2	2	1

Unidade: Milhões de euros

Contactos

IBRD/IDA	Responsáveis a contactar:	Referência Institucional:	Endereços de contacto:	Telefones / Endereços electrónicos:
Presidente	Dr. Jim Yong Kim	<i>Chairman</i> do Conselho de Administração e Presidente das 5 instituições	1818 H Street,NW Washington, DC 20433	
Administradores Executivos (de um total de 25)	Mansur Muhtar	Tutela Angola , a Nigéria e a África do Sul	1818 H Street,NW Washington, DC 20433	
	Mustafa Zakir Hussain	Tutela Moçambique , o Malawi, a Tanzânia e a Suazilândia, em conjunto com 18 outros países da África Subariana		
	Roberto Tan	Tutela o Brasil , a Colômbia, a República Dominicana, o Equador, o Haiti, o Panamá, as Filipinas, o Suriname, e Trindade e Tobago		
	Omar Bougara	Tutela a Argélia , Marrocos , o Afeganistão, o Gana, o Irão, o Paquistão e a Tunísia		
	Jorg Frieden	Tutela a Sérvia , a Polónia , a Suíça, o Azerbaijão e os países da Ásia Central.		
	Frank Heemskerk	Tutela a Croácia , a Bósnia e Herzegovina, a Bulgária, a Macedónia, o Montenegro, a Holanda e 6 outros países da Europa Oriental e do Médio Oriente.		
Contactos de Portugal	Nuno Mota Pinto	Alternate Executive Director	1818 H Street, NW Washington, DC 20433	Tel: +1 202 458 2540 Fax: +1 202 477 3735
Contactos regionais	Gilles Garcia	Enterprise Outreach Services Manager – Europe	66, Avenue d'Iéna 75116 Paris - France	Tel: +33(0)1 4069 3015 +33(0)6 1001 7480 ggarcia2@worldbank.org
	Mônica Sawyer	Country Officer – Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe	1818 H Street, NW Washington, DC 20433	Tel: +1 202 473 6116 Email: msayer@worldbank.org
	Rome Chavapricha	Senior Infrastructure Specialist – MENA region		Tel: +1 202 458 4821 Fax: +1 202 614 4022 rome@worldbank.org
Contactos procurement	Nancy Bikondo-Omosa	Procurement Specialist – Procurement Policy and Services Group	1818 H Street, NW Washington, DC 20433	Tel: +1 202 458 4612 Fax: +1 202 522 3317 nbikindo@worldbank.org
Contactos estruturação de operações	Pankaj Gupta	Manager, Project Finance and Guarantees. Finance, Economics, Urban Development	1818 H Street, NW Washington, DC 20433	Tel: +1 202 473 6188 Fax: +1 202 614 1188 pgupta2@worldbank.org
	Hartwig Schafer	Director – Strategy and operations – Sustainable Development		Tel: +1 202 473 3720 Fax: +1 202 522 7122 hschafer@worldbank.org
	Mustafa Zakir Hussain	Senior Infrastructure Finance Specialist		Tel: +1 202 458 9510 Fax: +1 202 522 0761 mhussain2@worldbank.org

Contactos do sector	Marc H. Juhel	Sector Manager (Transportes, Água, IT)	1818 H Street, NW Washington, DC 20433	Email: mjuhel@worldbank.org
	Cristopher Walsh	Media Inquiries – Water		Email: cwalsh@worldbank.org
Angola	Em Moçambique: Rafael Saute	Communications Officer	Av. Kenneth Kaunda, 1224 Maputo, Mozambique	Tel: +258-1-482-944 Email: rsaute@worldbank.org
	Em Washington: Yisgedullish Amde	Country Program Coordinator	1818 H Street, NW Washington, DC 20433	Tel: +1-202-473-2203 Email: yamde@worldbank.org
Argélia	Ibtissam Alaoui	Country Office – Communications Associate	05, bis chemin Mackley, Ben Aknoun, Alger	Email: ialaoui@worldbank.org Algiers, (+213) 21 94 54 81
Brasil	Paula Teklenburg	Country Office – Communications Associate	No Brasil: SCN, Qd. 2, Lt. A, Ed. Corporate Financial Center, Cj. 702/703, Brasília, DF 70712-900	Tel: +5561 3329-1000 Email:pteklenburg@worldbank.org
	Deborah Wetzel	Diretora para o Brasil, América Latina e Caribe	1818 H Street NW, Washington, DC 20433	Tel: +5561 3329-1000 Email:pteklenburg@worldbank.org
	Marcela Sanchez-Bender	Communications Officer, External Affairs for Latin America and Caribbean		Tel: +1 202 473-1000 Email:msanchezbender@worldbank.org
Croácia	Vanja Frajtic	Country Office – Junior Communications Associate	10 000 Zagreb, Croatia, Radnicka cesta 80/IX	Tel: (385-1) 2357-230 Email: vfrajtic@worldbank.org
		Washington, Europe and Central Asia Region	1818 H Street NW, Washington, DC 20433	Tel: +1 (202) 458-2736
Marrocos	Ibtissam Alaoui	Country Office	7, Rue Larbi Ben Abdellah, Souissi- Rabat, Morocco	Tel : +212 537 63 60 50 Email: ialaoui@worldbank.org
Moçambique	Laurence Clarke	Country Director Angola, Mozambique, and Sao-Tomé and Príncipe	Av. Kenneth Kaunda, 1224 Maputo, Mozambique	Tel. +258-21 482321 Email: lclarke@worldbank.org
	Luisa Matsinhe	Executive Assistant	Av. Kenneth Kaunda, 1224 Maputo, Mozambique	Tel: +258-21 482338 Fax:+258-21 482384 Email: lmatsinhe@worldbank.org
	Rafael Saute	External Affairs and Communications Officer:	Av. Kenneth Kaunda, 1224 Maputo, Mozambique	Tel:+258-21 482944 Fax:+258-21 482384 Email: rsaute@worldbank.org
Polónia		Country Office	00-113 Warsaw, Poland 53 Emili Plater Street, Financial Center, 9th floor,	Tel: (48-22) 520-80-00, Fax: (48-22) 520-80-01 bcetner@worldbank.org
	Agnieszka Boratyńska	Washington, Europe and Central Asia Region	1818 H Street NW, Washington, DC 20433	Tel: +1 (202) 458-2736 aboratynska@worldbank.org
Sérvia		Country Office	Bulevar Kralja Aleksandra 86, 11000 Belgrade, Serbia	+381-11-30 23 700 webserbia@worldbank.org

IFC	Responsáveis a contactar:	Referência Institucional:	Endereços de contacto:	Telefones / Endereços electrónicos:
Administradores Executivos	Jin-Yong Cai	CEO	2121 Pennysylvania Avenue, NW Washington, DC 20433 USA	
	Bernie Sheahan	Vice-Presidente, África Subsaariana, América Latina e Caribe e Europa Ocidental		
	Dimitris Tsitsiragos	Vice-Presidente, Europa, Ásia Central, Oriente Médio e Norte da África		
Contactos estruturação de operações	Miguel Toledo	Infrastructure and Natural Resources	2121 Pennysylvania Avenue, NW Washington, DC 20433 USA	Tel: +1 202 473 4185 Fax: +27 11 268 0074
	Margaret Davis Ghobadi	Partnerships & Advisory Service Operations Department		Tel: +1 202 473 9620 Fax: +1 202 974 4344
Argélia / Marrocos	Joumana Cobein	Principal Country Officer	7, Rue Larbi Ben Abdellah Rabat Souissi, Morocco	Tel : +212 37 65 24 79 Email : jcobein@ifc.org
Brasil		Country Office	Rua Redentor 14-Ipanema Rio de Janeiro 22421-030	+Tel: (5521) 2525-5850
	Loy Pires Assistant: Simone Miccolis	Senior Manager	Edifício Torre Sul Rua James Joule, 65 19o andar Cidade Monções São Paulo SP 04576-080	Tel: (5511) 5185-6888 Email: SMiccolis@ifc.org
	Keith Martin	South-South Investment Advisor – Latin America and the Caribbean		Tel: (5511) 3525-6343 Fax: (5511) 5185-6890 Email: kmartin@ifc.org
	Rogério Pilotto	Senior Investment Officer - Infrastructure		Tel: (5511) 5185-6895 Fax: (5511) 5185-6890 Email: rpilotto@ifc.org
	Daniel Sousa	Investment Officer – Global Financial Markets		Tel: (5511) 5185-6892 Fax: (5511) 5185-6890 Email: dsousa1@ifc.org
Croácia	Magdalena Soljakova	Country Officer	Radnicka Cesta, 80/9, HR-10000, Zagreb, Croatia	Tel: (385-1) 2357241 Fax: (385-1) 235 7200 Email : MSolkakova@ifc.org
Moçambique	Jumoke Jagun-Dokunmu (Assistente : Rassula Calu)	Country Manager	160, Jose Craveirinha Street P.O. Box 4053 Maputo, Mozambique	Tel: +258 21 483-000 Fax: +258 21 496-247 Email: rcalu@ifc.org
	Jason Lee	Advisory Services in Infrastructure	14 Fricker Road, Illovo, 2196 P.O. Box Johannesburg, South Africa	Tel: +27 11 731 3000 (Swichboard) Tel: +217 11 731 3041 +27 83 291 2196 (Direct line) Fax: +27 11 268 0074
Sérvia	Per Kjellerhaug	Regional Manager	Bulevar Kralja Aleksandra, 86 1100 Belgrade, Serbia	Tel: (381-11) 302-3750 Fax: (381-11) 302-3740

b) AfDB – Banco Africano de Desenvolvimento

Caracterização

Criado em 1964, o Banco Africano de Desenvolvimento é uma instituição financeira multilateral que se dedica a promover o desenvolvimento económico e social sustentável e a redução de pobreza nos países membros regionais (PMR), em África. A instituição propõe-se atingir estes objetivos mediante (i) a mobilização e afetação de recursos para investimentos em PMR, e (ii) a prestação de consultoria política e assistência técnica a fim de apoiar os esforços de desenvolvimento dos referidos países.

Com sede provisória em Tunis, o Grupo AfDB é constituído por três entidades distintas: o próprio Banco Africano de Desenvolvimento, o Fundo Africano de Desenvolvimento (ADF) e o Fundo Fiduciário da Nigéria (NTF).

O Banco Africano de Desenvolvimento financia projetos e programas de desenvolvimento através de (i) créditos ao sector público (incluindo créditos para a implementação de políticas), créditos ao sector privado e investimentos de capital, (ii) prestação de assistência técnica a projetos e programas de apoio institucionais, (iii) investimento de capitais privados e públicos, (iv) assistência na coordenação das políticas e planos de desenvolvimento dos PMR, e (v) subsídios, com um “teto” máximo de USD 1 milhão, até duas operações por país, por ano, no máximo. O Banco dá prioridades a projetos que promovam a integração económica regional.

O AfDB providência créditos aos seus clientes em termos não concessionais sendo os prazos de reembolso (i) até 20 anos, incluindo um período de carência até 5 anos, para créditos ao sector público, (ii) até 14 anos, com um período de carência até 4 anos, para linhas de crédito com garantia pública, e (iii) entre 5 e 20 anos, incluindo um período de carência entre 1 a 3 anos, para créditos ao sector privado.

O Fundo Africano de Desenvolvimento tem por objetivo principal reduzir a pobreza nos PMR mediante a concessão de créditos concessionais e de subsídios para projetos e programas aos membros regionais de baixo rendimento e prestar apoio mediante a concessão de assistência técnica para estudos e atividades de capacitação. Os recursos do Fundo provêm, de uma forma geral, de reconstituições de recursos providenciados pelos países doadores, que se efetuam numa base trienal. Tipicamente, estes assentam em linhas de maturidade de 20 ou 50 anos, remuneradas a uma taxa fixa de 1,5% (valor de comissões).

O Fundo Fiduciário da Nigéria é um fundo especial do AfDB, criado em 1976, que tem por objetivo ajudar os esforços de desenvolvimento de PMR de baixo rendimento, cujas condições económicas e sociais requerem financiamento concessional.

O Grupo AfDB é uma organização governamental com 53 Estados-membros africanos e 24 Estados-membros não regionais.

Os direitos de voto dos Estados-membros estão distribuídos numa razão de 60% para os membros regionais e 40% para os restantes. A distribuição destes dois contingentes segue as quotas de participação de cada Estado. Identicamente ao Banco Mundial, o AfDB tem a sua governação organizada em torno de um Conselho de Governadores e de um Conselho de Administração por cada uma das organizações do grupo.

O Conselho de Administração de cada instituição é eleito pelo Conselho de Governadores para um mandato de 3 anos:

- O AfDB tem 20 administradores executivos, dos quais 13 são eleitos pelos membros regionais e 7 pelos restantes Estados;

- O ADF tem 14 administradores executivos, 7 dos quais eleitos pelos membros não regionais do Fundo e os restantes indicados pelo AfDB;
- O NTF é gerido pelo Conselho de Administração do AfDB;
- Os seus direitos de voto são distribuídos de acordo com os votos obtidos na eleição.

Historicamente, Portugal foi o primeiro membro não regional a fazer parte do Banco Africano de Desenvolvimento (Dezembro de 1982) e desde então marcou o seu poder de influência ao nível de poder de voto. Como o poder de voto de cada membro depende da participação no capital social da instituição, Portugal ao entrar apenas com 0.26% do capital ficou com uma posição que lhe permite ter influência muito reduzida.

Tendo em conta a residual participação no capital social, uma forma possível de Portugal poder ter uma maior importância dentro da instituição é através das contribuições e apoio ao Grupo de Voto onde está inserido (Alemanha, RU e Holanda) pelo GPEARI e pelo representante permanente na instituição.

O administrador executivo eleito pelo Grupo de Voto de Portugal é, actualmente, Christoph Kohlmeyer, de origem alemã. Adicionalmente, Portugal tem um outro representante nos quadros do Banco, Artur Cima. O Banco tem actualmente 1.500 funcionários.

O Banco Africano de Desenvolvimento é um actor de grande relevância em três dos mercados-alvo do Projecto Água Global.

Em Moçambique, tem sobretudo realizado financiamentos em conjunto com o Banco Mundial e as agências governamentais para o desenvolvimento que intervêm em Moçambique. Neste quadro, o ADF tem intervindo em projectos relevantes no sector da água.

As operações do Banco em Angola foram retomadas em 2001, tendo sido principalmente dirigidas aos sectores da agricultura e da saúde. Ainda que esta actividade seja actualmente pouco significativa em comparação com a de outros PMR, prevê-se o seu crescimento nos próximos anos, em particular no sector da água.

Na Argélia e em Marrocos, tem participado no financiamento de projectos co-financiados pelo Banco Mundial, sem prejuízo de ter competências próprias no domínio da selecção e monitorização de projectos, além de ser um importante prestador de serviços de assistência técnica às Administrações Públicas deste países.

O sector da água é abrangido pela maior componente da dotação de fundos a estes mercados – relativa a infra-estruturas energéticas, rodoviárias e ambientais.

Funcionamento

O Banco beneficia de uma base de capital sólida, que lhe garante custos de financiamento reduzidos no recurso aos mercados, decorrentes do seu *rating* de AAA.

Os mecanismos de dívida soberana do Banco estão assim reservados a apenas 17 dos 53 membros regionais, onde se incluem dois mercados abrangidos pelo Projecto Água Global, Marrocos e Argélia.

O Banco revelou recentemente a capacidade de incrementar o seu portefólio de empréstimos durante a crise financeira iniciada em 2008. Este crescimento de cerca de 30% foi acompanhado de um aumento de capital, subscrito pela quase totalidade dos seus sócios em 2010.

O valor desse portefólio era em 2009 de cerca de 7500 milhões de SDR¹⁹, tendo após a crise sido reduzido para o valor de 6400 milhões²⁰ (2011). Mais de 70% desse valor encontrava-se aplicado em projectos de infra-estruturas.

Os Estados em que o Banco assume maior exposição são Marrocos, a Tunísia, o Botswana, a África do Sul e o Egipto, que no seu conjunto representam cerca de dois terços do portefólio do Banco. Os maiores níveis de imparidade registam-se no Sudão e no Zimbabué.

Para os próximos anos está previsto um aumento de capital que visa aumentar significativamente as oportunidades de financiamento dos Estados-membros. Foi fixada uma meta percentual de 200% do capital actualmente subscrito, o que o elevaria a um valor de cerca de 66 mil milhões de SDR²¹. 6% deste aumento seria realizado, o que elevaria, aproximadamente, o capital social de 3500²² a 7500 milhões de SDR²³.

Com alguma analogia ao procedimento seguido no Banco Mundial, a actividade desenvolvida nos Estados-membros com menores recursos foi externalizada numa agência própria, o Fundo Africano de Desenvolvimento (ADF), onde se concentram os financiamentos pela via estritamente concessional.

Ainda não é conhecido o impacto final da capitalização referida anteriormente no Fundo Africano de Desenvolvimento, mas existe desde já um compromisso de elevar a dotação do fundo para 6 mil milhões²⁴, cuja execução está em curso.

O Fundo Africano de Desenvolvimento tem actualmente uma dotação do AfDB no valor de 0,5% do seu capital social, a que acrescem contribuições directas significativas dos Estados-membros. Todavia, a dimensão do Fundo não deve ser dissociada da reduzida capacidade de investimento dos países abrangidos, decorrente da reduzida dimensão das suas economias.

Além do ADF, deve ser destacada a existência de um *trust fund*²⁵ directamente associado ao Banco, o *Nigeria Trust Fund*. Com uma dotação de cerca de 200 milhões de dólares²⁶ e um tecto máximo de 10 milhões por projecto²⁷, o Fundo é exclusivamente dedicado a empréstimos concessionais em Estados-membros desfavorecidos, com maturidades de 15 a 20 anos, a entidades públicas ou privadas. São aplicáveis períodos de carência de 5 e 7 anos, respectivamente.

O acordo entre o Estado nigeriano e o AfDB estará em vigor pelo menos até 2018, estando o fundo sob a gestão do Banco já desde 1976. O co-financiamento de operações em que intervenha o AfDB e o ADF é frequente.

Apesar de beneficiar de um estatuto de credor privilegiado, o Banco foi, no passado, penalizado por incumprimentos no serviço da dívida por parte de entidades públicas e privadas.

O incumprimento ou o potencial incumprimento por parte dos Países-membros junto das IFI's, levou ao lançamento da Iniciativa Multilateral de Alívio da Dívida (MDRI), gerida pelo AfDB, com o objectivo de

¹⁹ Cerca de 8625,2 milhões de euros. Os Direitos de Saque Especiais, ou *Special Drawing Rights*, são uma unidade de conta utilizada por algumas IFI. A taxa de câmbio utilizada é de cerca de 0,8695 euros por SDR.

²⁰ Cerca de 7360,1 milhões de euros

²¹ Cerca de 75.901,5 milhões de euros

²² Cerca de 4025,1 milhões de euros

²³ Cerca de 8625,2 milhões de euros

²⁴ Cerca de 6900,1 milhões de euros

²⁵ Ver subcapítulo III.1

²⁶ Cerca de 152.439,0 milhões de euros.

²⁷ Cerca de 7,62 milhões de euros

angariar fundos para financiar a renegociação das dívidas, atingindo condições mais favoráveis para os Países-membros, ou eventualmente o seu perdão. Desta forma, é possível evitar potenciais imparidades para as IFI's (essencialmente o Grupo Banco Mundial e o AfDB) e ao mesmo tempo aliviar o esforço financeiro dos países beneficiários.

No que respeita ao sector da água, deve ser destacada a existência de um Departamento de Água e Saneamento, que desde 2006 centraliza as actividades do grupo no sector. As prioridades definidas para o seu mandato são amplas, incluindo o financiamento directo de novas infra-estruturas, bem como o desenvolvimento institucional e diversas actividades de suporte técnico e estratégico, onde se incluem serviços de consultoria. Quanto às áreas de intervenção, é concedida prioridade a zonas periurbanas e a áreas rurais, bem como à gestão dos recursos hídricos transfronteiriços.

O valor de capital subscrito era no final de 2012, de cerca de 63,1 mil milhões de SDR²⁸, dos quais perto de 2,8 mil milhões²⁹ correspondem ao capital realizado e 60,3 mil milhões³⁰ provirão de Estados-membros de *rating* AAA. Este valor reflecte uma sequência de significativos aumentos de capital, que elevaram em perto de 185% o valor do capital subscrito desde 2009.

Balanço AfDB – 2012			
Activo	21,2	Passivo	15,9
Empréstimos desembolsados	10,9	Dívida financeira	13,3
Outros mecanismos de financiamento – incl. <i>Equity</i>	0,5	Derivados - passivos	0,5
Instrumentos financeiros	6,5	Outros passivos	2,1
Derivados	1,5	Capital Próprio	5,3
Liquidez	0,9	Capital Social Realizado	2,8
Outros activos	0,9	Reservas e outras prestações	2,5
Total	21,2	Total	21,2

Unidade: mil milhões de SDR

Fonte: *Rating report – Fitch*

Seguem-se alguns dados gerais sobre as operações do grupo e a sua distribuição geográfica, com destaque para a sua presença nos mercados do Projecto Água Global.

²⁸ Cerca de 72,6 mil milhões de euros. As conversões SDR-euro serão realizadas à taxa de 0,869548 Direitos de Saque Especiais por euro (05-09-13).

²⁹ Cerca de 3220,2 milhões de euros

³⁰ Cerca de 69350,2 milhões de euros

Empréstimos nos sectores de água e saneamento: 1967-2012 – quadros síntese:

Milhões de SDR		2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	1967-08	# emp.
Angola	A			12,00						26,51	4
	D							0,40	0,26	0,93	
Argélia	A									117,14	2
	D	12,64	0,68							79,86	
Marrocos	A		69,61		64,85		179,08		125,22	849,17	15
	D	1,30	107,15	15,98	122,63	29,36	17,67	26,66	15,01	451,33	
Moçambique	A					18,00	5,27			92,87	10
	D	9,47	10,20	9,44	9,44	7,81	5,49	0,51	1,39	65,56	
Total de aprovações		199,09	227,69	211,49	236,84	297,37	444,07	139,19	269,68	4.645,52	345
Total de desembolsos		47,18	169,21	108,77	238,02	138,34	126,22	142,27	138,22	2.719,56	

Fonte: *Compendium of statistics of Bank Group operations 2012, Volume XXXVI – AfDB (2012)*

Detalhe da despesa da *African Water Facility*: 2006-2009

Principais actividades	M€
Gestão integrada de recursos hídricos	54,0
Gestão transfronteiriça de recursos hídricos	55,5
Administração	14,5
Investimentos de capital	
Investimento de capital alavancado	186,0
Projectos de pequena escala	170,0
Preparação	20,0
Total	500,0

Fonte: *African Water Facility, Operational Programme for 2005-2009 – Banco Africano de Desenvolvimento*

Agências e Trust Funds

O Banco gere um conjunto de iniciativas, com características diversas, que se aproximam em maior ou menor grau do modelo de *Trust Funds* abertos à participação de diversos Estados doadores e, sobretudo, de outras IFI's. Em muitos casos, a disponibilidade de maiores verbas financeiras resulta da alocação de recursos do orçamento do Banco.

A estes valores acrescem por vezes contribuições de diversos doadores, que podem constituir uma proporção claramente minoritária do orçamento total das iniciativas. Em alguns casos, estabelecem-se protocolos com um único doador, num modelo mais próximo do de um *trust fund* nacional.

No sector da água, destaca-se a existência de três parcerias de carácter sectorial, além de uma outra que destacamos na tabela abaixo por terem um mandato abrangente no domínio das infra-estruturas, que inclui este sector.

Entre essas três parcerias de maior aplicabilidade aos mercados do *Projecto Água Global*, conta-se a *African Water Facility*, que constitui um instrumento de apoio à preparação de projectos, através de doações. São visados projectos de infra-estruturação de água e saneamento, em componentes tais como a dos estudos técnicos e de viabilidade, a captação de financiamento e o desenvolvimento de programas abrangentes nos países financiados. Existe ainda uma componente de apoio à gestão das políticas sectoriais e à adoção de novas tecnologias de gestão e controlo.

A *Rural Supply and Water Initiative* é uma iniciativa maioritariamente financiada pelo AfDB, sem prejuízo de recorrer a um *Trust Fund* de diversos doadores. Visa aumentar de forma muito significativa a cobertura do acesso a fontes potáveis de água e a soluções melhoradas de saneamento nas regiões rurais dos PMR. Abrange deste modo a expansão das redes, assim como a implementação de outras soluções técnicas menos onerosas.

São utilizados os mecanismos normais de financiamento do Banco aplicáveis a cada país – na sua maioria, os empréstimos do AfDB ou do próprio Banco. A título de exemplo, destaca-se a aplicação desta iniciativa ao Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural (PRONASAR), em Moçambique.

Nos próximos anos, o Banco definiu como prioridades desta iniciativa a promoção de mecanismos eficazes de gestão dos projectos de investimento, a sustentabilidade dos sistemas face aos fenómenos climáticos e a participação em projectos de maior iniciativa dos Governos dos países beneficiários.

O *Multidonor Water Partnership Program* é uma pequena iniciativa que congrega fundos provenientes de doações de Estados-membros (o Canadá e a Dinamarca), que financia estudos promovidos pelo Banco sobre o sector da água nos PMR.

Entre os diferentes *Trust Funds* geridos pelo Banco, destacam-se os seguintes:

Fundo	Ano de constituição	Montante (M\$)
Africa50 Infrastructure Fund	2012	3.000
African Financing Partnership	2010	25.000
African Guarantee Fund for Small and Medium-sized Enterprises	2012	50
African Legal Support Facility	2010	76,2
African Water Facility	2004	170,6

Climate for Development in Africa (ClimDev-Africa) Initiative	2010	144
Debt Relief Initiatives: Heavily Indebted Poor Countries Initiative	2000	(anterior)
Debt Relief Initiatives: Multilateral Debt Relief Initiative	2006	11.350
Emergency Liquidity Facility (ELF)	2009	1.500
Enhanced Private Sector Assistance for Africa: EPSA Initiative	2005	788
Fragile States Facility	2008	987,2
Fund for African Private Sector Assistance	2006	49
Global Environment Facility (GEF)	2003	25
Health in Africa Fund	2009	57
Investment Climate Facility	2008	120
Multidonor Water Partnership Program	2002	11,9
NEPAD Infrastructure Project Preparation Facility (NEPAD-IPPF)	2004	46
Power Africa Initiative	2013	est. 3000
Programme for Infrastructure Development in Africa (PIDA)	2010	11,4
Rural Water Supply & Sanitation Initiative	2003	5.800
Rural Water Supply & Sanitation Initiative Trust Fund	2003	225
Sustainable Energy Fund for Africa	2011	57
Trade Finance Program/Initiative	2009	1.000
Zimbabwe Multi-Donor Trust Fund	2010	57,7

Contactos

	Responsáveis a contactar:	Referência Institucional:	Endereços de contacto:	Telefones / Endereços electrónicos:
Presidente	Donald Kaberuka	<i>Chairman.</i> Presidente dos Conselhos de Administração do AfDB e do AfDF.	15 Avenue du Ghana BP 323-1002 Tunis-Belvédère, Tunisia	
Administrador Executivo	Christoph Kohlmeyer	Tutela Portugal , a Grã-Bretanha, a Alemanha e a Holanda.	15 Avenue du Ghana BP 323-1002 Tunis-Belvédère, Tunisia	Tel: (216) 71 10 2018 c.kohlmeyer@afdb.org

Contactos de Portugal	Artur Cima	Senior Officer. Representante permanente.		Tel: (216) 71 10 2079 Email: a.cima@afdb.org
	João Duarte M. Sarmiento Cunha	Senior Economist – Energy, Environment and Climate Change Department	B.P. 323 – 1002 Tunis Belvédère Tunisie	Tel: +216 71 10 38 19 Fax: +216 71 25 36 94 Email: j.cunha@afdb.org
Contacto do sector	Senior B.O. Jallow	Manager Water and Sanitation Division 2		Tel: +216 71 10 21 91 Fax: +216 71 10 26 79 s.jallow@afdb.org
Contacto estruturação de operações	Indira Campos	Investment Officer Private Sector Operations – Industries and Services		Tel: + 216 71 25 36 94 Fax: +216 71 83 44 36 Email: i.campos@afdb.org
Angola	Mr. Septime Martin, Resident Representative	Angola field office	Ainda sem endereço	
	Mr. Chiji Chinedum Ojukwu	African Development Bank Group Temporary Relocation Agency (TRA)	B.P. 323-1002, Tunis-Belvédère, Tunisia	Tel: (216) 7110-2151
Argélia	Mrs. Diarra-Thioune, Representante Residente	Algeria field office Groupe de la Banque africaine de développement Bureau National de l'Algérie (DZFO)	Commune Hydra Paradou 3, rue Hamdani Lahcene, Daira Birmouradrais Alger, Algérie	Tél : 00213 21 43 53 95 /66 Fax : 00213 21 43 53 92
	Mr. Nono Matondo- Fundani	Director, Regional Department, North II	B.P. 323-1002, Tunis Belvédère, Tunisie	Tel: (216) 7110-2054 Fax: (216) 7183-4548
Marrocos	Mme. Amani Abou- Zeid, Representante Residente	Morocco field office	Bureau National du Maroc (MAFO) Immeuble "Espaces les Lauriers", 1er Etagé Angle des avenues Annakhil et Mehdi Ben Barka, Hay Riad BP 592 Rabat Chellah Rabat, Maroc	Tel: (212) 537565937 / 537713826-7 Ext. 6160-6190 Fax: (212) 537565935
	Mr. Nono Matondo- Fundani	Director, Regional Department, North II	P.O.Box 323-1002, Tunis Belvédère, Tunisia	Tel: (216) 7110-2054 Fax: (216) 7183-4548
Moçambique	Mr. Joseph Ribeiro	Resident Representative	Mozambique Regional Office (MZFO) 3rd floor, JAT 4 Building Zedequias Maganhela, 267 Maputo, Mozambique	Tel: (258) 21326409 Ext. 6430-6499 Fax (258) 21315600

c) laDB³¹ – Banco Inter-Americano de Desenvolvimento

Caracterização

O laDB foi fundado em 1959 e tem por missão o financiamento de iniciativas que reduzam a pobreza e a desigualdade nos Países da América Latina e das Caraíbas.

A integridade, a transparência e a responsabilização são eleitas pelo Banco como os seus valores de referência, em linha com os princípios que orientam as principais instituições financeiras internacionais. O seu mandato, próprio de um banco de desenvolvimento, é dirigido ao financiamento de infra-estruturas diversas e à promoção de determinadas políticas sociais.

Compõem o grupo laDB três organizações: o próprio Banco, a Sociedade Inter-Americana de Investimento (IIC) e o Fundo Multilateral de Investimentos (MIF). As duas últimas operam mecanismos de financiamento dirigidos ao sector privado nos países beneficiários.

O laDB é uma organização governamental composta por 26 Estados-membros sul e centro-americanos e por 22 outros Estados-membros não beneficiários, dos continentes norte-americano, europeu e asiático.

Ao nível da governação interna, a sua estrutura é semelhante à do Banco Mundial e à do AfDB, sendo composta por um Conselho de Governadores e um Conselho de Administração. Todavia, esta estrutura institucional dirige uma única organização. Os administradores executivos são 14, eleitos pelo conjunto dos Estados-membros.

Os direitos de voto estão distribuídos em proporção directa do capital subscrito por cada Estado, sendo os Estados-membros locais detentores de 50,02% das acções do Banco e os EUA, o maior accionista individual, de cerca de 30%. Esta configuração difere assim de outras instituições multilaterais no que respeita à participação dos principais Estados beneficiários. É de destacar a forte influência dos E.U.A. na instituição enquanto seu maior accionista.

Uma outra especificidade deste modelo organizacional é a autonomização da função do Presidente do Banco, eleito directamente pelo Conselho de Governadores aquando da eleição do Conselho de Administração. Os membros deste Conselho e o Presidente exercem *ex officio* as mesmas funções nas restantes instituições do grupo.

O Banco tem cerca de 2000 colaboradores, dispersos, entre outras localizações, pelos países membros regionais e pela sua sede em Washington, DC, nos Estados Unidos da América.

Embora sirva apenas um dos mercados-alvo do Projecto Água Global, o laDB tem aí um contributo relevante para os investimentos no sector. No Brasil, tem tido uma intervenção ampla, promovendo financiamentos ao nível municipal e estadual, bem como a diversos outros tipos de entidades públicas, no quadro da “Iniciativa para a Água e o Saneamento” (ver *infra*), sendo de realçar que o laDB tem competências próprias de monitorização local e de mediação junto das instituições financeiras nacionais.

Funcionamento

O Banco tem como principal actividade a concessão de financiamentos governamentais nos países sul e centro-americanos de rendimento médio (ou elevado). Com vista a essa finalidade mobiliza recursos

³¹ Aqui designado pela sigla laDB, de forma a distingui-lo do Banco Islâmico para o Desenvolvimento. É com frequência referido como IDB.

financeiros de forma pouco onerosa, tirando partido de uma extensa cobertura das operações pelo capital subscrito. A significação de *Trust Funds* sectoriais e nacionais concorre para este objectivo.

Por outro lado, o laDB não gere os seus instrumentos financeiros (estritamente) concessionais a partir de uma organização separada. Ao invés, a oferta deste tipo de apoios concentra-se no Fundo de Operações Especiais. Uma componente importante desta intervenção é a do alívio de dívida nos Estados beneficiários. É ainda de grande relevância o financiamento à reconstrução do Haiti, nos anos mais recentes, através de um instrumento especial de doação.

Ao contrário do que acontece nas regiões beneficiárias de outras instituições multilaterais, há na América Latina apenas 5 países (de pequena dimensão) que foram considerados elegíveis para o FOE, de acordo com o seu rendimento *per capita*: Guiana, Honduras, El Salvador, Nicarágua e Bolívia. Assim, o enquadramento institucional e a capacidade financeira deste Fundo (cerca de 10 mil milhões de dólares³²) tornam-no menos relevante no contexto do grupo.

A Sociedade Inter-Americana de Investimento (IIC) tem, à semelhança do que acontece com a IFC (do grupo Banco Mundial), o propósito de financiar o sector privado e de o assessorar na captação de outros apoios. Neste último aspecto, realça-se a prestação de garantias, com vista à obtenção de financiamentos junto da banca comercial local.

Dirige a sua actividade a pequenas e médias empresas, e organiza o seu apoio em torno de diversas vertentes, incluindo os domínios de *Trade Finance*, dívida subordinada e participações de capital, bem como financiamentos seniores consignados a projectos específicos.

Numa outra vertente, procede à dinamização do financiamento bancário local, através de empréstimos cujos montantes são posteriormente alocados a projectos concretos. É concedida à banca comercial a função de originação dos projectos concretos a financiar. Os montantes atribuídos a cada projecto são substancialmente inferiores aos dos totais de cada financiamento contratado com a IFI, de uma forma geral.

O Fundo Multilateral de Investimentos tem uma forte orientação para o financiamento de projectos do sector privado em regiões mais desfavorecidas, de pequenos montantes de financiamento e com forte alavancagem em contribuições ou doações para os projectos, além do seu orçamento. Em comparação com outras IFI's, tem uma menor diversidade de mecanismos de financiamento, que se dividem entre empréstimos, participações de capital e o amplo recurso a doações.

As prioridades sectoriais do laDB para os próximos anos são a política social para a equidade e a produtividade, as instituições para o crescimento e o bem-estar social, a competitividade regional e a integração internacional, assim como a protecção do ambiente (com destaque para as energias renováveis, a segurança alimentar e as alterações climáticas).

A gestão da sua intervenção no sector da água está, em grande medida, centralizada na "Iniciativa de Água e Saneamento", que abrange, de forma transversal, os países membros regionais, com diferentes graus de desenvolvimento nas actividades de água e saneamento.

O Banco tem um capital subscrito de cerca de 105 mil milhões de dólares³³ e um capital realizado de 4339 milhões³⁴. Em 2015 está previsto um significativo aumento de capital, no valor de 70 mil milhões de

³² Cerca de 7622,0 milhões de euros

³³ Cerca de 80.030,5 milhões de euros

³⁴ Cerca de 3307,2 milhões de euros

dólares. Entre os objectivos deste plano está o reforço do Fundo de Operações Especiais, com particular enfoque na recuperação do Haiti.

Balanço IaDB – 2012			
Activo	92,2	Passivo	71,5
Empréstimos desembolsados	68,5	Dívida financeira	66,4
Investimentos – carteira de curto prazo	14,4	<i>Swaps</i> cambiais e de taxas de juro	2,6
<i>Swaps</i> cambiais e de taxas de juro	6,8	Outros passivos	2,5
Liquidez	1,0	Capital Próprio	20,7
Outros Activos	1,5	Capital Social Realizado	4,6
		Reservas e outras prestações	16,1
Total	92,2	Total	92,2

Unidade: mil milhões de USD

Fonte: Relatório anual 2012 – Banco Interamericano de Desenvolvimento

Empréstimos contratados no Brasil – IaDB (data de aprovação):

	2007	2008	2009	2010	2011
Empréstimos	1280,8	2598,9	2364,7	1716	1709,3
<i>Número de projectos</i>	46	63	87	66	40

Unidade: Milhões de euros

Fonte: Banco Mundial

Agências e fundos associados

Trust funds

No IaDB, prevalece o recurso ao modelo de *Trust Funds* nacionais ou de subscrição restrita a um muito reduzido número de Estados-membros. Ainda que o número de mecanismos deste tipo seja elevado, os montantes correspondentes à maioria dos fundos são de uma escala totalmente diversa à do Banco Mundial.

É relevante a proporção de *untied funds*³⁵, conceito que aprofundamos no subcapítulo III.1. O seu objecto é frequentemente indefinido, procurando os subscritores flexibilizar pequenas verbas para que possibilitem a contratação de empresas nacionais em situações que se revelem as mais indicadas.

³⁵ Os *untied funds*, ou “fundos desligados”, são assim designados por oposição aos *tied funds*, que podem apenas ser desembolsados em pagamentos a entidades do país doador.

É este o caso do *Portuguese Technical Cooperation Fund*, do valor de 3,25 milhões de euros. Constituído em 1998, é o terceiro fundo de uma sequência estabelecida pelo Estado português; o valor ainda por desembolsar é actualmente inferior a 1 milhão de euros.

Seguidamente se apresenta uma lista dos fundos relativos ao sector da água, uma particularidade do portefólio sob tutela directa do laDB, a que acresce uma lista-síntese dos restantes *Trust Funds* de montante mais significativo.

Fundo	Estatuto	Montante (M€)
Multidonor Aquafund	<i>Untied</i>	14,78
Netherlands-Bid Water Partnership	<i>Untied</i>	10,00
Spanish Fund for Water and Sanitation	<i>Untied</i>	579,60
Regional Infrastructure Integration Fund	<i>Untied</i>	144

Fundo	Estatuto	Montante (M€)
Canadian Climate Fund For The Private Sector In The Americas	<i>Untied</i>	249,54
China Co-Financing Fund For Latin America And The Caribbean	<i>Untied</i>	50,33
Clean Technology Fund (Regional members)	<i>Untied</i>	161,43
laDB/Global Environment Facility (Regional members)	<i>Untied</i>	126,80
Japan Special Fund	<i>Untied</i>	207.24
Jsf Poverty Reduction Program (Japan)	Parcialmente <i>tied</i>	52.45
Korea Part Technology and Innovation	<i>Untied</i>	50,00
Mesoamerica Health Facility	Parcialmente <i>tied</i>	80,99
Spanish Framework General Fund	Parcialmente <i>tied</i>	85,05

Contactos

	Responsáveis a contactar:	Referência Institucional:	Endereços de contacto:	Telefones / Endereços electrónicos:
Presidente	Luis Alberto Moreno	<i>Chairman.</i> Presidente do Conselho de Administração das 3 instituições.	1300 New York Avenue, N.W. Washington, D.C. 20577, USA	
Administradores Executivos (14 no total)	Yasuhiro Atsumi	Tutela, além de Portugal , o Japão, a Coreia do Sul, o Reino Unido, a Croácia e a Eslovénia.		
	Ricardo Carneiro	Tutela o Brasil e o Suriname.		
Contactos do sector	Henry A. Moreno	Water & Sanitation Lead Specialist Water & Sanitation Division	1300 New York Avenue, N.W. Washington D.C.	Tel: +1 202 623 1654 Fax: +1 202 623 1953 Email: henrym@iadb.org
	Miguel Campo Llopis	Spanish Development Water and Sanitation Fund For Latin America and the Caribbean (FECASALC)		Tel: +1 202 623 1413 Email: miguelcam@IADB.org
	Horacio C. Terraza	Senior Water and Sanitation Specialist		Tel: +1 202 623 3418 Email: horaciot@iadb.org
	Carla del Aguila	Project Assistant INE/WSA		Tel: +1 202 623 1488 Email: carlada@iadb.org
Contactos estruturação de operações	Rosana Diniz Brandão	Infrastructure and Environment Protection Specialist		Tel: +1 202 623 1654 Fax: +1 202 623 1953 Email: rosanab@iadb.org
	Rubens Hideo Noguchi	Oficial Senior de Inversión Infraestructura Departamento de Financiamiento Estructurado		Tel: +1 202 623 2573 Fax: +1 202 623 3837 Email: rubensn@iadb.org
	Ana María Vidaurre	Senior Investment Officer Infrastructure Division		Tel: +1 202 623 3704 Fax: +1 202 623 3837 Email: anamariav@iadb.org
Brasil	Daniela Carrera Marquis	Representative	Sector de Embaixadas Norte Quadra 802 Conjunto F Lote 39 - Asa Norte Brasília, D.F. 70800-400, Brasil	Telefone: (55-61) 3317-4200 Fax: (55-61) 3321-3112 E-mail: BIDBrasil@iadb.org

Contactos – IIC	Luis Muñana	General Manger	1350 New York Avenue, N.W. Washington, D.C. 20577, USA	
	John Beckham	IIC: Chief, Operations Division		Tel: +1 202 623 3984 Fax: +1 202 623 3802 johnbec@iadb.org

d) EBRD – Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento

Caracterização

O EBRD foi fundado em 1991, na sequência da dissolução da União Soviética e da Jugoslávia e do abandono do sistema socialista por parte dos países membros do Conselho para Assistência Económica Mútua (COMECON).

É um banco de desenvolvimento de cariz inter-governamental, com ampla capacidade de financiamento junto dos mercados internacionais, que tem por accionistas 64 Estados-membros e duas organizações internacionais (a UE e o BEI).

Os seus países beneficiários originais situam-se na Europa de Leste, nos Balcãs e na Ásia Central, enquadrando-se no principal mandato da instituição, assistir a transição de economias socialistas para o sistema de mercado.

Ainda que o mandato do Banco releve a intervenção no domínio das infra-estruturas, existem outras actividades relevantes no portefólio do Banco, quer do sector financeiro quer de outros sectores empresariais. Acresce a esta diversidade a incidência de financiamentos não garantidos por entidades soberanas (77% em 2011). O apoio à constituição de sistemas bancários concorrenciais e o fomento da iniciativa económica privada são exemplos notáveis destas intervenções, no historial do EBRD.

Do ponto de vista da governação, o Banco organiza-se numa estrutura complexa, definida por um Conselho de Governadores, deliberativo, semelhante aos de outras IFI's, por um Conselho de Administração de 23 membros e por uma Comissão Executiva de 9 membros, que exercem funções de supervisão e gestão corrente, respectivamente.

Conta com cerca de 1600 colaboradores, dos quais cerca de 1200 se encontram localizados na sua sede em Londres, além de assegurar representações em 26 dos seus 29 países beneficiários, num total de 36 escritórios residentes.

Recentemente, o EBRD estendeu o seu domínio de intervenção a alguns países do Norte de África e do Médio Oriente, compondo actualmente um conjunto de 34 países beneficiários. Simultaneamente, verifica-se uma redução progressiva da sua actividade nos países beneficiários que se tornaram membros da União Europeia.

Assim, é de registar uma diminuição progressiva da intervenção deste organismo na Polónia, enquanto esta se mantém como um interveniente de primeiro plano financiamento do sector da água na Sérvia e na Croácia, apesar do aumento gradual dos apoios por parte do BEI.

Marrocos é destinatário de um dos novos programas que se encontram em fase experimental no Norte de África. Perspectiva-se que, no futuro, o apoio a entidades sub-soberanas, tais como empresas públicas e municípios, possa favorecer o sector do ambiente, à semelhança do que se verifica em outros Estados-membros.

Funcionamento

O EBRD é um dos bancos de desenvolvimento mais líquidos de entre os de *rating* AAA, o que lhe permite seguir políticas de financiamento anti-cíclicas em momentos de crise. A sua proporção de capital realizado é superior a 20%, sendo que 80% do restante capital subscrito pertence a Estados-membro de *rating investment grade*.

A relação entre os seus activos operacionais e o valor de capital (subscrito), reservas e excedentes era em 2011 de cerca de 70%, um nível considerado reduzido. Estes activos operacionais tinham o valor total de 24,8 mil milhões de euros, a que acrescem 10 mil milhões de desembolsos contratados a realizar. A base de capital do Banco era de 29,5 mil milhões.

O EBRD disponibiliza um conjunto diversificado de apoios aos seus países beneficiários. Concede financiamentos do tipo concessional, com garantia soberana, que podem ter formulações mais próximas das condições de mercado nos países beneficiários de maior rendimento, bem como financiamentos ao sector privado, em regime *corporate* e de *project finance*. Os apoios ao sector privado incluem ainda investimentos em capital próprio.

A mais-valia do recurso aos mercados de capitais internacionais, dirigido ao financiamento de mercados financeiros restringidos, tem afastado a discussão em torno da conclusão do mandato do banco, que poderia decorrer dos progressos registados nos mercados-alvo. Tem sido relevante a captação de co-financiamentos, num reconhecimento das competências de avaliação e monitorização do Banco.

Além disso, o Banco pretende diversificar o seu mandato no médio e longo prazo, para tal desenvolvendo operações em países do Norte de África e do Médio Oriente. Esta decisão trará novas oportunidades ao nível da rentabilidade e da gestão do risco. Os primeiros investimentos realizados aconteceram em 2012, através de fundos especializados.

Os países beneficiários subscrevem 13% do capital do Banco: neste grupo se incluem a Tunísia e a Jordânia, no quadro do novo mandato do Banco. Em 2010 foi aprovado um aumento de capital de 50%, subscrito no valor de cerca de 10 mil milhões de euros, dos quais mil milhões foram realizados.

A exposição aos países considerados de *early transition* diminuiu acentuadamente durante a crise europeia. Esta orientação veio reforçar as oportunidades de financiamento aos países membros candidatos à EU, além de ter acentuado o peso da intervenção na Rússia (cerca de 30% dos activos operacionais).

No passado, o Banco beneficiou da exclusão de uma moratória de pagamento da dívida externa, decorrente do controlo de capitais imposto na Rússia em 1998. Essa exclusão abrangeu os devedores do sector privado. Assim se respeitou o compromisso de conceder o estatuto de crédito preferencial assumido pelos países beneficiários.

Todavia, a incidência de imparidades nos empréstimos do EBRD é historicamente mais elevada que a de outras das principais IFI's, mesmo se nunca existiu incumprimento por parte de entidades soberanas.

Os activos líquidos do Banco devem cobrir pelo menos 45% das necessidades de liquidez projectadas, 75% dos financiamentos contratados por desembolsar acrescidos do serviço de um ano de dívida.

Como resultado do cumprimento destas orientações internas, o Banco tem uma reputação de grande solidez, apesar de assumir exposições de risco relativamente elevadas no cumprimento do seu mandato. O número de empréstimos em incumprimentos foi porém afectado pela crise económica posterior a 2008.

Sem prejuízo desta realidade, a capacidade de monitorização do Banco é reconhecida, na gestão de um portefólio diversificado e na originação de muitos destes contratos.

Balanco EBRD – 2012			
Activo	51,2	Passivo	37,2
Empréstimos desembolsados	18,6	Dívida financeira	34,9
Participações de capital – operacionais	6,6	Derivados	1,7
Títulos de dívida	12,4	Outros passivos	0,5
Derivados	4,7	Capital Próprio	14,0
Outras aplicações financeiras	7,9	Capital Social Realizado	6,2
		Reservas e outras prestações	7,8
Total	51,2	Total	51,2

Seguem-se alguns dados gerais sobre as operações do grupo e a sua distribuição geográfica, com destaque para a sua presença nos mercados do Projecto Água Global.

Valor do portefólio e número de operações nos sectores de água e saneamento, por classe de produto e por região – 2004:

Produto	Portefólio do EBRD	Número de operações
Soberano	205,0	15
Risco municipal	261,3	19
Participação do sector privado	364,8	15

Região	Portefólio do EBRD	Número de operações
Países de transição avançada	357,7	19
Federação Russa	141,1	8
Países de transição intermédia ou em início de transição	309,7	20
Regional	22,6	2
Total	831,1	49

Fonte: EBRD

Aprovações de empréstimos nos sectores de água, saneamento e gestão de resíduos

M€	Sector Privado	Sector Público	Total
2000	39	66	105
2001	42	92	134
2002	93	65	158
2003	51	84	135
2004	0	40	40
2005	0	72	72
2006	18	119	137
2007	94	110	204
2008	129	31	160
Total	466	679	1145

Fonte: EBRD Project Database – EBRD

Montantes de financiamento contratados na Polónia pelo EBRD (data de assinatura):

	2008	2009	2010	2011	2012
<u>Total</u>	<u>75,73</u>	<u>407,71</u>	<u>574,50</u>	<u>819,39</u>	<u>651,03</u>
Empréstimos	4,04	349,79	463,17	584,34	434,79
Capital próprio	71,69	47,75	111,33	235,05	216,24
Garantias	0	10,17	0	0	0
<i>Número de projectos</i>	<i>5</i>	<i>15</i>	<i>14</i>	<i>16</i>	<i>17</i>

Montantes de financiamento contratados na Sérvia pelo EBRD (data de assinatura):

	2008	2009	2010	2011	2012
<u>Total</u>	<u>73,00</u>	<u>417,16</u>	<u>535,43</u>	<u>539,11</u>	<u>202,40</u>
Empréstimos	61,00	316,67	480,15	499,19	198,24
Capital próprio	12,00	100,50	25,27	4,00	4,16
Garantias	0	0	30,00	35,92	0
<i>Número de projectos</i>	<i>6</i>	<i>13</i>	<i>22</i>	<i>24</i>	<i>12</i>

Montantes de financiamento contratados na Croácia pelo EBRD (data de assinatura):

	2008	2009	2010	2011	2012
<u>Total</u>	<u>65,50</u>	<u>251,13</u>	<u>380,43</u>	<u>161,09</u>	<u>138,12</u>
Empréstimos	20,00	214,56	337,82	152,00	133,32
Capital próprio	45,50	17,00	39,55	4,00	4,80
Garantias	0	19,56	3,06	5,09	0
<i>Número de projectos</i>	<i>5</i>	<i>10</i>	<i>13</i>	<i>7</i>	<i>10</i>

Unidade: Milhões de euros

Agências e Trust Funds

O EBRD é promotor de um conjunto de *Trust Funds*, de temática sectorial ou regional, que, na sua maioria, são abertos à participação de diversos doadores e, por consequência, são *untied funds* sem restrições formais à contratação nos projectos financiados. Existem algumas excepções respeitantes a fundos nacionais, com reduzida expressão no total dos fundos sob gestão do Banco.

No que concerne ao sector da água, o principal fundo gerido pelo BEI é o *European Western Balkans Joint Fund* (EWBJF), fundo destinado a diversos tipos de projectos na região balcânica. As actividades no sector da água na Croácia e na Sérvia, mercados-alvo do projecto, são elegíveis, tendo já sido beneficiadas no passado recente.

Este fundo é gerido no quadro da parceria *Western Balkans Investment Framework* (WBIF), que reúne a Comissão Europeia, o EBRD, o BEI e o Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa (com participação mais restrita).

É privilegiado o financiamento de projectos em que uma das instituições promotoras, ou uma instituição parceira (caso do KfW) assumem uma exposição predominante. Existem, a esse nível, instrumentos de *Joint Grant Facility* e *Joint Loan Facility*, que mobilizam as diversas entidades para que sindiquem o financiamento gerido pelo principal financiador.

Estas componentes de financiamento paralelo são muitas vezes enquadradas em projectos de cooperação técnica. Neste domínio insere-se o fundo EWBJF, que concentra um conjunto de doações de agências de cooperação nacionais.

A maioria destes projectos recebe verbas no orçamento comunitário, designadamente no quadro do *Instrument for Pre-accession* (IPA) ou de instrumentos aplicáveis aos Estados-membros da União Europeia – o que é aplicável à Croácia a partir de 2013. A intervenção financeira directa do EBRD em projectos deste sector tem, até à data, ocorrido no quadro de projectos financiados pelo KfW e pelo Banco Europeu de Investimento, em primeiro plano. Tem ainda coincidido com a intervenção do EWBJF.

Existem ainda outros *Trust Funds*, exclusivamente geridos pelo Banco, com aplicação ao sector da água dos mercados-alvo abrangidos pelo EBRD (Sérvia e Croácia). A tabela seguinte sintetiza as opções disponibilizadas ao sector, no que respeita a fundos sob gestão directa ou outra participação relevante do EBRD:

Fundo	Ano de constituição	Montante (M€)
EBRD Southern Mediterranean Financial Intermediary Trust Fund (EBSM) ³⁶	2011	14
EBRD Water Fund	2010	
Southern and eastern Mediterranean (SEMED) Multi-Donor Account	2011	19,3
European Western Balkans Joint Fund	2009	16,64 ³⁷

³⁶ Sob gestão do Banco Mundial

³⁷ Valor dos financiamentos contratados até ao final de 2011

Deve ainda ser feita menção à existência de um fundo português de cooperação técnica que, na soma das realizações de capital já operada, disponibilizou desde 1992 o valor de 2,2 milhões de euros. Diversas entidades portuguesas realizaram ainda, no passado, co-investimentos em conjunto com o EBRD, num valor total acumulado de 540 milhões de euros, correspondentes a 46,6% do total desses investimentos.

Contactos

	Responsáveis a contactar:	Referência Institucional:	Endereços de contacto:	Telefones / Endereços electrónicos:
Presidente		<i>Chairman e Presidente Executivo.</i>	One Exchange Square London EC2A 2JN United Kingdom	
Administradores (23 no total)	Prof. Dr. Abel Mateus	Tutela Portugal e a Grécia.	One Exchange Square London EC2A 2JN United Kingdom	Tel: +44 20 7338 6406 Email: mateusa@ebrd.com PortugalOffice@ebrd.com
	Michel Grilli	Tutela a relação com o BEI.		
	Werner Gruber	Tutela a Sérvia , o Montenegro, a Moldávia, a Ucrânia, o Turquemenistão, o Liechtenstein e a Suíça.		
	András Karman	Tutela a Croácia , Hungria, a República Checa, a Eslováquia e a Geórgia,		
	Zbigniew Hockuba	Tutela a Polónia , a Bulgária e a Albânia.		
	Claire Dansereau	Tutela Marrocos , a Tunísia, a Jordânia e o Canadá.		
Outros contactos de Portugal	Eunice Rocha	Adviser to Portugal/Greece Chair		Tel: +44 20 7338 7866 +44 77 4124 0448 Fax: +44 20 7338 6481 Email: rochae@ebrd.com
Contactos do sector	Jean-Patrick Marquet	Municipal and Environmental Infrastructure: Director		Tel: +44 20 7338 6849 Fax: +44 20 7338 6964
	Susan Goeransson	Senior Banker, Municipal and Environmental Infrastructure		Tel: +44 20 7338 7940 Email: goeranss@ebrd.com
	Julio Schreier	Water & Wastewater Principal Specialist		Tel: +44 20 7338 8583 Fax: +44 20 7338 6964 Email: schreiej@ebrd.com
Contactos de estruturação de operações	Rudolf Putz (Head) Rebecca Suknenko	<i>Trade Facilitation Programme</i>		Tel: +44 207 338 6476 Fax: +44 207 338 6119/7029 Email: suknenkr@ebrd.com

Contactos de procurement	Dirk Plutz	Senior Procurement Specialist		Tel: +44 20 7338 6219 Fax: +44 20 7338 7472 Email: plutzd@ebrd.com
Croácia			Miramarska 23 3rd Floor 10000 Zagreb Croatia	Tel: +385 1 6000 310 Fax: +385 1 6197 218
Polónia			53 Emili Plater Street Warsaw Financial Center Suite 1300 00-113 Warsaw Poland	Tel: +48 22 520 5700 Fax: +48 22 520 5800
Sérvia			Bulevar Zorana Đinđića 64a, 5th Floor 11070 Novi Beograd Serbia	Tel: +381 11 212 0529/0530/0531 Fax: +381 11 212 0534
Marrocos	Remy Hassenforder	Senior Banking Representative	One Exchange Square London EC2A 2JN United Kingdom	Tel: +44 (0) 20 7338 87233 Email: hassenfr@ebrd.com

e) BEI – Banco Europeu do Investimento

Caracterização

O Banco Europeu de Investimento é uma instituição da União Europeia dedicada ao financiamento de projectos de infra-estruturas nos países membros da União e em outros países beneficiários. Iniciou a sua actividade em 1958, aquando da ratificação do Tratado da Comunidade Económica Europeia.

Neste último conjunto se inserem os países abrangidos pela política de vizinhança da UE, em particular os países candidatos à adesão, assim como os países ACP, no quadro dos acordos de Cotonou e de posteriores tratados de comércio internacional. O banco tem uma contribuição financeira relevante no 10º Fundo de Desenvolvimento (EDF) da Acção Externa Europeia, dirigido a este último grupo de países.

Além do Banco, existe uma segunda instituição integrada no seu grupo, o Fundo Europeu de Investimento. Este fundo dedica-se ao financiamento indirecto de projectos de capital de risco, tipicamente no segmento de *Venture Capital*, operando como *fund of funds*. Os seus fundos são assim administrados por intermediários financeiros diversos, no continente europeu, entre os quais se contam sociedades gestoras de fundos e bancos comerciais. Tendo um mandato dirigido às PME, é de reduzida aplicação a projectos de infra-estruturas. O capital autorizado do FEI é de 3000 milhões de EUR.

O valor do capital subscrito do BEI é de cerca de 242 mil milhões de euros, de acordo com as contas de 2011, enquanto o seu volume total de activos ascende a aproximadamente 508 mil milhões, o que, de acordo com estes critérios, o define ao nível mundial como o maior banco de desenvolvimento multilateral.

Todos os Estados-membros da União Europeia são subscritores do capital do Banco, pelo que este tem 28 accionistas. As maiores participações estão distribuídas simetricamente pela Alemanha, por França, pela Itália e pelo Reino Unido, as quatro maiores economias da União, num total de cerca de 65%.

De entre os restantes membros, destaca-se o poder de voto de Espanha, aproximadamente igual à soma das participações dos países do Benelux (acima de 9%). Do ponto de vista da capitalização do Banco, deve ainda ser realçada a participação de outros Estados-membros de *rating* AAA, de menor dimensão, como a Áustria e os países escandinavos.

A estrutura organizacional do BEI é em grande medida idêntica à do EBRD, sendo definida por um Conselho de Governadores, um Conselho de Administração de 28 membros e uma Comissão de Gestão de 9 – sendo

os dois últimos órgãos presididos pelo Presidente do BEI e eleitos pelo Conselho de Governadores por um período de seis anos.

No Conselho de Administração, verifica-se a particularidade de cada administrador ser eleito por um dos Estados-membros ou, num dos casos, pela Comissão Europeia, sem que seja abandonada a ponderação do capital subscrito nos direitos de voto. Uma outra característica peculiar do BEI respeita à dinâmica intergovernamental que lhe está subjacente, pela existência de relações diplomáticas intensas entre todos os membros.

Estas são materializadas ao nível político, no quadro do Conselho Europeu e do Conselho de Ministros da União Europeia (C.M.), assim como ao nível técnico, no quadro dos órgãos consultivos do C.M., constituídos por responsáveis de topo das Administrações Públicas.

Por fim, não deixa de ser relevante, no aspecto institucional, que todos os Estados-membros são beneficiários. Por outro lado, verifica-se a ausência de todos os Estados não-membros da União que são beneficiários da actividade do Banco. Trata-se de uma situação sem paralelo nas principais instituições multilaterais.

O BEI está sediado na Cidade do Luxemburgo e tem escritórios nacionais nos 28 Estados-membros, assim como na maioria dos seus restantes países beneficiários. Os seus colaboradores, de número aproximado de 1800, são de diversas nacionalidades. Na sua equipa, ao nível central, incluem-se cidadãos extra-comunitários.

De entre os mercados abrangidos pelo Projecto Água Global, é de realçar a intervenção ampla e transversal do BEI na Polónia, onde se constitui como o principal financiador da janela governamental no quadro pós-adesão. O BEI tem ainda aumentado a sua exposição aos mercados sérvio e croata, no quadro das candidaturas desses países à UE.

Marrocos contar-se-á entre os novos países beneficiários da actividade do Banco, enquanto em Moçambique é muito relevante o impacto dos financiamentos indirectos do BEI por via da EuropeAid.

Já a Argélia, tal como Marrocos até à actualidade, é servida pela FEMIP (*Facilité Euro – méditerranéenne d'Investissement et de Partenariat*), que entre 2007 e 2013 teve uma dotação de 9700 milhões de euros para investimentos de capital de risco, projectos de apoio à democratização e o financiamento directo e indirecto de grandes projectos de infra-estruturas.

A este valor se agrega uma dotação total de cerca de 4 mil milhões de euros, proveniente do orçamento comunitário. De entre os desembolsos contratados em 2011, 27% foram consignados ao sector da água, enquanto 21% da exposição da FEMIP nesse ano concernia ao financiamento de projectos em Marrocos. A Argélia é também elegível para o uso deste instrumento, ainda que não tenha sido registada qualquer exposição a este país em 2011.

Este programa inclui ainda a gestão de um *Trust Fund* pelo Banco, o FEMIP *Trust Fund*, no valor de 4700 milhões de euros.

Funcionamento

Contrariamente ao funcionamento efectivo da maioria das IFI's no âmbito comunitário são critérios políticos que regem a alocação dos financiamentos, com claros propósitos redistributivos. Não existe assim uma clara relação entre as participações de capital dos Estados-membros e as exposições assumidas no portefólio do Banco.

O valor total desembolsado em empréstimos operacionais do Banco, tal como registado nas contas de 2012, é de 413 mil milhões de euros, o que corresponde a 81% do total dos activos do Banco – um valor expressivo por comparação ao dos seus investimentos de carteira e ao de outras actividades operacionais, tais como o Fundo Europeu do Investimento (cerca de 1400 milhões de euros), vocacionado para o capital de risco, e a concessão de garantias (880 milhões).

O Banco desempenha uma importante função de auxílio ao Estados europeus na gestão do risco da sua dívida, em particular no que se refere aos seus custos de financiamento. Este apoio é conseguido por via da diluição de uma parte do risco de crédito de cada Estado pelo risco de crédito agregado da União Europeia, na componente do financiamento de infra-estruturas. Essa componente deverá ser ainda mais visível em projectos futuros como o das *Project Bonds*, que concretizem desígnios políticos da Comissão Europeia em resposta à crise.

Muitos dos financiamentos historicamente concedidos pelo BEI no espaço comunitário foram conjugados com a atribuição de subsídios pela União Europeia, no quadro das suas políticas comuns de índole redistributiva. Uma outra característica comum nas operações de acção interna do Banco vem sendo a do co-financiamento por instituições financeiras privadas do Estado beneficiários ou de outros Estados-membros.

Uma das contrapartidas do mandato específico que o Banco assume enquanto instituição da União Europeia é o acesso ao financiamento directo da parte do Banco Central Europeu, aplicável desde 2009.

Os activos do Banco elegíveis para garantir estas operações tinham em 2011 o valor de cerca de 34 mil milhões de euros, pelo que este instrumento veio consolidar definitivamente a sua notação de crédito e a sua capacidade de expandir as suas operações, no que respeita a eventuais restrições de liquidez.

O valor total da dívida financeira do BEI é de cerca de 424,7 mil milhões de euros, na sua quase totalidade de longo prazo, o que define um rácio entre a dívida e o capital subscrito de 1,75, num contexto em que a alavancagem medida em relação ao capital realizado é superior a 90%. No entanto, os custos de financiamento do Banco, repercutidos nos seus mecanismos de financiamento são muito reduzidos pelas razões já expostas e em virtude de a instituição se encontrar consagrada nos Tratados da União Europeia.

Entre 2009 e 2011, verificou-se uma redução progressiva dos desembolsos anuais do Banco, que deverá prosseguir até 2014 de acordo com as projecções disponíveis. Deste modo, pretende-se repor o nível anual de concessão de crédito anterior à crise de 2008-09, que era inferior a 50 mil milhões de euros. Em 2009, atingiu cerca de 79 mil milhões, valor que agora se pretende reduzir para 48 mil milhões de euros.

O BEI apresentou um resultado líquido positivo de 2740 milhões de euros em 2012, mantendo uma tendência de crescimento verificada desde 2007. Este indicador revela a imunidade do desempenho do Banco face à crise financeira dos últimos anos, em particular no domínio dos activos operacionais, ao que acresce uma gestão de carteira conservadora.

A qualidade dos activos do Banco está na base deste desempenho. Desde logo, a exposição (ajustada quanto às garantias prestadas) a entidades públicas (45%) e bancárias (22%) e ao orçamento comunitário (7%) compõe a clara maioria do seu portefólio. Quanto às entidades públicas, é evidente o estatuto preferencial dos créditos do BEI, pelos quais responde o capital subscrito pelos Estados-membros. Mesmo no quadro do investimento de carteira, o Banco conseguiu excluir-se da recente reestruturação da dívida soberana grega.

As imparidades abrangem apenas 0,1% dos empréstimos concedidos, sendo de destacar que estas imparidades são inferiores a 100 mil euros no portefólio dos países candidatos e dos membros da EFTA. A distribuição sectorial dos empréstimos operacionais realça os sectores dos transportes (28%) e da energia

(13%), enquanto os projectos no sector das águas correspondem a 5% desse portefólio. Tipicamente, os financiamentos abrangem 30 a 50% do valor total desses projectos.

A exposição a países não-membros da União Europeia é de 10% no segmento dos empréstimos, estando até hoje ligada aos países da EFTA e a países beneficiários do EBRD (alguns deles candidatos ou pré-candidatos à adesão), a que acresce a participação nos Fundos Europeus de Desenvolvimento (da EuropeAid), num quadro de financiamento indirecto. A actividade operacional nos novos países beneficiários do Norte de África e do Médio Oriente encontra-se na fase de lançamento.

Balço BEI – 2012			
Activo	508,1	Passivo	452,9
Empréstimos desembolsados	275,9	Dívida financeira	439,1
Aplicações em instituições financeiras	175,7	Outros passivos	12,1
Aplicações ilíquidas em títulos de dívida	9,3	Provisões	1,7
Liquidez e activos refinanciáveis no BCE	17,6	Capital Próprio	55,2
Outras aplicações financeiras	29,8	Capital Social Realizado	21,6
Outros activos	0,5	Reservas e outras prestações	33,6
Total	508,1	Total	508,1

Seguem-se alguns dados gerais sobre as operações do grupo e a sua distribuição geográfica, com destaque para a maior expressão do Banco nos novos países-membros da União Europeia.

Empréstimos nos sectores da água e das infra-estruturas urbanas - 2000-2008:

M€ / País	2000-04	2005	2006	2007	2008
Polónia	1.256	256	29	37	382
Bélgica	850	175	521	300	400
Espanha	2.100	293	592	483	304
Estónia	12	0	0	0	0
Eslováquia	42	17	0	0	21
Eslovénia	45	0	0	0	0
Letónia	0	150	0	0	200
Lituânia	60	0	0	0	0
Portugal	500	300	573	400	182
República Checa	710	136	428	362	0

Roménia	550	313	96	12	631
Membros EU	22.281	4.706	4.903	4.868	7.161
Parceiros EU	1.998	297	389	249	643
Total	24.279	5.003	5.292	5.117	7.804

Fonte: *EIB Annual Reports (2004-2008)* Agências e fundos associados

Trust Funds

Ainda que não se enquadre no mandato do Banco o recurso extensivo a mecanismos especiais de financiamento, estas soluções podem ser adoptadas em situações que, por se encontrarem nos limites da esfera de actividade do Banco, mais beneficiem de uma dotação financeira adicional.

Esta dotação deve compaginar-se com os interesses legítimos dos subscritores dos seus fundos, cujo contributo técnico é valorizado. Nesse quadro, registam-se dois fundos de cooperação técnica.

O *FEMIP Trust Fund (Facility for Euro-Mediterranean Investment Partnership)*, referido na secção anterior, dirige-se aos países do mediterrâneo onde se não verifica ainda uma presença mais abrangente do Banco, sendo participado pela EU e por diversos Estados-membros. Compreende empréstimos dirigidos a projectos de valor superior a 25 M€, assim como financiamentos a instituições financeiras e participações de capital (em empresas não cotadas).

O *Eastern Partnership Technical Assistance Trust Fund* enquadra-se na política de vizinhança da União Europeia relativa à sua fronteira oriental. Dirige-se principalmente ao financiamento de estudos de viabilidade e de estudos de impacto ambiental em países membros da CEI³⁸, assim como a actividades de gestão de projectos e a despesas de âmbito judicial no seu decurso. São seus principais contribuidores a Áustria, a França, a Letónia, a Polónia e a Suécia.

De grande importância é ainda a intervenção do BEI no quadro da parceria *Western Balkans Investment Framework*, descrita em detalhe na secção anterior, relativa ao EBRD.

Contactos

	Responsáveis a contactar:	Referência Institucional:	Endereços de contacto:	Telefones / Endereços electrónicos:
Presidente	Werner Hoyer	<i>Chairman</i> e Presidente Executivo.	98-100, boulevard Konrad Adenauer L-2950 Luxembourg	
Administradores (28 no total)	Vladimira Ivandic	Tutela a Croácia .		
	Jacek Dominic	Tutela a Polónia .		
	Pedro Machado	Tutela Portugal .		Tel: +351 213128159 Fax: +351 213532591 Email: adminbei@gpearl.min-financas.pt

³⁸ A Comunidade de Estados Independentes é uma comunidade económica que estabelece um mercado comum na Europa de Leste e na Ásia Ocidental, reunindo algumas das antigas repúblicas soviéticas.

Administrador Executivos	Jonathan Taylor	Vice-Presidente com a tutela do Ambiente e da Acção Climática		
Contactos do sector	José Tomás Frade	Special Advisor for Water and Project Development Projects Directorate		Tel: +3181 11 312 1756 Fax: +381 11 312 1929 Email: FRADE@eib.org
Croácia		Sede do grupo (para projectos que não sejam geridos por intermediários privados, geralmente os de valor superior a 25M€)	98-100, boulevard Konrad Adenauer L-2950 Luxembourg	Tel: +352 43 79 1 Fax: +352 43 77 04 info@bei.org
Marrocos	Chef du bureau: Guido PRUD'HOMME	Rabat Office	Riad Business Center, Aile sud, Immeuble S3, 4 étage Boulevard Er-Riad 10100 Rabat	Tel: +212 5 37 56 54 60 Fax : +212 5 37 56 53 93
Polónia	Head of office: Wojciech DESKA	Warsawa office	Plac Piłsudskiego 1 PL-00-078 Warszawa	Tel: +48-22 310 05 00
	JASPERS: Michael MAJEWSKI	Warsawa office	Plac Piłsudskiego 1 PL-00-078 Warszawa	Tel: +48-22 310 05 01
Sérvia	Head of office: Andreas BEIKOS	Belgrade office	Vladimira Popovića 38-40 11070 Beograd	Tel: +381 113 12 17 56 Fax: +381 113 12 19 29 Email: a.beikos@eib.org
Contactos gerais		Sede do grupo	98-100, boulevard Konrad Adenauer L-2950 Luxembourg	Tel: +352 43 79 1 Fax: +352 43 77 04 Email: info@bei.org
		Escritório de Lisboa	Avenida da Liberdade, 190-4º A P-1250-147 Lisboa	Tel: +351 213 42 89 89 Fax: +351 213 47 04 87

f) IsDB – Banco Islâmico para o Desenvolvimento

Caracterização

O Banco Islâmico para o Desenvolvimento é uma instituição governamental constituída por 56 Estados-membros pertencentes à Organização para a Cooperação Islâmica. Foi fundado em 1973. Concede financiamento a projectos de desenvolvimento nos países membros.

A organização interna do grupo assenta na agregação de cinco instituições:

- O próprio IsDB, centrado na concessão de empréstimos e doações, na gestão de fundos especiais e em actividades de cooperação técnica;
- O Instituto Islâmico de Investigação e Formação (IRTI), dirigido ao apoio ao conhecimento em matéria de finanças islâmicas e à produção de informação estatística.
- A Cooperação Islâmica para a Segurança do Investimento e o Crédito à Exportação (ICIEC), com funções semelhantes às da MIGA do Banco Mundial, para os seus membros (a maioria dos Estados accionistas do IsDB).
- A Cooperação Islâmica para o Desenvolvimento do Sector Privado (ICD), que se consigna ao financiamento de projectos no sector privado dos Estados-membros, tendo especialmente em vista a consolidação de mercados livres estruturados de acordo com os princípios islâmicos. A maioria dos apoios destina-se à indústria e ao sector financeiro. Encontra-se sob a sua gestão o *United Investment Fund* (UIF).
- A Cooperação Internacional Islâmica para o Financiamento do Comércio (ITFC), que presta serviços de *trade finance* em transacções entre os seus membros. Além disso, coordena o Programa de Facilitação do Comércio e da Cooperação do grupo.

O IsDB é uma instituição financeira multilateral exclusivamente composta por países beneficiários, cujas economias se encontram em desenvolvimento. Tem no entanto um forte apoio accionista, com destaque para a presença de Estados com reputação relativamente elevada nos mercados de crédito.

Os níveis de liquidez do Banco são muito elevados, o que se conjuga com o estatuto de credor preferencial de que beneficia, credibilizado pelo cariz das relações diplomáticas entre os Estados-membro.

O Banco tem sede em Jeddah, na Arábia Saudita. Encontra-se ainda presente através de escritórios regionais localizados no Afeganistão, em Marrocos, no Senegal e na Malásia. No total, tem cerca de 900 colaboradores.

Em Moçambique, conta já com credenciais relevantes nos sectores do ambiente e da energia, alinhando frequentemente a sua acção com a das mais robustas instituições multilaterais. Na Argélia e em Marrocos, a sua intervenção histórica é ainda mais alargada e tem sido fortemente dirigida a projectos de abastecimento de água.

Funcionamento

O comprometimento dos accionistas para com o Banco tem sido demonstrado nos últimos anos pelo aumento significativo do seu capital, com aumentos aprovados de 56% em 2006 e de 12% em 2012, a efectivar nos anos seguintes. O valor corrente do seu capital subscrito é de 17,8 mil milhões de dinares³⁹.

³⁹20,5 mil milhões de euros. O dinar islâmico é fixado por uma taxa de câmbio fixa de 1 dinar por SDR.

Desde 2003, o Banco tem realizado emissões de instrumentos islâmicos de dívida semelhantes a obrigações de longo prazo (Sukuk), cujo valor total já ascende a 1900 milhões de dinares⁴⁰. Ainda assim, permanece reduzida a alavancagem do grupo (cerca de 22% do capital investido).

O Banco destaca-se pelo seu reduzido nível de imparidades nos empréstimos concedidos. Além disso, os activos operacionais detidos nos países-membros menos desenvolvidos, de cariz concessional, estão a ser progressivamente transferidos, desde 2007, para o Fundo Islâmico de Solidariedade e Desenvolvimento, de modo a que a dotação do fundo (projectada em 10 mil milhões de dinares⁴¹) seja isolada do risco agregado do grupo.

A exposição do IsDB às recentes crises políticas em países árabes foi bastante limitada, em virtude do peso reduzido destes mercados no seu portefólio, com excepção do mercado sírio (cerca de 3% do portefólio do grupo em 2011).

Os activos operacionais do Banco cresceram em 2010 e 2011, enquanto a exposição aos mercados menos desenvolvidos se tem mantido aproximadamente constante em termos percentuais.

A generalidade dos empréstimos concedidos pelo IsDB tem garantias soberanas, mesmo no caso de financiamentos privados. Esta restrição contribui para que os casos de incumprimento respeitem a menos de 1% desses empréstimos. O Banco tem ainda um estatuto de credor preferencial, que condiciona a adesão de todos os Estados - membros.

A soma dos valores de empréstimos concedidos e de investimentos de carteira está limitada ao valor de capital subscrito, reservas, depósitos e excedentes do grupo. Em 2011, esse conjunto de activos correspondia a apenas 39,1% do limite imposto pela política de liquidez do grupo.

Uma outra regra estabelecida diz respeito à suspensão dos desembolsos dos empréstimos concedidos, a verificar sempre que seja devido 1 milhão de dinares⁴², exista um saldo devedor superior a 0,5 milhões⁴³ ao longo de seis meses ou um saldo superior a 100 mil dinares⁴⁴ ao longo de um ano.

Uma parte significativa dos activos líquidos do grupo encontra-se alocada ao fundo *Waqf*, que reúne todos os proveitos dos investimentos de carteira do grupo que, segundo a lei islâmica, não podem ser utilizados – é o caso de todos os juros recebidos. Este fundo funciona como uma reserva de último recurso do grupo.

Os activos operacionais do grupo ascendem a 6600 milhões de dinares⁴⁵ e correspondem essencialmente a empréstimos concessionais sem juros (apenas onerados por pequenos comissões administrativas) e a produtos financeiros específicos das finanças islâmicas.

Dentro destes últimos, merecem destaque os modelos de:

- *Ijara Muntahia Bitamleek*, que reproduz um *leasing* através da compra e da revenda de bens pela entidade financiadora e do seu usufruto pelo locatário no período que medeia a duas transacções.
- *Istisna'a*, que reproduz um contrato de futuros sobre bens reais, através da compra e da revenda pela entidade financeira.

⁴⁰ Cerca de 2185,0 milhões de euros

⁴¹ Cerca de 11.500,2 milhões de euros

⁴² Cerca de 1,15 milhões de euros

⁴³ Cerca de 580 mil euros

⁴⁴ Cerca de 120 mil euros

⁴⁵ Cerca de 7590,2 milhões de euros

- *Murabaha*, que reproduz o financiamento de tesouraria. Consiste na compra e na revenda de bens reais, no curto prazo, pela entidade financiadora, cobrando uma margem sobre o preço e compra na revenda. Uma variante deste modelo inclui a revenda a prestações.

Ainda que os montantes de financiamento concedidos não sejam avultados face às necessidades dos grandes projectos de investimento, as condições oferecidas, de acordo com a Shari'a, são atraentes, uma vez que a incidência de comissões administrativas é muito inferior aos juros de mercado habitualmente cobrados.

Contactos

	Responsáveis a contactar:	Referência Institucional:	Endereços de contacto:	Telefones / Endereços electrónicos:
Presidente	H.E. Dr Ahmad Mohamed Ali	<i>Chairman</i> e presidente executivo do Banco.		
Administradores Executivos (18 no total)	Hon. Antonio Fernando Laice	Tutela Moçambique e 6 outros países da África Subsariana	Rua Melo E Castro 145 Maputo Republic of Mozambique	Tel: + 216 71 798051 / 71 798522 Fax: + 216 71 799069
	Hon. Noureddine Kaabi	Tutela a Tunísia, Marrocos, a Argélia e a Mauritânia	Ministry of Development and International Cooperation 98 Avenue Mohamed V 1002 Belvedere Tunis Tunisia	Tel: +258 21311141 / 21304253 / 21328325 Ext. 378 Fax: +258 21315043
Argélia e Marrocos		Para países do Norte de África e da África Ocidental	Rabat Regional Office Km 6.4, Avenue Imam Malik Route des Zaers, P. O. BOX: 5003 - Rabat Kingdom Of Morocco	Tel: 212 37 757191 / 37 659751 / 37 636322 Fax: 212 37 757260
Moçambique		Escritório Regional: Senegal	18 Boulevard de la République - Dakar B.P. : 6253 Dakar étoile - Dakar Sénégal	Tel. : 33 889 11 44 Fax : 33 823 36 21

g) CAF – Corporação Andina de Fomento

Caracterização

Constituída em 1970, a Corporação Andina de Fomento é uma instituição financeira multilateral que visa o desenvolvimento económico da América Latina. O seu principal enfoque concerne aos diversos sectores de infra-estruturas e às políticas sociais, sem prejuízo de ter igualmente um mandato de apoio aos sistemas bancários dos países beneficiários.

A CAF é uma organização de capital misto, subscrito pelos 18 Estados-membros e por 14 bancos privados da região andina. Os 16 países beneficiários situam-se na América do Sul e compreendem-se entre os Estados – membros, a que acrescem as participações de Portugal e Espanha.

A Corporação sofreu uma evolução institucional considerável ao longo dos anos, motivada pela diversificação das participações de capital em favor de Estados-membro latino-americanos que não pertencem à região andina (Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Panamá). Neste sentido, a Corporação tem procurado apresentar-se como um banco de desenvolvimento da América Latina, sem privilégio dos

membros beneficiários da região andina. Esta tendência tornou-se mais visível após a subscrição selectiva de capital realizada em 2007.

O órgão electivo da Corporação é a sua Assembleia de Accionistas, onde estão representados os accionistas públicos e privados, provenientes dos membros regionais. Compete à Assembleia de Accionistas eleger o Directório.

Este conselho é actualmente composto por 20 representantes, onde se inclui um representante da Banca Privada, um representante de um membro não beneficiário (Espanha) e um ou dois representantes por país dos membros plenos da organização.

De entre os representantes designados pelos accionistas, é eleito pelo Directório um Conselho Executivo. Procede-se ainda à eleição do Presidente Executivo da CAF. O quadro de delegação de competências no Conselho Executivo é estabelecido pelo Directório.

Os seus cerca de 500 colaboradores encontram-se dispersos pela sede, em Caracas, pela sua representação em Madrid e pelos escritórios localizados nos principais centros económicos de 9 dos seus países beneficiários.

Esta instituição tem como prioridade para o sector da água a associação a outras instituições financeiras multilaterais, concedendo alguma importância ao domínio da irrigação. De entre os mercados abrangidos pelo Projecto Água Global, apenas o Brasil se encontra entre os membros (beneficiários) da CAF.

Os investimentos financiados neste país tinham em 2011 o valor de 1797 milhões de dólares⁴⁶, dos quais apenas 29% beneficiam de garantias soberanas, o que se distingue das práticas mais generalizadas da Corporação. Os projectos de infra-estruturas, de nível nacional ou estadual, têm estado entre as suas principais prioridades.

Funcionamento

A Corporação distingue-se de outras IFI's pela elevada concentração geográfica do seu portefólio de financiamentos. Não tem, por outro lado, seguido uma estratégia prioritária de captação de financiamento externo nos mercados de dívida a custos mais reduzidos. A opção preferencial vem sendo o recurso à realização de capital social. Assim, os seus rácios de capital e liquidez não se encontram restringidos pelas suas políticas internas de forma idêntica ao que sucede nas IFI's mais endividadas.

Esta característica não deve ser dissociada do perfil económico dos principais membros da CAF, cujas economias se fundam largamente sobre a exploração de recursos naturais. Por outro lado, o reduzido envolvimento das maiores economias de entre os membros regionais (Brasil e Argentina) na estrutura accionista não poderia deixar de se reflectir no *rating* de crédito da instituição, tratando-se de um banco de desenvolvimento regional sem ampla participação de membros não regionais (o que o distingue do laDB).

Ainda assim, a Corporação consegue historicamente notações de nível *investment grade* (A ou AA), enquanto promove o alargamento das suas operações nos mais recentes membros beneficiários, sobretudo no Brasil e na Argentina. Espera-se que a adesão de novos Estados-membros se possa concretizar nos próximos anos, com destaque para um potencial beneficiário de grande dimensão (o Chile) e para um possível novo membro não regional, a Itália.

⁴⁶ Cerca de 1370 milhões de euros

A concentração dos activos operacionais da Corporação acompanha até certo ponto a do seu capital, como espelha a proporção do portefólio de empréstimos relativa aos três principais sócios (Colômbia, Bolívia e Perú). Esta era de 39% em 2011, enquanto era de 45% a participação de capital destes Estados-membros.

Uma outra característica peculiar desta instituição é o seu elevado rácio de capital realizado, relativo ao capital subscrito, superior a 60%⁴⁷. Neste quadro, têm sido promovidos sucessivos aumentos de capital (social, realizado) nos últimos anos, como resposta à crise financeira e à percepção externa de que a Corporação estaria descapitalizada.

Até 2017, o valor do capital social será aumentado em 4100 milhões de dólares⁴⁸, reflectindo o aumento da contribuição dos novos membros, assim como a realização de algumas subscrições generalizadas. O valor total de capital subscrito era em 2011 de 5452 milhões de dólares⁴⁹, dos quais 3229 milhões⁵⁰ foram realizados. O capital social era de aproximadamente 4 mil milhões⁵¹.

A dívida financeira da instituição ascendia a cerca de 11.500 milhões de dólares⁵², excluindo depósitos (3500 milhões⁵³). A este grau moderado, mas não reduzido de alavancagem acrescia uma exposição considerável ao financiamento de curto prazo (118% dos activos líquidos da instituição).

O portefólio de empréstimos da Corporação era de 14,9 mil milhões de dólares⁵⁴, tendo-lhe assegurado um resultado líquido de 153 milhões de dólares⁵⁵, o valor mais reduzido desde 2003 e em linha com uma tendência recente de redução da rentabilidade.

A crise financeira internacional não parece ter afectado significativamente a qualidade dos activos do banco; todavia, o crescimento acentuado do portefólio de empréstimos (15% em 2011) não permitiu contrariar os efeitos negativos dos custos de financiamento e dos investimentos de carteira.

A História recente mostra a existência de um estatuto de credor preferencial da parte da CAF, que no caso dos seus principais membros se considera prevalente sobre outras instituições multilaterais, como o Banco Mundial, em virtude de situações de suspensão de pagamentos verificadas em Estados-membros da região andina. O incumprimento nos empréstimos é quase inexistente (0,05% dos empréstimos nessa situação), definido por 180 dias de atraso.

Os empréstimos concedidos destinam-se na sua maioria a entidades públicas (84%). Nestes casos, é comum a cobertura por garantias soberanas (em 96% dos casos). De entre a restante fracção destes activos operacionais, 7,2% destinam-se a instituições financeiras privadas. O co-financiamento é outra das suas principais linhas de acção, em particular junto de outros financiadores multilaterais.

Além de conceder empréstimos com diferentes perfis e prazos, a Corporação investe selectivamente em participações de capital. Os investimentos directos em participações de capital eram em 2011 de 35

⁴⁷ O valor era de cerca de 64% em 2011.

⁴⁸ Cerca de 3125,0 milhões de euros

⁴⁹ Cerca de 4155,5 milhões de euros

⁵⁰ Cerca de 2461,1 milhões de euros

⁵¹ Cerca de 3048,8 milhões de euros

⁵² Cerca de 8765,2 milhões de euros

⁵³ Cerca de 26.67,7 milhões de euros

⁵⁴ Cerca de 11.356,7 milhões de euros

⁵⁵ Cerca de 116.615,9 milhões de euros

milhões de dólares⁵⁶. Além disso, o Banco subscreve fundos de investimento de capital no valor de 77 milhões⁵⁷.

Balço CAF – 2012			
Activo	21,6	Passivo	15,2
Empréstimos concedidos	15,0	Dívida financeira	11,2
Investimentos de carteira	3,8	Depósitos	3,7
Liquidez	1,8	Outros passivos	0,3
Outros activos	1,0	Capital Próprio	6,4
		Capital Social	4,0
		Reservas e outras prestações	2,4
Total	21,6	Total	21,6

No quadro seguidamente apresentado, denota-se uma evolução sem tendência relevante da escala das operações da CAF no Brasil.

Montantes de financiamento contratados e desembolsados no Brasil – CAF (data de aprovação):

	2007	2008	2009	2010
Empréstimos	1370	691	1509	1370
Desembolsos	725	779	934	734

Unidade: Milhões de euros⁵⁸

Contactos

	Responsáveis a contactar:	Referência Institucional:	Endereços de contacto:	Telefones / Endereços electrónicos:
Presidente	Enrique García Rodríguez	Presidente e <i>Chariman</i>	Av. Luis Roche, Torre CAF, piso 8. Altamira Caracas, Distrito Capital Venezuela	
Brasil		Contacto Geral da Sede do Banco	Ave. Luis Roche, Torre CAF. Altamira, Caracas - Venezuela	Tel.: +58 (212) 209-2111 (master) Fax: +58 (212) 209-2444 e-mail: Infocaf@caf.com
	Dra. Moira Paz Estessoiro	Escritório Local no Brasil	Edifício Via Esplanada, Sala 404 - CEP 70070-600. Brasília DF	Tel: +55 (61) 2191 8600 Tel: +55 (61) 3226-8414 Fax: +55 (61) 3225-0633 e-mail: brasil@caf.com

⁵⁶ Cerca de 26,68 milhões de euros

⁵⁷ Cerca de 58,69 milhões de euros

⁵⁸ Valores convertidos à taxa de câmbio dólar-euro utilizada no documento.

1.2. Agências de Cooperação Nacionais

As agências de cooperação (e entidades assimiladas) são parte integrante dos seus governos nacionais. Não têm assim, verdadeiramente, uma estrutura institucional própria, enquadrando-se directamente na política externa dos seus países e no quadro da sua acção diplomática.

O quadro seguidamente apresentado destaca os países com maiores contribuições resultantes de doações bilaterais. Destacam-se os valores registados para os países do Norte da Europa, em termos relativos, assim como as contribuições das maiores economias da OCDE, em valor absoluto.

⁵⁹ Maiores doadores		
Países	mMC	%RNB
Estados Unidos	40,29	0,21
Reino Unido	18,39	0,56
Alemanha	17,26	0,38
França	17,00	0,5
Japão	14,77	0,38
Holanda	8,48	0,81
Espanha	7,91	0,43
Canadá	6,85	0,33
Noruega	6,12	1,1
Suécia	6,04	0,97
Itália	4,16	0,15
Dinamarca	3,83	0,9

a) Desenvolvimento e Cooperação – EuropeAid

Breve descrição

A EuropeAid é a agência que tem a seu cargo a cooperação no quadro da Acção Externa Europeia, sobre a autoridade da Comissão Europeia. Assume características idênticas às de uma agência de cooperação nacional (ver secção 1.2), mas, pela sua pertença a uma organização internacional (a União Europeia) e pela sua relação com o Banco Europeu do Investimento, de que se constitui, em certa medida, uma agência concessional, pode ser vista como uma instituição multilateral.

Ainda que exista esta proximidade, deve relevar-se que os seus instrumentos são maioritariamente financiados pelo orçamento comunitário. O seu quadro institucional não é, assim, intergovernamental, em sentido estrito, como sucede por norma nas instituições multilaterais, já que é tutelada por uma instituição comunitária de cariz federalista.

Do ponto vista geográfico, a actuação da EuropeAid distribui-se pelas regiões abrangidas pela Política de Vizinhaça da União Europeia, pela Ásia e pela América Latina, mas é na África Subsariana que a sua

⁵⁹ Despesas em cooperação e desenvolvimento – valores de 2010.

actividade assume maior preponderância regional, sendo apenas superada de forma evidente pela do Banco Mundial (e, em alguns países, pelo AfDB).

No quadro deste projecto, o aspecto de maior destaque na EuropeAid é a sua posição de segundo maior financiador de projectos de infra-estrutura em Moçambique.

Ainda que não esteja na total dependência do Banco Mundial (tendo competências de acompanhamento próprias para o seus financiamentos), entra frequentemente em parcerias com o mesmo, participando na sindicância de financiamentos.

Estes financiamentos ocorrem no quadro do 10º EDF⁶⁰, no valor total de 200 milhões de euros para o período 2008-2013, sucedendo ao 9º EDF para o quinquénio anterior, numa quebra de investimento face ao montante de 497 milhões de euros. São elegíveis os países ACP (Ásia, Caraíbas e Pacífico) no quadro dos acordos de Cotonou e posteriores tratados. Estes fundos contam com a participação do BEI.

Tem programas dirigidos ao Brasil, a Marrocos e à Argélia, que não se vocacionam ao apoio ao sector da água, ainda que na Argélia tenham sido concedidos apoios à melhoria de certos serviços de Operação, como os de controlo da qualidade.

É apresentada em seguida uma síntese das dotações orçamentais plurianuais da agência. Os seus mecanismos de financiamento classificam-se em doações directas (para projectos) e em mecanismos de suporte orçamental (contribuições para os Orçamentos de Estado).

Dados financeiros	
Dotações orçamentais plurianuais	
África, Caraíbas, Pacífico: 2008-2013	22,7
Política de Vizinhaça: Sul e Leste: 2007-2013	12
Ásia: 2007-2013	5,2
América Latina: 2007-2013	3,0
Total 4 Programas	42,9

Contactos

	Responsáveis a contactar:	Referência Institucional:	Endereços de contacto:	Telefones / Endereços electrónicos:
Comissário Europeu	Andris Piebalgs	Comissário Europeu para o Desenvolvimento	41 Rue de la Loi B-1049 Brussels Belgium	
Director-Geral	Fernando Frutuoso de Melo	Líder executivo da agência		

⁶⁰(9th/10th) *European Development Funds*. Estes fundos, numerados pela sua ordem cronológica, têm tido períodos de aplicação não sobrepostos ao longo das últimas décadas. São financiados maioritariamente pela União Europeia, no quadro dos acordos de comércio de Cotonou e, na restante proporção, pelo BEI.

Angola	Chefe da Delegação Javier Puyol Assistente do Chefe da Delegação Margarida Teixeira Margarida.Teixeira @eeas.europa.eu	Delegação da União Europeia na República de Angola	Endereço: Rua Rainha Ginga, nº 45, 3º Andar	Telefones: 222 393 038 / 222 391 277 / 222 391 339 Fax: 222 392 531 / 222 390 825 E-mail (geral): delegationangola@eeas.europa.eu E-mail (imprensa):delegation-angola- media@eeas.europa.eu
Argélia	Monsieur Marek SKOLIL	Ambassadeur, Chef de Délégation Délégation de l'Union européenne en Algérie	Domaine Benouadah, Rue du 11 Décembre 1960, El Biar, Alger Boite postale: 381	Telephone: (213-21) 92.36.40 / 92.63.41 / 92.99.75 Fax: (213-21) 92.36.81 E-mail: delegation-algeria@eeas.europa.eu Site Web: http://eeas.europa.eu/delegations/algeria
Brasil		Delegação da União Europeia no Brasil	SHIS QI 07 BL. A - Lago Sul - Brasília-DF - 71615-205	Telephone: 55 (61) 2104-3122 Fax: 55 (61) 2104-3141 DELEGATION-BRAZIL@eeas.europa.eu
Marrocos		Délégation de l'Union européenne	Riad Business Center Aile Sud, Boulevard Er-Riad Quartier Hay Riad Rabat Maroc Boîte Postale 1302	Tél : +212 (0) 537 57 98 00 Fax : +212 (0) 537 57 98 10 Courriel : delegation- morocco@eeas.europa.eu Site Web : http://eeas.europa.eu/delegations/morocco/
Moçambique			Endereço: Avenida Julius Nyerere, 2820 Caixa Postal 1306 Maputo Moçambique	Telephone: +258 21 481000 Celulares: +258 823013891/823013894/823013897 Fax: +258 21 491866 E-mail:DELEGATION- MOZAMBIQUE@eeas.europa.eu

b) AFD – Agence Française pour le Développement

Breve caracterização

A AFD é a agência para o desenvolvimento do Estado Francês, fundada em 1942, no âmbito da política colonial, e refundada em 1958. À semelhança de agências congéneres europeias, opera através de subsídios e, maioritariamente, de empréstimos concessionais.

Tem um portefólio de participações de capital no sector privado, geridas através de uma instituição associada, a Proparco, que gere igualmente os empréstimos concedidos ao sector privado. Existe ainda uma linha de negócio dirigida à prestação de garantias a PME francesas que operem nos países beneficiários.

Vem sendo um importante parceiro do Banco Mundial e do BEI nos mercados argelino e marroquino, ainda que, no mercado argelino, onde o volume de investimentos foi historicamente superior, tenham existido situações de incumprimento, no quadro da monitorização conjunta com entidades multilaterais.

Tem instrumentos específicos para financiamento de infra-estruturas na África Subsariana, pelo que, num quadro de maiores necessidades de financiamento, poderá vir a ser parceira do Estado moçambicano em projectos deste âmbito. Estes instrumentos incluem uma linha de financiamento particularmente consagrada a investimentos em água e saneamento na África Subsariana.

Apresenta-se em seguida uma síntese da situação financeira da agência.

Dados do sector da água – 2010			
Empréstimos soberanos	442	Sub-sector da água	59%
Empréstimos não soberanos	182	Sub-sector do saneamento	23%
Doações	27	Apoio sectorial global	18%
Total do sector	651	Total do sector	100%

Dados Financeiros – 2012 (exclui territórios ultramarinos de França)			
Autorizações		Balanço	
Subsídios	219,7	Activo	23,3
Empréstimos soberanos concessionais	3014,4	Empréstimos concedidos	14,8
Empréstimos não soberanos concessionais	259,9	Depósitos	4,5
Empréstimos não soberanos não concessionais	770	Outros activos	4,0
Financiamento a ONG	44,7	Passivo	20,6
Garantias	108,4	Capital Próprio e Interesses Minoritários	2,7
Total	4722,8	Total de Passivo e Capital Próprio	23,3

Financiamentos em curso – AFD	
Marrocos	912,5
Argélia	163,7
Moçambique	85,5
Brasil	53,3
Total	10897,0

Financiamentos em curso – Proparco	
Brasil	119,8
Marrocos	38,2
Moçambique	30,5
Argélia	10,6
Total	1650,1

Unidade: Milhões de euros

Contactos

	Responsáveis a contactar:	Referência Institucional:	Endereços de contacto:	Telefones / Endereços electrónicos:
Directora-Geral	Anne Paugram	Líder executiva	5 Rue Roland Barthes 75598 Paris CEDEX 12 France	

Contactos gerais		Sede da AFD	5 Rue Roland Barthes 75598 Paris CEDEX 12 France	Tel: +33 1 53 44 31 31 Fax: +33 1 44 87 99 39
Angola		Agence: LUANDA	Torre Elysée - 8a andar, Rua Rainha N'Ginga, n°31 Luanda	Fax : (244) 222 372 771 Tel. : (244) 222 333 309 E-mail: afdluanda@afd.fr
Argélia	Responsable: Roger GOUDIARD	Agence: Alger	Villa 62 A , Djenane El Malik Hydra Alger – ALGERIE	Tel : 00 213 2169 4300 / 4332 / 4340 Fax : 00 213 21 48 41 20 E-mail: afdalger@afd.fr http://algerie.afd.fr
	Roger GOUDIARD	Directeur	Villa 62 A , Djenane El Malik Hydra Alger – ALGERIE	E-mail: goudiadr@afd.fr
Brasil	Responsable: Gérard LAROSE	Agence: Brasília	SAS Quadra 03, Bloco C, Lote 02, Edifício Business Point, Salas 203 a 208, 70.070-934 Brasília - DF	Tel: 00 55 (61) 3322-4320 / 3226- 8006 Fax: 00 55 (61) 3321-4324 E-mail: afdbrasil@afd.fr http://brasil.afd.fr
	Représentant: M. Christophe Blanchot	Bureau de São Paulo (PROPARCO)	Edifício Çiragan Office Alameda Ministro Rocha de Azevedo, 38 - 11° andar, conjunto 1104 01.410-000 São Paulo - SP	Tel: 00 55 (11) 2532 - 4751 (4752, 4753) Fax: 00 55 (11) 3142 – 9884 E-mail: blanchotc@afd.fr
Marrocos		Agence de l'AFD au Maroc	162, avenue Mohammed VI Souissi - Rabat	Tel: (212) 537 63 23 94/95 Fax : (212) 537 63 23 97 Email : afd rabat@afd.fr
		Bureau de Casablanca	15, avenue Mers- Sultan Casablanca	Tel : (212) 522 22 78 74 Fax : (212) 522 29 53 98 Email : afdprocasablanca@groupe- afd.org
Moçambique	Responsable: Dimitri Kanounnikoff	Agence: Maputo	Avenida 24 de Julho, n°1500 BP 2647 Maputo MOZAMBIQUE	Tel : (258 21) 30 43 00 / 01 / 02 Fax (258 21) 30 37 47 E-mail : afdmaputo@afd.fr

c) MCC – Millennium Challenge Corporation

Breve descrição

A MCC é uma agência governamental dos Estados Unidos da América, criada a título especial em 2004, tendo em vista o cumprimento dos Objectivos do Milénio. Realiza investimentos no quadro de protocolos plurianuais, mediante instrumentos sectoriais de doação.

Tem um protocolo quinquenal assinado em 2007 com o Governo Moçambicano, que se encontra ainda em vigor, decorrendo negociações para o período 2014-2018.

Estão abrangidos investimentos em água e saneamento em duas províncias rurais do Norte do país. Existe um protocolo semelhante em Marrocos, referente ao mesmo período de tempo, que, todavia, só se reporta ao sector da água na vertente da irrigação.

Dados Financeiros – 2012			
Investimento cumulativo por sector		Resumo do Balanço	
Transporte	32%	Activo	6077,9
Agricultura	18%	Passivo	309,7
Água e Saneamento	12%	Capital próprio	5768,2
Administração e monitorização	11%	Investimento cumulativo por país	
Energia	10%	Marrocos	697,5
Governance	8%	Moçambique	506,9
Total	9140,4	Total	9140,4

Unidade: Milhões de dólares

Contactos

	Responsáveis a contactar:	Referência Institucional:	Endereço:	Telefones / Endereços electrónicos:
Contactos gerais		Sede da agência	875 Fifteenth Street NW Washington, DC 20005-2221	Tel: 202-521-3600
Marrocos	MCA Contacts Mr. Morad Abid Chief Executive Officer	Agence du Partenariat pour le Progrès (APP/MCA-Morocco)		+ 212 537-27-3750
	Kenza A. EL KERDOUDI	Director of Communications Agence du Partenariat pour le Progrès (APP/MCA-Morocco)		kerdoudi@app.ma
	Hind RAMZI	HR Manager Agence du Partenariat pour le Progrès (APP/MCA-Morocco)		(+212) 37 633 783 ramzi@app.ma
	Muneera Salem-Murdock	Resident Country Director, Morocco Millennium Challenge Corporation		
Moçambique	Paulo Fumane	Executive Director MCA-Mozambique		(+258) 21 333920 pfumane@mca.gov.mz

d) OPIC – Overseas Private Investment Corporation

Breve descrição

Fundada em 1971, a OPIC é uma instituição de financiamento ao desenvolvimento da Administração Norte-americana. Moçambique é elegível para algumas das linhas de financiamento da instituição, que é signatária de protocolos com os Estados Argelino e Moçambicano. Atribui financiamentos através de doações.

Na Argélia, participa actualmente no financiamento de uma estação de dessalinização de água. Em Moçambique, poderá vir a associar-se a projectos deste sector.

Apresenta-se em seguida uma síntese da situação patrimonial da instituição.

Balço – 2012			
Activo	8535,9	Passivo	3955,8
Obrigações do Tesouro dos EUA	5320,3	Dívida ao Tesouro dos EUA	2241,2
Empréstimos	1363,2	Garantias – obrigações e provisões	740,9
Créditos do Tesouro dos EUA	1076,6	Outros passivos	973,7
Outros activos	774,9	Capital Próprio	4579,3
Total	8535,1	Total	8535,1

Unidade: Milhões de dólares

Contactos

	Referência Institucional:	Endereços de contacto:	Telefones / Endereços electrónicos:
Contactos gerais	Officer, Office of External Affairs	1100 New York Avenue, NW Washington, D.C. 20527	OPIC InfoLine: (202) 336-8799

e) GIZ – Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit e KfW – Kreditanstalt für Wiederaufbau

Breve descrição

Agência para o desenvolvimento do Estado Alemão, fundada em 1975, de perfil comparável ao da AFD, mas com uma maior dispersão de apoio, não concentrado em países germanófonos. Tem em conjunto com a SADC uma parceria para o financiamento de infra-estruturas nos seus Estados-membros – em particular com as instituições comunitárias de gestão da água.

Apoia projectos do sector do ambiente em Marrocos e na Argélia, assim como na Sérvia. No âmbito da política de cooperação alemã, acresce ainda a esta organização o KfW, fundado em 1948, instituição sem cariz doador, que se assume como Banco de Desenvolvimento, que, além do financiamento e projectos na Alemanha, tem uma extensa operação internacional em países de menor rendimento.

O KfW tem uma intervenção preponderante nos Balcãs, que se traduz numa cooperação estreita com outros financiadores no sector da água – em particular o EBRD e o BEI. Esta tendência é visível nos mercados croata e sérvio, onde o Banco desempenha, com frequência, o papel de principal ou único financiador em projectos de infra-estruturas.

Enquanto a GIZ gere as oportunidades de financiamento bilateral oferecidas pelo Estado alemão, em regime de doação, compete ao KfW a operacionalização de mecanismos de dívida sénior e capital próprio,

com destaque para “empréstimos promocionais”, “de desenvolvimento” ou em condições mais próximas das do mercado.

Apresenta-se em seguida uma síntese da situação patrimonial das duas instituições.

Dados Financeiros – 2011-2012 – GIZ			
Distribuição do volume de negócios			
Governos nacionais	158,1	Doadores bilaterais	74,8
Organizações – ONU	124,0	Instituições financeiras internacionais e fundos	34,1
União Europeia	100,3	Outros	15,8
		Total	507,1

Dados financeiros – KfW			
Mecanismos de financiamento		Volume de negócios – 2012	
Empréstimos de desenvolvimento	7363	Ásia e Oceânia	1623
Empréstimos promocionais	5977	Europa e Cáucaso	1120
Doações	5713	África Subsariana	870
Empréstimos <i>standard</i>	1084	Norte de África e Médio Oriente	686
Fundos delegados	892	América Latina	396
		Supraregional	221
Total	21.029	Total	4916

Dados Financeiros – KfW			
Assistência ao Desenvolvimento – aprovações – 2012			
Por sector:		Por país:	
Infraestrutura social	1955	Afeganistão	151,1
Sector financeiro	1159	Tanzânia	79,0
Infraestrutura económica	1092	Brasil	65,4
Sector produtivo	208	Moçambique	57,0
Outros	503	Marrocos	35,6
		Total	1638,8

Unidade: Milhões de euros

Contactos

	Responsáveis a contactar:	Referência Institucional:	Endereços de contacto:	Telefones / Endereços electrónicos:
Presidente - KfW	Dr. Ulrich Schröder	Chief Executive Officer	Palmengartenstraße 5-9 60325 Frankfurt am Main Germany	
Contactos gerais - GIZ			Friedrich-Ebert-Allee 40 53113 Bonn	Tel: +49 228 44 60 0 Fax: +49 228 44 60 17 66 info@giz.de
Contactos gerais – KfW			Palmengartenstraße 5-9 60325 Frankfurt am Main Germany	Tel: +49 697 431 4260 Email: info@kfw- entwicklungsbank.de
Angola	Edda Grunwald (project manager)	GIZ-FormPRO Country Director		Email: info@formpro-angola.org
Argélia	Dr Siegmund Müller	GIZ Office Algeria Country Director	Lotissement El Feth – Villa n° 24 El Biar (Alger) Boite postale n° 404 El Biar 16606 Alger, Algérie	Telefone: +213 21 920988 Fax: +213 21 920990 Email: giz-algerie@giz.de
Brasil	Ulrich Krammenschneider	GIZ-Büro Brasilien Country Director		Email: giz-brasilien@giz.de
Croácia	Brigitte Heuel-Rolf	GIZ Office Croatia Country Director	A. Hebranga, 4 Zagreb, Hrvatska	Telefone: +385 1488 2980 Fax: +385 1488 2981 Email:giz-kroatien@giz.de
Marrocos	Jürgen Dierlmaier	GIZ Office Morocco Country Director		Email: giz-marokko@giz.de
Moçambique	Lorenz Petersen	GIZ Office Mozambique Country Director		Email: lorenz.petersen@giz.de
Sérvia	Uwe Stumpf	GIZ Office Serbia Country Director		Email: giz-serbien@giz.de

f) DBSA – Banco de Desenvolvimento da África Meridional

Breve descrição

Neste Banco de Desenvolvimento, fundado em 1983, a totalidade do capital é subscrita pelo Estado Sul-africano. Dedicar-se ao financiamento de projectos de investimentos nos Estados-membros da Comunidade para o Desenvolvimento da África Meridional (SADC), comunidade económica e zona de comércio livre a que Moçambique e Angola pertencem. Concede empréstimos de carácter concessional, podendo actuar em articulação com a cooperação bilateral sul-africana (no que respeita a doações).

O enfoque nos projectos de infra-estruturas é relevante no caso dos investimentos em outros países da comunidade, sobretudo tendo em vista a melhoria da integração económica. O peso específico de Moçambique na comunidade é relevante, até pelo facto de o seu Secretário Executivo, no mandato terminado em Setembro de 2013, ter sido Thomaz Salomão, um anterior membro do Governo do país.

Dados Financeiros – 2012			
Investimento cumulativo por sector		Resumo do Balanço	
Transporte	32%	Activo	6077,9
Agricultura	18%	Passivo	309,7
Água e Saneamento	12%	Capital próprio	5768,2
Administração e monitorização	11%	Investimento cumulativo por país	
Energia	10%	Marrocos	697,5
<i>Governance</i>	8%	Moçambique	506,9
Total	9140,4	Total	9140,4

Dados Financeiros – 2011			
Aprovações - Assistência ao Desenvolvimento			
Projectos de âmbito municipal		Projectos de âmbito não-municipal	
Água	82,6 (37%)	Energia	65%
Infraestrutura comunitária	50,6 (23%)	Combustíveis naturais líquidos	23%
Transportes	46,7 (21%)	Exploração mineira	11%
Energia	32,1 (14%)	Comércio	1%
Total - por sector:		Total - por país:	
Energia	52%	Angola	44%
Despesa soberana	23%	Moçambique	34%
Exploração mineira	16%	Tanzânia	16%
Transportes	9%	Zâmbia	6%
		Total	385,6

Unidade: Milhões de euros⁶¹

⁶¹ Convertido à taxa de 14,5228 *rands* por euro

Contactos

	Responsáveis a contactar:	Referência Institucional:	Endereços de contacto:	Telefones / Endereços electrónicos:
Presidência	Mr. Patrick Dlamini	CEO e Administrador do DBSA		
	Dr. Stergomena Lawrence Tax	Secretária Executiva da SADC		
Contactos gerais		SADC Headquarters	Plot No. 54385 Central Business District Private Bag 0095 Gaborone Botswana	Tel: +267 395 1863 Fax: +267 397 2848 +267 318 1070
Angola	Dr. Beatriz Morais	Angola SADC National Focal Point SADC National Contact Point Ministry of Planning	Rua Conego Manuel das Neves, 9º Andar Bairro Valodia (Predio da EDEL) Luanda, Angola	Tel: +244 222 431 261/ 222 431 244/ 222 431 260 Fax : +244 222431244/ 431260
Moçambique	Álvaro Santos	Mozambique SADC National Focal Point Director for SADC Affairs SADC National Contact Point		Tel: + 258 21327000/7 Extension 155 Fax: + 258 21327029

g) SIDA – Swedish International Development Cooperation Agency

Breve Descrição

A agência para o desenvolvimento do Estados Sueco conta-se entre os três principais financiadores de projectos de infra-estruturas em Moçambique. Opera frequentemente em conjunto com o Banco Mundial ou a EuropeAid. Teve maior incidência, historicamente, em investimentos rodoviários, dentro do sector das infra-estruturas.

A SIDA desenvolve, fora deste sector, outras operações de financiamento e doação em Moçambique, tendo o país por um dos principais receptores dos seus fundos. Ao contrário do que sucede em outros mercados do Projecto Água Global onde tem actividade, deve aí ser considerada para o financiamento de infra-estruturas ambientais.

A SIDA consagrou ao país, em 2012, um orçamento de cerca de 90 milhões de euros (776 milhões de coroas), de que uma parte significativa consiste em apoio orçamental directo ao Estado de Moçambique.

Em seguida se apresenta uma síntese de dados financeiros relevantes desta agência, fundada em 1962:

Dados Financeiros – 2012 - SIDA			
Dotações orçamentais – Moçambique			
Apoio orçamental	32,7	Agricultura e Florestas	4,9
Democracia e direitos humanos	22,1	Saúde	0,2
Infraestruturas / serviços	18,8	Ajuda humanitária	0,2
Investigação	6,4	Outros	0,5
		Total	85,9

Unidade: Milhões de euros⁶²

Contactos

SIDA	Referência Institucional:	Endereços de contacto:	Telefones / Endereços electrónicos:
Contactos gerais	Sede	Valhallavägen 199 105 25 Stockholm Sweden	Tel: (+46) 8 698 50 00 Fax: (+46) 8 20 88 64 E-mail: info@sida.se
Moçambique	Escritório em Maputo	Embassy of Sweden Av. Julius Nyerere 1128, C.P. 338 Maputo	Telefone, fax, email: Tel: +258 21 48 03 00 Fax: +258 21 48 03 90 +258 21 48 03 91 E-mail: ambassaden.maputo@gov.se

h) DANIDA – Danish International Development Agency

Breve Descrição

A Danida é a agência de cooperação do Estado dinamarquês, fundada em 1962, prevê na definição do seu mandato o financiamento de infra-estruturas, de entre um conjunto de sectores prioritários, com referência explícita a projectos de água e saneamento. Em 2010, terá aplicado cerca de 65 milhões de euros (480 milhões de coroas) em Moçambique, colocando o país no topo da lista dos seus Estados beneficiários. Opera frequentemente em conjunto com o Banco Mundial ou a EuropeAid, sendo o quarto maior financiador de projectos de infra-estruturas neste país, no que respeita à sua exposição.

As suas actividades dividem-se entre empréstimos, doações e instrumentos de apoio orçamental directo, tendo no passado sido privilegiados projectos de outros sectores, no que respeita ao domínio das infra-estruturas.

⁶² Convertido à taxa de 9,03 coroas suecas por euro

Ainda assim, os projectos de água e saneamento, visando o desenvolvimento de infra-estruturas ou o financiamento de outras actividades, estão abrangidos pelo mandato da agência, em especial no país.

Dados Financeiros – 2011 – Danida			
Distribuição Regional – Assistência ao Desenvolvimento			
África	129,6	Outras instituições multilaterais	11,0
Ásia	56,3	Outros	96,9
Nações Unidas	37,0	Por país:	
União Europeia	36,9	Tanzânia	16,1
América Latina	12,9	Moçambique	14,5
Banco Mundial	12,6	Afeganistão	10,5
		Total	393,2

Unidade: Milhões de euros⁶³

Contactos

Danida	Referência Institucional:	Endereços de contacto:	Telefones / Endereços electrónicos:
Contactos gerais	Ministry of Foreign Affairs of Denmark	Asiatisk Plads 2 DK-1448 Copenhagen K	Tel: +45 33 92 00 00 Fax: +45 32 54 05 33
Moçambique	Embaixada Real da Dinamarca	Avenida Julius Nyerere No. 1162 Postadr.: Caixa Postal 4588, Maputo	Tel.: +258 21 480 000 (embaixada) Fax.: +258 21 480 010 E-mail: mpmamb@um.dk Homepage: mozambique.um.dk

i) NORAD – Norwegian Agency for Development and Cooperation

Breve Descrição

Fundada em 1962 pelo Estado norueguês, a Norad é uma agência de cooperação de dimensão comparável à das suas duas congéneres escandinavas. Apesar de se encontrar já presente nos mercados angolano e moçambicano e, com maior expressão, no mercado brasileiro, a sua intervenção não se estende aí ao sector da água. Esta potencial intervenção deveria ser desenvolvida no quadro de uma maior aposta no financiamento de infra-estruturas (até à data maioritariamente energéticas).

⁶³ Convertido à taxa de 7,46 coroas dinamarquesas por euro.

Dados Financeiros – 2012 – Norad			
Distribuição geográfica da ajuda ao desenvolvimento:		Distribuição da ajuda ao desenvolvimento por sector:	
África	654,6	Multilateral	25%
América	251,0	Ambiente e energia	18%
Ásia	311,4	<i>Governance</i>	14%
Médio Oriente	128,0	Desenvolvimento económico e comércio	12%
Europa	78,3	Assistência - emergências	7%
Oceânia	1,1	Saúde e serviços sociais	7%
Não classificado	1831,8	Educação	6%
Total	3256,1	Total	3256,1

Unidade: Milhões de euros⁶⁴

Contactos

Norad	Endereços de contacto:	Telefones / Endereços electrónicos:
Contactos gerais	Ruseløkkveien 260251 Oslo, Norway Pb 8034 Dep.0030 Oslo, Norway	Telefone:+47 23 98 00 00 E-mail:postmottak@norad.no

⁶⁴ Convertido à taxa de 8,49 coroas norueguesas por euro.

2. Caracterização da actividade recente das IFI seleccionadas

Neste subcapítulo proceder-se-á a uma síntese da actividade recente destas instituições nos mercados-alvo, para isso recorrendo a uma lista de projectos realizados nos últimos anos, de que se apresentam dados relativos aos valores financiados, aos seus objectivos e aos seus modelos de financiamento.

a) Montantes disponíveis para financiamento nos mercados-alvo

O quadro seguidamente apresentado sintetiza a actividade recente das principais instituições financeiras internacionais, destacando os volumes de financiamento concedido por país no período 2007-2013, resultantes da agregação dos valores financiados por projecto exibidos na secção b).

Valores de financiamentos contratados no sector da água 2007-2013

País	IBRD IDA	AfDB AfDF	IaDB	EBRD	BEI	CAF	AFD	Total
Marrocos	462,9	654,6			42,5		130,1	<u>1290,1</u>
Angola	109,8							<u>109,8</u>
Moçambique	106,7	49,5						<u>156,2</u>
Brasil	1050,7		869,2			105,5		<u>2025,4</u>
Polónia					732,8			<u>732,8</u>
Croácia				99	125			<u>224</u>
Sérvia	68,9			90,4				<u>159,3</u>
Total	<u>1799,0</u>	<u>704,0</u>	<u>869,2</u>	<u>189,4</u>	<u>900,3</u>	<u>105,5</u>	<u>130,1</u>	4697,5

Fonte: *Quadro síntese da informação apresentada na secção b). Informação pública das instituições.*

Unidade: Milhões de euros

Menciona-se em seguida uma projecção de intervalos para os valores a investir pelas instituições financeiras internacionais no período 2010-2029, distribuídos regionalmente.

Projeção da despesa de capital das Instituições Financeiras Internacionais no sector: 2010-29

Regiões	Limite inferior	Valor esperado	Limite superior
Europa – zona BEI	55	80	110
Europa – Outros	4	5	8
América do Norte	0	0	0
América Latina	16	20	24
Ásia Desenvolvida	0	0	0
Resto do Mundo	70	85	100
Total	145	190	242

Fonte: *Tapping Liquidity: Financing water and wastewater to 2029*; David Lloyd Owen; Reuters

Unidade: Milhares de milhões de euros

b) Lista de projectos recentemente financiados e em curso

Em seguida, apresenta-se uma lista de projectos representativos da actividade recente das IFI seleccionadas. São incluídos os projectos em curso, assim como alguns projectos já concluídos que, pela sua raridade ou pelas suas características próprias, têm maior valor ilustrativo. Na ausência de informação actualizada sobre o andamento dos projectos, foram excluídos, em certas instituições, os projectos anteriores a 2006.

As entidades com perfil de parceria pública, contratualizada com os Estados Centrais são assinaladas com a sigla “PP”, com “PPM” são-no as parcerias públicas de âmbito municipal ou intermunicipal e com a sigla “PPP” são referidas as empresas resultantes de Parcerias Público-Privadas que, no sistema legal português, poderíamos designar por concessionárias privadas.

Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento

Nome do projecto	País	Ano	Promotor	Montante Financiado	Montante Global	Modelo de financiamento
Morocco Oum Er Rbia Sanitation	Marrocos	2010	ONEP (PP)	43 M\$	75,1 M\$	Empréstimo
MA – Regional Potable Water Supply Systems Project	Marrocos	2010	Estado	175 M\$	216 M\$	Empréstimo
Bahia State Integrated Project: Rural Poverty	Brasil	2005	Estado da Bahia	54,35 M\$	75 M\$	Empréstimo
Bahia Poor Urban Areas Integrated Development	Brasil	2005	Estado da Bahia	49,30 M\$	82,2 M\$	Empréstimo
Bage – RS Integrated Municipal Development Program	Brasil	2008	Município de Bage	6,60 M\$	11,0 M\$	Empréstimo
Uruguiana – RS Integrated Municipal Development Program	Brasil	2008	Municípios de Bage, Pelotas, Rio Grande, Santa Maria e Uruguiana	6,83 M\$	11,4 M\$	Empréstimo
Pelotas – Rio Grande do Sul Integrated Municipal Development Program	Brasil	2008	Municípios de Bage, Pelotas, Rio Grande, Santa Maria e Uruguiana	18,9 M\$	31,5 M\$	Empréstimo
Rio Grande do Norte Integrated Water Resources Management	Brasil	2007	Estado do Rio Grande do Norte	35,9 M\$	59,4 M\$	Empréstimo
BR APL Integrated Water Management in Metropolitan São Paulo	Brasil	2009	Sabesp (PPP), Municípios, Estado de São Paulo	104 M\$	233,5 M\$	Empréstimo
Rio Grande – RS Integrated Municipal Development Program	Brasil	2009	Município de Rio Grande	8,1 M\$	13,5 M\$	Empréstimo
Additional Financing to the Ceara Integrated Water Resource Management Project	Brasil	2008	Estado do Ceará	103 M\$	207,3 M\$	Empréstimo
BR Pernambuco Sustainable Water	Brasil	2010	Estado do Pernambuco	190 M\$	400 M\$	Empréstimo
Santos Municipality	Brasil	2010	Município de Santos	44 M\$	88 M\$	Empréstimo
Rio de Janeiro Sustainable Rural Development Project	Brasil	2009	Estado do Rio de Janeiro	39,5 M\$	78 M\$	Empréstimo
Bahia State Integrated Rural Poverty Additional Financing	Brasil	2005	Estado da Bahia	30 M\$	44 M\$	Empréstimo
BR Federal Integrated Water – Interaguas	Brasil	2011	Estado Federal	108,3 M\$	143,1 M\$	Empréstimo
Rio de Janeiro Metropolitan Urban and Housing Development	Brasil	2011	Estado do Rio de Janeiro	485 M\$	485 M\$	Empréstimo

BR Sergipe Water	Brasil	2012	Estado de Sergipe	70,28 M\$	117,1 M\$	Empréstimo
Serbia Irrigation and Drainage Rehabilitation Project Additional Financing	Sérvia	2007	Estado	49,4 M€	62,5 M€	Empréstimo
Irrigation & Drainage Rehabilitation Project (Serbia)	Sérvia	2005	Estado	25 M€	32,7 M€	Empréstimo

Associação de Desenvolvimento Internacional

Nome do projecto	País	Ano	Promotor	Montante Financiado	Montante Global	Modelo de financiamento
Water Sector Institutional Development	Angola	2011	Estado	120 M\$	120 M\$	Emp. Concess.
Sumbe Water Supply, Sanitation and Institutional Support Project	Angola	2007	Estado	24 M\$	36 M\$	Emp. Concess.
Water Resources Development	Moçambique	2011	Estado	70 M\$	86 M\$	Emp. Concess.
Maputo Municipal Development Program II (MMDP II)	Moçambique	2010	Estado	70 M\$	105 M\$	Emp. Concess.

Corporação Financeira Internacional

Nome do projecto	País	Ano	Promotor	Montante Financiado	Montante Global	Modelo de financiamento
Veolia AMI	Internacional	2006	Veolia Water Mena ⁶⁵	25 M€		Capital próprio
		2006	Veolia Water Mena	35 M€		Emissões de dívida garantidas pela IFC
Veolia Voda	Internacional	2009	Veolia Voda ⁶⁶	70,51 M€		Capital próprio
EOFI Water Health International	Internacional	2004	Water Health International ⁶⁷	Apoio na conversão de dívida em capital e no aumento do capital social pela emissão de novas acções		

⁶⁵ Subsidiária da Veolia AMI – empresa do grupo Veolia (França) com operações em África, na Ásia e na América, designadamente no quadro de Parcerias Público-Privadas e no do *outsourcing* de serviços no sector da água.

⁶⁶ Empresa do grupo Veolia que concentra toda a sua actividade na Europa Central, que inclui a operação de sistemas de água de titularidade municipal na Polónia (em 3 pequenas cidades), assim como na República Checa, na Hungria e na Eslováquia. Na sequência dos investimentos realizados, iniciou operações na Rússia e na Ucrânia. Investimento estimado de 29,4 milhões de euros em operações na Polónia.

⁶⁷ Empresa americana, prestadora de serviços no sector da água em países menos desenvolvidos, com enfoque na América Latina, na Ásia e na África Subsariana.

Banco Africano de Desenvolvimento

Nome do projecto	País	Ano	Promotor	Montante Financiado	Montante Global	Modelo de financiamento
Étude schéma directeur AEP Moulouya	Marrocos	2013	ONEP (PP)	205,0 MSDR	232,6 M SDR	Empréstimo
Approvisionnement en eau de la région de Marrakech	Marrocos	2012	ONEE (PP)	122,2 MSDR	212,1 M SDR	Empréstimo
Renforcement de l'AEP de la zone cotière Rabat – Casablanca	Marrocos	2011	ONEP (PP)	179,6 MSDR	221,3 M SDR	Empréstimo
Dixième projet d'AEP	Marrocos	2008	ONEP (PP)	65,2 MSDR	83,4 MSDR	Empréstimo
Neuvième projet d'alimentation en eau potable et assainissement (AEP)	Marrocos	2006	ONEP (PP)	66,3 MSDR	104,6 MSDR	Empréstimo
National Rural Water Supply Program	Moçambique	2010	Estado	6,33 MSDR	135,2 MSDR	Doação
				6,0 MSDR	135,2 MSDR	Doação (MCC)
				20,3 MSDR	135,2 MSDR	Doação (UNICEF, ONU)
				80,6 MSDR	135,2 MSDR	Diversos (Outras ⁶⁸)

Nota: SDR designa as unidades monetárias expressas em *Special Drawing Rights* (ou Direitos de Saque Especiais).

Fundo Africano de Desenvolvimento

Nome do projecto	País	Ano	Promotor	Montante Financiado	Montante Global	Modelo de financiamento
Massingir Dam Emergency Rehabilitation Project	Moçambique	2013	Estado	13,3 MSDR	21,4 MSDR	Emp. Concess.
Massingir Dam Emergency Rehabilitation Project Supplementary Loan	Moçambique	2012	Estado	18,13 MSDR	22,0 MSDR	Emp. Concess.
National Rural Supply Program	Moçambique	2010	Estado	5,27 MSDR	135,2 MSDR	Emp. Concess.
Niassa Provincial Towns Water and Sanitation	Moçambique	2010	Estado	18 MSDR	20 MSDR	Emp. Concess.

Nota: SDR designa as unidades monetárias expressas em *Special Drawing Rights* (ou Direitos de Saque Especiais).

Banco Inter-americano de Desenvolvimento

Nome do projecto	País	Ano	Promotor	Montante Financiado	Montante Global	Modelo de financiamento
Program of Environmental Sanitation of CAESB – Phase 1	Brasil	2010	Companhia de Águas e Esgotos de Brasília (PPP)	170,8 M\$	286,3 M\$	Empréstimo
Environmental Rehabilitation Belo Horizonte – DRENURSBS – Suplementar to First St.	Brasil	2004	Município de Belo Horizonte	55 M\$	55 M\$	Empréstimo
Environmental Sanitation Program for Ipojuca Basin	Brasil	2004	Estado de Pernambuco	200 M\$	333 M\$	Empréstimo
Maués Integrated Sanitation Program - PROSAMAUÉS	Brasil	2012	Município de Manaus	24,5 M\$	35 M\$	Empréstimo

⁶⁸ Holanda (11,2 MSDR) é o maior dos restantes financiadores. Destaca-se ainda o *trust fund* RWSSI, do AfDB (4,98 MSDR).
 Lista completa em <http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Project-and-Operations/Mozambique%20-%20%20NRWSSP.pdf>

Support to Environmental Sanitation Program for IPOJUCA Hydrological Basin	Brasil	2012	Estado de Pernambuco	0,75 M\$	0,9 M\$	Doação
Support to preparation of the Integral Sanitation Program for Maués	Brasil	2012	Município de Manaus	0,6 M\$	0,6 M\$	Doação
Social and Environmental Program for the Igarapés in Manaus – PROSAMIN III	Brasil	2009	Estado de Amazonas	140 M\$	200 M\$	Empréstimo
Integral Management plan for urban solid waste for the metropolitan region - Belo Hor.	Brasil	2012	Estado das Minas Gerais	0,7 M\$	0,7 M\$	Doação (Aquafund)
Environmental Sanitation Program for Municípios in the Guanabara Bay Area - PSAM	Brasil	2012	Estado do Rio de Janeiro	452,0 M\$	639,6 M\$	Empréstimo
Tietê Várzea Program	Brasil	2010	Sabesp (PPP)	115,7 M\$	199,8 M\$	Empréstimo
Establishment of a Water Operator Partnership (WOP) Brasil	Brasil	2010	Estado Federal	0,2 M\$	0,4 M\$	Doação (Aquafund)
Support in structuring public partnerships for solid waste management	Brasil	2010	Estado do Rio de Janeiro	1,1 M\$	1,4 M\$	Doação (Aquafund)
Igarapés de Manaus Project	Brasil	2010	Estado de Amazonas	54,5 M\$	59,5 M\$	Doação (FECASALC) ⁶⁹
Bahia Environmental Development Program	Brasil	2010	Estado da Bahia	10 M\$	16,6 M\$	Empréstimo
Support for Implementation of National Program for Water Evaluation	Brasil	2009	Estado Federal	1,1 M\$	1,4 M\$	Doação (Aquafund)
Support for the establishment of the National Plan of Basic Sanitation	Brasil	2009	Estado Federal	0,72 M\$	1 M\$	Doação (FECASALC)
Tietê River Cleanup Program, Stage III	Brasil	2010	Sabesp (PPP)	600 M\$	800 M\$	Empréstimo
Support to the Regulatory Agency for Sanitation and Energy in São Paulo	Brasil	2009	Sabesp (PPP)	0,75 M\$	1,15 M\$	Doação (Aquafund)
Social and Environmental Program for the Igarapés in Manaus PROSAMIN	Brasil	2009	Estado de Amazonas	77 M\$	110 M\$	Empréstimo
Sustaibale Development Plan for the Sepetiba Bay	Brasil	2009	Estado do Rio de Janeiro	0,84 M\$	1,05 M\$	Doação (Japan T.F. Consultancy)
Desler Brasil	Brasil	2011	Desler do Brasil (...) Ltda.	0,8 M\$	1,05 M\$	Empréstimo (IIC)

Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento

Nome do projecto	País	Ano	Promotor	Montante Financiado	Montante Global	Modelo de financiamento
Bydgoszcz Water Revenue Bond	Polónia	2005	MPWiK ⁷⁰ (PPM) financiada p/ empréstimo obrigacionista	41,5 M€	240,2 M€	Empréstimo
Rybnik Sewerage Network Development Programme	Polónia	2001	Rybnik Water Supply and Sewerage Company (PWIK Rybnik)	16,7 M€	109 M€	Empréstimo. Acrescido de subsídio comunitário.

⁶⁹ Fondo Español de Cooperación para Agua y Saneamiento en la América Latina y el Caribe IDB. Conhecido também por Spanish Fund for Water (SFW).

⁷⁰ Miejskie Wodociągi i Kanalizacja w Bydgoszczy Sp. z o.o.'s

Wroclaw Multi-Sector Municipal Infrastructure Project (componente de água e resíduos sólidos)	Polónia	2000	Município de Wroclaw	30,2 M€	90,4 M€	Empréstimo
Rijeka Water and Wastewater Investment Project	Croácia	2013	ViK Rijeka (PPM)	13 M€	13,8 M€	Empréstimo
Sibenik Wastewater Investment Programme	Croácia	2013	ViO Sibenik (PPM)	10 M€	16,5 M€	Empréstimo
Split Wastewater Project	Croácia	2011	ViK Split (PPM)	25 M€	117 M€	Empréstimo
North Western Regional Waste Water Project	Croácia	2012	Medjimurske vode (PPM)	10 M€	49 M€	Empréstimo
Sisak Wastewater Management Project	Croácia	2009	Sisacki Vodovod, d.o.o (PPM)	11 M\$	30,3 M\$	Empréstimo, concedido no quadro do WBIF ⁷¹ , acrescido de um subsídio comunitário ⁷²
Zagreb Holding Water and Sewer Investment Project	Croácia	2007	Zagreb Holding D.O.O. (PPM)	a definir	260 M€	Empréstimo obrigacionista, também subscrito por entidades privadas
Zagreb Waste Water Treatment Plant BOT-increase of the loan	Croácia	2005	Zagrebacke Otpadne Vode d.o.o (SPE, PPP) ⁷³	15,3 M€	250 M€	Empréstimo – <i>Build Operate Transfer</i>
Zagreb Waste Water Treatment Plant	Croácia	2005	Zagrebacke Otpadne Vode d.o.o	16,7 M€	250 M€	Empréstimo – <i>Build Operate Transfer</i> (KfW)
Subotica Water Upgrade project	Sérvia	2012	Município de Subotica	11 M€	20,9 M€	Empréstimo. Acrescido de subsídio comunitário.
Duboko Solid Waste	Sérvia	2006	Duboko Waste Management Company (PPM)	5 M€	11,9 M€	Empréstimo
Veolia Voda	Internacional	2007	Veolia Voda ⁷⁴	105 M€		Capital próprio
		2009		70 M\$		
Aqualia New Europe	Internacional	2009	Aqualia New Europe ⁷⁵	60 M€		Capital próprio

⁷¹ Western Balkans Investment Framework

⁷² Quanto a desembolsos posteriores à adesão da Croácia, pode ser classificado como uma transferência interna da União. Valor total de 15 M€.

⁷³ Detentores últimos do capital da Special Purpose Entity: RWE, Berlinwasser

⁷⁴ Empresa do grupo Veolia que concentra toda a sua actividade na Europa Central, que inclui a operação de sistemas de água de titularidade municipal na Polónia (em 3 pequenas cidades), assim como na República Checa, na Hungria e na Eslováquia. Na sequência dos investimentos realizados, iniciou operações na Rússia e na Ucrânia. Investimento estimado de 29,4 milhões de euros em operações na Polónia.

⁷⁵ Subsidiária da empresa espanhola Aqualia, que, no seio do grupo FCC, se dedica à gestão de sistemas de água e saneamento e a outras actividades ligadas ao sector. Com operações estabelecidas na Península Ibérica, na República Checa e Itália, ao nível da gestão de sistemas, a empresa visava então a expansão para outros mercados, onde se incluíam alguns dos países beneficiários, tais como a Polónia e o Montenegro.

Banco Europeu de Investimento

Nome do projecto	País	Ano	Promotor	Montante Financiado	Montante Global	Modelo de financiamento
Programme National Assainissement	Marrocos	2005	ONEP (PP)	20 M€	176 M€	Empréstimo
Plan Maroc Vert PNEEI	Marrocos	2012	Estado	42,5 M€	86 M€	Empréstimo
Wroclaw Multi-Sector Municipal Infrastructure Project	Polónia	2000	Município de Wroclaw	97 M€	483 M€	Empréstimo
Krakow Urban Infrastructure	Polónia	2012	Município de Cracóvia	800 MPLN ⁷⁶	1600 MPLN ⁷⁶	Empréstimo
National Environment Protection Fund	Polónia	2009	Estado	120,7 M€	300 M€	Empréstimo. Acrescido de subsídio comunitário.
Wroclaw Water & Wastewater Project	Polónia	2009	MPWiK Wroclaw (PPM)	125,5 M€	216 M€	Empréstimo
Warsaw Sewage System Modernisation	Polónia	2008	MPWiK Warsaw (PPM)	300 M€	950 M€	Empréstimo
Mainland Infrastructure Facility	Croácia	2011	Estado	25 M€ (apenas 1,5 M€ estão alocados ao sector)	50 M€	Empréstimo
Municipal Water Facility Facility	Croácia	2011	Estado	75 M€	150 M€	Empréstimo
Island & Coastal Infrastructure Facility	Croácia	2011	Estado	25 M€ (apenas 5 M€ estão alocados ao sector)		Empréstimo
Municipal & Regional Infrastructure	Sérvia	2009	Estado	75 M€	150 M€	Empréstimo (WBIF) ⁷⁷
Rehabilitation of Water Supply, Wastewater Collection and Treatment Networks of the Cities of Nis and Novi Sad	Sérvia	2010	Estado. Municípios de Nis e Novi Sad	30 M€	31 M€	Empréstimo (WBIF)

Corporação Andina de Fomento

Nome do projecto	País	Ano	Promotor	Montante Financiado	Montante Global	Modelo de financiamento
Programa municipal de drenaje de Fortaleza DRENURB	Brasil	2012	Município de Fortaleza	0,95 M\$	1,9 M\$	Empréstimo (PRAM) ⁷⁸
Programa de infra-estrutura urbana e de protecção de reas naturales de Hortolândia	Brasil	2010	Município de Hortolândia	22 M\$	44 M\$	Empréstimo (PRAM)
Programa de desarrollo de la infraestructura municipal y servicios básicos de Caxias do Sul	Brasil	2010	Município de Caxias do Sul	28,8 M\$	72 M\$	Empréstimo (PRAM)
Programa de Infraestructura Urbana y Ambiental del Municipio de Manaus	Brasil	2008	Município de Manaus	75 M\$	150 M\$	Empréstimo (PRAM)
Proyecto de integración urbana en el municipio Feira de Santana	Brasil	2007	Município de Feira de Santana	11,7 M\$	23,5 M\$	Empréstimo (PRAM)

⁷⁶ Zlotys da Polónia. Valores correspondentes de 186,6 e 374,1 milhões de euros de e à taxa de 1 euro por 4,2867 zlotys (5/9/13).

⁷⁷ Valor total das doações captadas pela parceria WBIF nos valores de 375 mil euros e de 1 milhão de euros, respectivamente.

⁷⁸ Programa de Apoio a Gobiernos Municipales en Brasil

No que respeita às agências de cooperação, apresentamos apenas os dados relativos à AFD, que disponibiliza informação pública sobre os seus projectos, à semelhança das principais instituições multilaterais.

Agence Française de Développement

Nome do projecto	País	Ano	Promotor	Montante Financiado	Montante Global	Modelo de financiamento
Approvisionnement en eau de la région de Marrakech	Marrocos	2012	ONEE (PP)	45,6 MS	212,1 MS	Empréstimo
Projet Raddeo Oujda	Marrocos	2010	Régie Autonome Distribution Eau Électricité Oujda (PPM)	12 M€	60 M€	Empréstimo
Projet RAMSA-II Assainissement liquide du Grand Agadir – deuxième tranche	Marrocos	2007	Régie Autonome multiservices d'Agadir (PPM)	35,5 M€	85,5 M€	Empréstimo
Projet ONEP – PROGEA Programme de généralisation d'accès à l'eau potable et à l'assainissement	Marrocos	2006	ONEP (PP)	30 M€	115,7 M€	Empréstimo
Projet PNA ONEP	Marrocos	2010	ONEP (PP)	30 M€	176 M€	Empréstimo
Projet Eau potable Maputo ⁷⁹	Moçambique	2005	Estado	7 M€	10,3 M€	Doação

⁷⁹ Amélioration de l'alimentation en eau des populations défavorisées de Maputo

III. MODELOS DE FINANCIAMENTO DO SECTOR. MECANISMOS DE FINANCIAMENTO DISPONIBILIZADOS PELAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS.

Depois da caracterização, em termos gerais, da intervenção das Instituições Financeiras internacionais, analisar-se-á, com maior profundidade, o conjunto de instrumentos ao dispor do sector da água nos mercados-alvo. Para o efeito, é relevante a sua classificação, teórica, em diferentes modelos de financiamento, que são concretizados, no caso das IFI multilaterais, pela existência de mecanismos de financiamento bem identificados.

A terceira e última componente deste capítulo é a apresentação de *case studies* de projectos nos mercados-alvo que exemplificam a utilização de alguns dos mecanismos discutidos, procurando representar a diversidade dos projectos quanto aos seus modelos de financiamento e aos países em que realizam.

1. Identificação e caracterização dos modelos de financiamento utilizados pelas IFI seleccionadas

Neste subcapítulo, serão discutidos os modelos de financiamento disponíveis nos diferentes mercados-alvo para o financiamento de projectos de água. Existem especificidades em cada instituição, além de estratégias nacionais diversas das IFI. Sem prejuízo destes aspectos, os mecanismos de financiamento discutidos partilham certos princípios referenciais e podem ser classificados de acordo com algumas tipologias bem definidas – os modelos de financiamento que passamos a apresentar.

A Declaração de Paris compila os princípios fundamentais que a generalidade dos países doadores e as principais instituições financeiras multilaterais se comprometem a respeitar, no âmbito da sua actuação. Estes têm sobretudo em vista a criação de relações transparentes entre as entidades financiadoras, os Estados beneficiários e as entidades privadas envolvidas, assente em princípios de não discriminação e de respeito por estratégias integradas de desenvolvimento, de acordo com o seguinte:

1. Apropriação

Os países em vias de desenvolvimento devem determinar as suas próprias estratégias de redução da pobreza, de melhoria das suas instituições e de combate à corrupção.

2. Alinhamento

Os doadores devem respeitar esses objectivos e usar os sistemas locais.

3. Harmonização

Os doadores devem coordenar e simplificar processos e devem partilhar informações para evitar a duplicação.

4. Resultados

Os países em vias de desenvolvimento e os doadores devem reger-se por indicadores de desenvolvimento que sejam mensuráveis.

5. Responsabilização recíproca

Ambas as partes devem prestar contas da evolução desses indicadores.

Fonte: OCDE

Uma outra nota prévia relevante diz respeito à distinção conceptual entre as entidades que financiam, as que monitorizam e as que gerem efectivamente o projecto. Embora as funções referidas possam ser acumuladas, esta classificação tem um contributo importante para a descrição dos mecanismos concretamente adoptados.

De uma forma geral, serão mencionadas algumas tipologias de financiamento que se distinguem pelas suas características de base próprias.

a) Financiamento governamental

Nesta secção serão discutidos modelos de financiamento que, pelas suas características, propiciam a sua contratação por entidades públicas. Caracterizam-se pela imposição de forte condicionalidade e por serem geralmente menos onerosos do ponto de vista financeiro.

i) Doações bilaterais

Desde logo, destaca-se o financiamento através de doações bilaterais. Este mecanismo obedece frequentemente a critérios de proximidade histórica e cultural dos doadores, que são na sua maioria agências de cooperação nacionais.

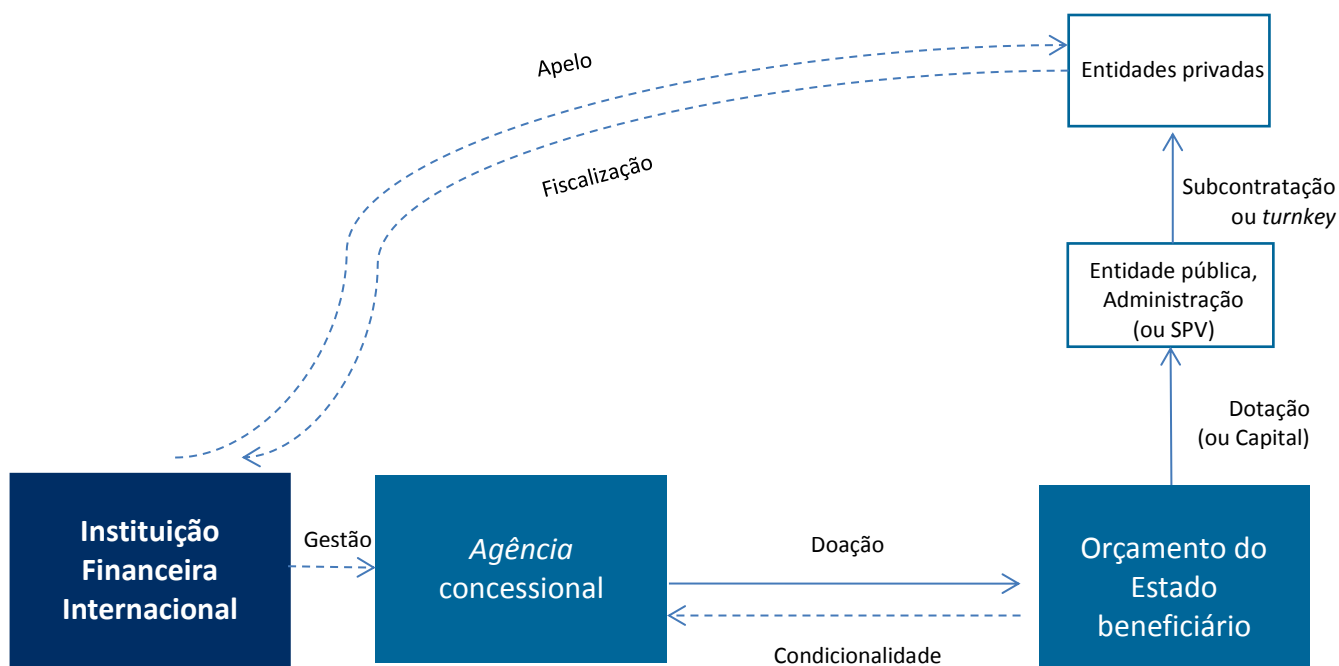
Em muitos dos casos, trata-se de agências de países com passado colonial, que estabelecem uma actuação prioritária nas ex-colónias do país, nos países pertencentes à mesma comunidade linguística ou, de forma mais abrangente, nas regiões a que o país tenha maiores ligações económicas.

Em paralelo, existem agências de cooperação provenientes de países com elevados níveis de desenvolvimento e situação financeira excedentária, que têm uma perspectiva mais global e se dirigem a mercados que perfaçam critérios de carência socioeconómica e qualidade institucional mínima.

As agências de cooperação dos países escandinavos exemplificam esta tendência, de que alguns dos mercados-alvo podem potencialmente beneficiar. No caso de Moçambique, esta é já uma realidade relativamente consolidada, sobretudo por meio da participação das agências de cooperação sueca e dinamarquesa, bem como das agências de cooperação americanas, no financiamento de projectos de infra-estruturas.

O Estado angolano teria, por sua vez, condições favoráveis para receber doações desde que seguisse uma evolução institucional marcada que se enquadrasse nos princípios da Declaração de Paris.

Em seguida, apresenta-se um diagrama que sintetiza as relações estabelecidas por este modelo de financiamento, que, como é detalhado na secção seguinte, pode ser administrado através de *Trust Funds*.



Destaca-se a existência de relevantes contrapartidas, mesmo na ausência de qualquer reembolso ou custo financeiro. A regulamentação das relações contratuais da entidade beneficiária com entidades privadas é uma componente relevante deste modelo, comum a outros modelos de financiamento governamental, mesmo que a entidade gestora do projecto não seja a beneficiária directa do financiamento.

ii) Trust Funds

Os *trust funds*, por vezes descritos em português como fundos de cooperação técnica, são uma outra categoria de mecanismos de grande importância. Originalmente, surgiram como mecanismos de cooperação técnica bilateral, que permitiam recorrer a outros formatos além das doações, conjugando-as com empréstimos.

A principal motivação deste instrumento, no quadro da cooperação técnica, era a separação das funções de financiamento e monitorização (em muitos casos por via da doação). Assim se possibilitava a abertura de uma nova origem de fundos – as verbas doadas – aos projectos promovidos pelas instituições internacionais (incluindo as ONG), com presença e *know-how* nos países beneficiários, designadamente pelas agências de cooperação.

Na maioria dos casos, o propósito último desta participação nos programas de desenvolvimento residia nas contrapartidas conseguidas, quer pela consignação formal de *tied funds* (a serem apenas desembolsados em pagamentos a entidades do país doador), quer pela facilitação indirecta de negócios às entidades do país.

O número de *trust funds* gerido pelas Instituições Financeiras Multilaterais tem crescido significativamente nos últimos anos, assim como os montantes disponibilizados por estes mecanismos de financiamento, aproveitando assim a capacidade de gestão e o conhecimento local de cada instituição. Do ponto de vista conceptual, tem-se difundido a separação entre a gestão dos projectos financiados e a gestão formal dos fundos (*trusteeship*).

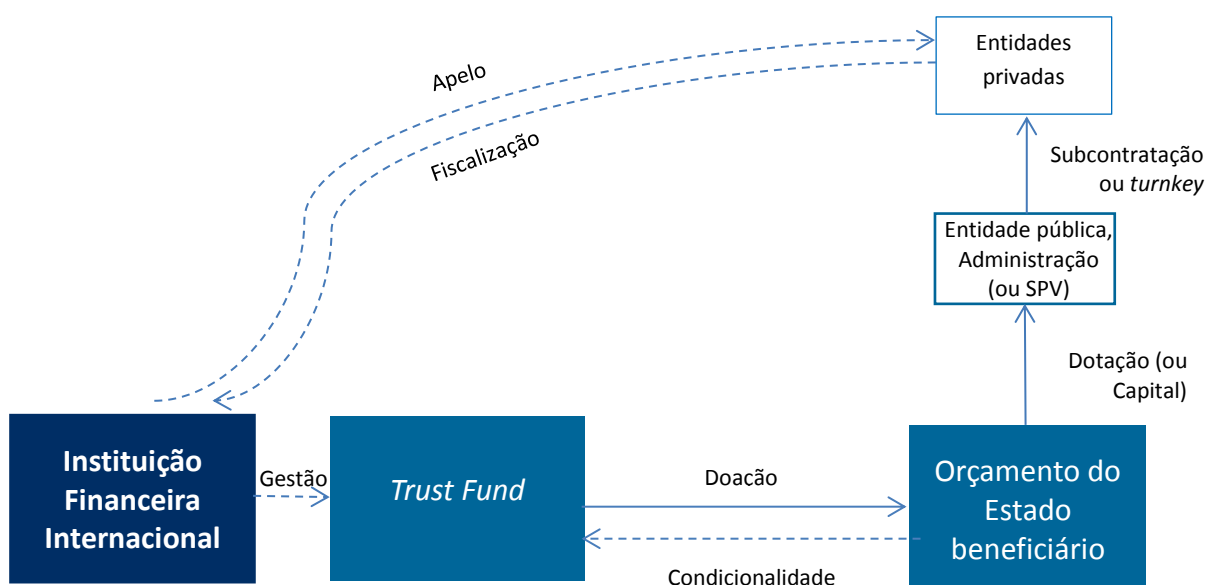
Esta tendência traduz-se, na prática, na existência de fundos intermediários, geridos pelas IFI's como uma tipologia separada, de que são exemplo os *Financial Intermediary Funds*, do Banco Mundial. Estes mecanismos ajustam-se às necessidades das organizações não financeiras promotoras de projectos de desenvolvimento, que assim podem delegar a função de monitorização numa instituição financeira mais reputada nesse exercício.

Desde as utilizações iniciais dos *trust funds* (anos 70, 80), algumas das características originais destes mecanismos tiveram uma evolução significativa. Desde logo, pode-se apontar uma flexibilização progressiva das restrições à nacionalidade das empresas contratadas; por outro lado, assiste-se a uma mais ampla gama de finalidades a que cada fundo se destina em particular, sem prejuízo de se manter a existência de alguns fundos nacionais sem finalidade.

É de resto muito comum a constituição de fundos com mais de uma finalidade específica, assim como de fundos com múltiplos doadores (*multidonor*). Uma das tendências mais recentes seguidas pelas grandes IFI's, que tem feito crescer a prevalência deste modelo de financiamento, é a da subscrição de *umbrella facilities*, concentrando múltiplos doadores e finalidades.

Não deve, no entanto, excluir-se a possibilidade de as maiores restrições a *tied funds* e a situações de claro favorecimento nacional poderem interromper essa tendência de crescimento.

No quadro de cada fundo, coexistem por vezes diferentes mecanismos de financiamento, que podem incluir doações, empréstimos de estrutura fixa ou de natureza mais flexível. Ainda assim, é mais comum a disponibilização de fundos não reembolsáveis e o financiamento de projectos (ou de suas componentes) de dimensão substancialmente inferior à dimensão média dos projectos financiados pelas maiores IFI's no sector.



O tipo de relações contratuais e financeiras existentes é idêntico ao do modelo de financiamento de doação, podendo diferir o teor das condições previstas, em especial no caso dos *tied funds*. A gestão dos *Trust Funds* pelas IFI's implica, em regra, a aplicação das práticas habituais na contratação de entidades privadas.

iii) Empréstimos concessionais e outros instrumentos de crédito

A tipologia mais abrangente e representativa do financiamento ao desenvolvimento é a dos empréstimos, que, na sua maioria, se podem qualificar de concessionais em sentido amplo. Para tal, é condição suficiente a existência de uma garantia soberana sobre o valor financiado. Por definição, estes empréstimos devem ter condições particularmente favoráveis respeitantes aos encargos financeiros e aos períodos de carência e reembolso.

Em sentido estrito, os empréstimos concessionais distinguem-se pela isenção de juros, que não exclui outros custos de financiamento. Tipicamente, a sua gestão é realizada por agências de dotação financeira limitada no seio das IFI's. A separação face à actividade principal destas instituições procura salvaguardar a natureza tendencialmente deficitária da sua "janela concessional". Esta é muitas vezes de âmbito geográfico limitado.

Em alternativa, algumas das instituições financiadoras procuram onerar o financiamento com custos de nível próximo dos valores de mercado, ainda que correspondente a um risco de crédito hipoteticamente baixo, desajustado do perfil do empréstimo. Com efeito, o elevado risco de crédito dos países beneficiários compromete, habitualmente, as possibilidades de captar financiamento de mercado a custos comportáveis.

Por outro lado, são muitas vezes praticadas outras condições sem paralelo em financiamentos não governamentais. Esta tendência é particularmente notória no que respeita à maturidade destes empréstimos e ao seu período de carência.

Frequentemente, os financiamentos concessionais são atribuídos por entidades que desempenham simultaneamente funções de monitorização, ainda que estas sejam por vezes delegadas em outros co-financiadores, nas situações em que esse financiamento seja sindicado. O mesmo sucede com um grande número de outros mecanismos de financiamento bonificados.

Esta prática é comum e permite a obtenção de economias de escala, além do importante envolvimento de entidades com menor dimensão e presença local, tais como as agências de cooperação nacionais. Em contextos que impõem uma forte condicionalidade dos financiamentos, esta é a solução encontrada para suprir algumas falhas de mercado.

Neste contexto, a estruturação de financiamentos para projectos específicos é uma característica comum à quase totalidade dos financiamentos concedidos, com uma avaliação rigorosa dos impactos sociais por parte das entidades financiadoras. Porém, alguns Estados beneficiam de um estatuto que lhes permite incluir verbas de cooperação no seu Orçamento de Estado. Este aplica-se em regra a países de baixo rendimento a que é reconhecida alguma capacidade institucional.

De uma forma mais geral, é possível obter custos de dívida inferiores às taxas de juro sem risco de longo prazo praticadas nos países desenvolvidos. Ainda assim, a maioria das instituições subordina as condições a praticar às circunstâncias específicas de cada projecto, tendo em vista factores tanto de interesse público como de expectativa de reembolso dos empréstimos.

Dentro do modelo de empréstimos ao desenvolvimento, algumas condições de financiamento particulares devem ser relevadas:

- ✓ Taxas de juro: as taxas de juro cobradas são inferiores às aquelas que são praticadas pelo mercado. No caso extremo dos empréstimos concessionais, o custo anual da dívida pode atingir valores de 0,75%, quando é aplicável uma isenção de juros;
- ✓ Maturidade: prazos dilatados, em alguns casos até 50 anos e frequentemente acima de 15;

- ✓ Períodos de carência: atingem por vezes os 10 anos.
- ✓ A contrapartida mais evidente deste tipo de condições é uma maior monitorização das decisões dos organismos públicos responsáveis pela infra-estruturação, que poderá implicar a imposição de determinadas condições.
- ✓ As entidades multilaterais optam, frequentemente, pela constituição de consórcios entre si para o financiamento dos projectos.
- ✓ A existência de um financiador de referência é fundamental no quadro da candidatura a fundos de cooperação, pelo efeito agregador produzido junto das agências nacionais e de outras instituições multilaterais. Em particular, a capacidade de monitorização de algum destes financiadores é decisiva na mobilização de outros desembolsos de dívida e até de capital ou doações.

A aplicação de condições próximas das condições de mercado ou a configuração de um mecanismo de financiamento marcadamente bonificado dependem da estratégia seguida por cada IFI no país visado e da capacidade de reembolso que estimam para as entidades promotoras, em especial do Estado local.

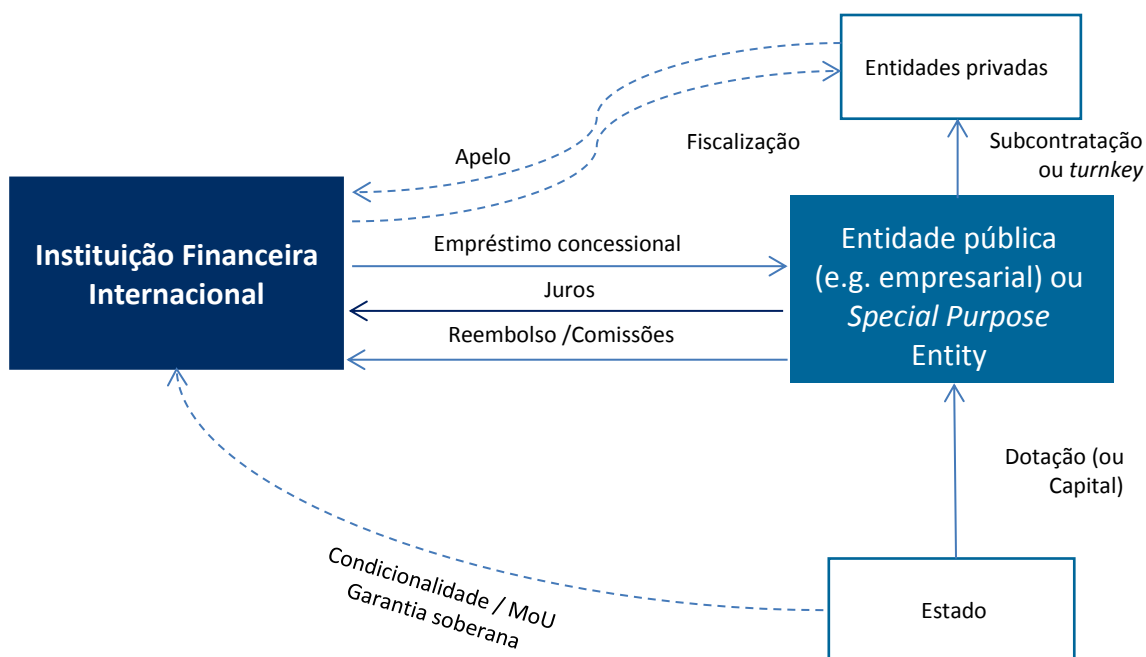
Esta opção estratégica é geralmente concretizada por modelos de financiamento distintos, dentro da categoria geral de empréstimos seniores:

- ✓ Empréstimos concessionais com garantia soberana: Têm aplicação nos financiamentos de condições mais favoráveis, de forma geral, sendo a garantia soberana exigida como principal contrapartida, sem prejuízo dos normais níveis de condicionalidade. Quando esta garantia é de menor relevância, pelo fraco estatuto de crédito do país, é frequente a isenção de encargos de juros.
- ✓ Empréstimos não garantidos: Trata-se de uma situação inversa em que as taxas de juro se tendem a aproximar das que seriam praticadas no mercado (se existisse uma oferta de financiamento de montante compatível). Estes contratos prestam-se à sindicância, limitando a exposição do Banco e propiciando um maior desenvolvimento dos mecanismos de mercado.
- ✓ Empréstimos salvaguardados por garantias sub-soberanas: Numa situação intermédia, é frequente a concessão deste tipo de garantias pelo Estado Central na forma de *Letter of Comfort* ou *Letter of Awareness*. Tal se verifica, na maioria das vezes, em empréstimos concedidos a entidades promotoras públicas ou privadas, com autonomia financeira.

Por este meio, o Estado local declara o seu conhecimento do compromisso financeiro assumido por uma entidade que apoia, ou é sua participada (*awareness*). Na maioria dos casos, acresce a esta manifestação o compromisso moral de apoiar a entidade financiada. Este é formulado de forma muito genérica, de modo a prevenir qualquer alegação judicial de que existe uma garantia *de facto*.

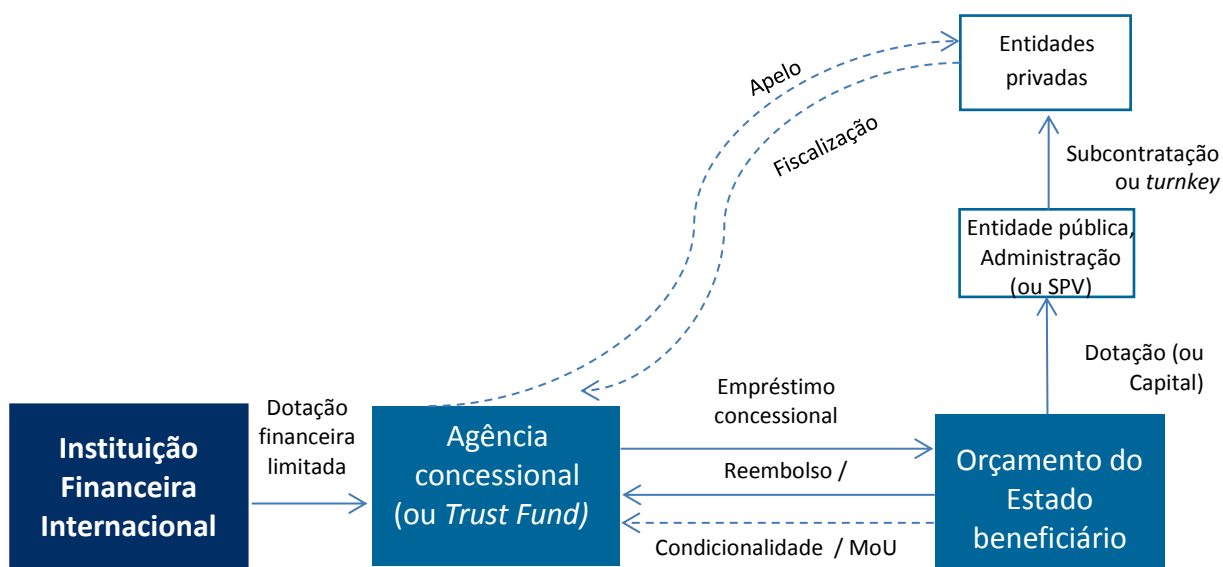
Nesta descrição se incluem situações de financiamento a empresas públicas de objecto amplo, assim como de financiamento estruturado com características de *project finance* (ver secção b)), que nestes casos pode ser descrito como de *limited recourse*.

Nas representações gráficas que se seguem, as linhas tracejadas definem obrigações jurídicas ou outras relações sem fluxos financeiros, enquanto as linhas de cor mais escura definem fluxos financeiros eventuais e as linhas de cor mais clara definem obrigações financeiras. O esquema seguinte ilustra a estrutura típica de um empréstimo concessional, concedido directamente pelas Instituições Financeiras Internacionais:



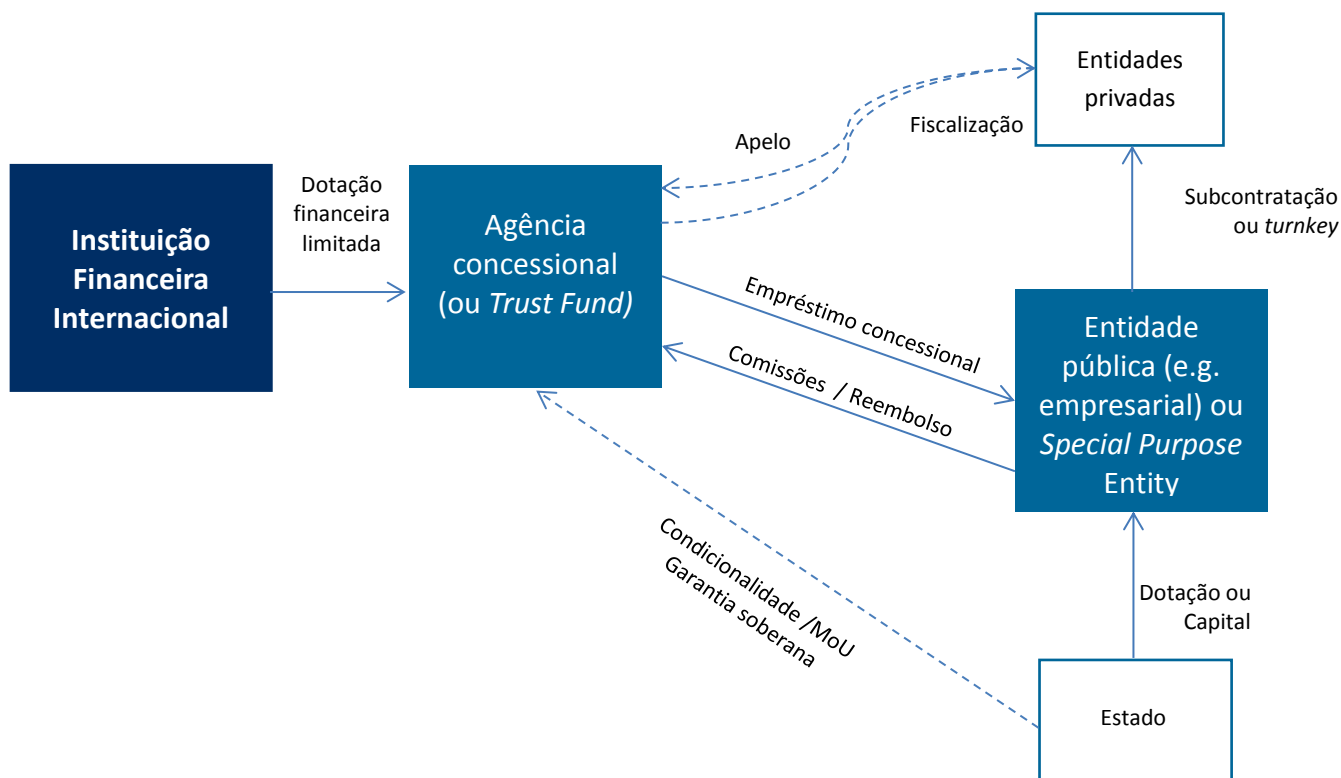
Na representação deste modelo de financiamento, é visível a existência de uma forma aprofundada de condicionalidade que, no caso dos empréstimos concessionais, é quase sempre definida por um memorando de entendimento de alcance bastante amplo. O pagamento de juros é um fluxo financeiro eventual, em face da frequente isenção de custos financeiros directos.

Ilustra-se ainda o modelo alternativo de um empréstimo estritamente concessional concedido por uma IFI através de uma agência especificamente consignada a este tipo de financiamentos (ou de um *trust fund*), com condições ainda mais favoráveis, sendo directamente dirigido ao Orçamento do Estado beneficiário:



A formulação do empréstimo pode ser bastante idêntica, denotando, no entanto, a sua atribuição directa aos Estados uma maior confiança institucional, no sentido de uma aplicação mais genérica dos fundos ou da sua aplicação no reforço das competências das administrações.

Por fim, representa-se o modelo de um financiamento estritamente condicional concedido a uma entidade pública autónoma através de uma agência concessional ou de um *trust fund*:



b) Financiamento não governamental

Segue-se uma curta discussão relativa aos modelos de financiamento não governamental que coexistem com aqueles que em que predomina a participação das IFI e o financiamento público directo. O seu acesso pode ser restringido pelas condições de mercado. Tal se verifica em muitos dos projectos elegíveis para o apoio dos financiadores governamentais. No entanto, estes podem influir significativamente nas condições negociais colocadas aos promotores pelas IFI.

i) Dívida Subordinada

A senioridade dos créditos é uma característica determinante do funcionamento das IFI's. Comprovada durante as crises de crédito vividas pelos seus Estados-membros, esta é essencial ao financiamento externo das instituições, que é repercutido nas condições privilegiadas dos seus empréstimos operacionais.

No entanto, este princípio pode encontrar excepções em projectos geridos por entidades privadas, ou que tenham grande impacto sobre a iniciativa empresarial. Este é o caso dos projectos financiados pela IFC do grupo Banco Mundial e pela IIC do Banco Interamericano de Desenvolvimento, assim como de certos projectos financiados por outras IFI's, tais como o EBRD, a CAF e o BEI.

O instrumento mais próximo das tipologias clássicas de financiamento é a subscrição de títulos de dívida subordinada ou a contratação de empréstimos não titularizados desse cariz. Este instrumento é, em geral, onerado por custos de financiamento superiores aos dos financiamentos mais seniores das mesmas instituições (onde se incluem os empréstimos concessionais).

Dessa forma se pretende suscitar o recurso a alternativas de co-financiamento privado, cujo estatuto de crédito não seja prejudicado pelo financiamento de âmbito governamental. Este desígnio assume maior importância em mercados onde se pretende estimular o funcionamento do crédito bancário no financiamento às pequenas e médias empresas, assim como, em alguns casos, o acesso de grandes empresas a emissões de dívida.

O financiamento sem preferência de crédito é frequentemente utilizado em parcerias público-privadas, quer na forma de dívida subordinada, quer pela subscrição de títulos de dívida comuns. É o que acontece nos casos apresentados no subcapítulo III.3 (*Veolia AMI e Zagreb Wastewater Treatment Plant*), bem como nos projectos *Veolia Voda* e *Aqualia New Europe*, referidos no subcapítulo II.2.

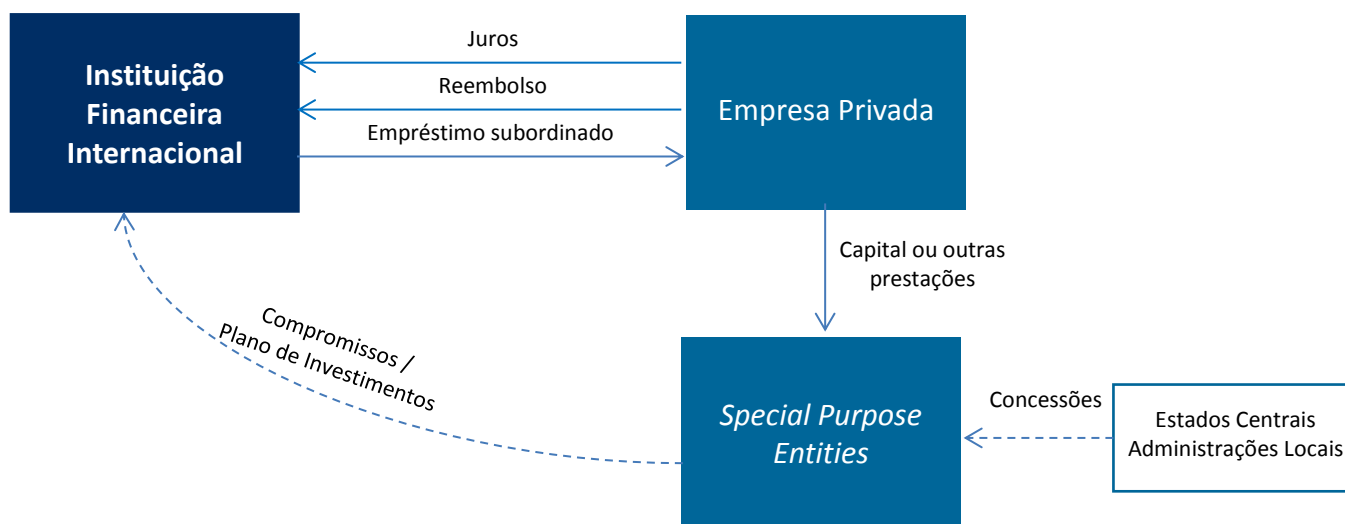
Nestes casos, a extensão dos prazos é favorecida pela credibilidade internacional do parceiro privado, em regra de uma empresa estrangeira. No caso do sector da água, esse papel é cumprido pela empresa gestora dos sistemas abrangidos pela parceria. Os maiores custos de financiamento, ainda que definidos numa base bonificada, não deixam de reflectir o estatuto jurídico do crédito e, na generalidade das situações, a ausência de garantias soberanas.

A condicionalidade imposta pelos financiamentos tradicionais das IFI's não pode ser reproduzida neste modelo de financiamento, sobretudo no período após o desembolso da totalidade dos fundos. Todavia, a imposição de uma maior contingência à entidade beneficiária é muitas vezes assegurada por outros contratos de financiamento sénior estabelecidos com o promotor do projecto, que assim replicam a monitorização e a estrutura de incentivos que poderia ser imposta pela instituição financeira internacional.

A dívida subordinada pode ser estruturada para prazos relativamente longos, superiores a 10 anos. Pode ainda existir um curto período de carência, durante o desembolso.

São ainda comuns situações em que a estruturação de dívida subordinada é acompanhada de uma participação de capital. Pode existir aí um alinhamento entre o horizonte temporal de participação accionista e o prazo do empréstimo concedido.

Este escalonamento tende a corresponder a uma tentativa de desoneração do financiamento total dos projectos e de viabilização de fontes de financiamento privadas que acresçam ao empréstimo da IFI, na linha dos propósitos seguidos pela subordinação da dívida. Por outro lado, vem possibilitar uma maior monitorização, mesmo que o exercício das prerrogativas accionistas não vise interferir na gestão corrente das empresas.



ii) Participações directas de capital

A utilização de *equity instruments* é, em regra, o mais flexível e o mais líquido de todos os modelos de financiamento. Ainda que a sua remuneração seja elevada em caso de sucesso financeiro do projecto, é geralmente possível diferir estes encargos por alguns anos.

Com efeito, a maior parcela dos encargos respeitantes a participações de capital através de acções ordinárias concerne à diluição do valor accionista da empresa promotora. Alguma menor liquidez é observada em modelos de subscrição de acções preferenciais, que serão analisados na secção vi).

A instituição de referência na utilização destes instrumentos é a IFC, que adopta uma perspectiva de *holding period* de 6 a 8 anos, na gestão da sua carteira e um espectro de participações entre 5 e 20%, que não lhe confira o controlo das sociedades participadas.

Um outro aspecto relevante diz respeito à estratégia de saída preconizada pela Instituição accionista. Este tipo de investimento insere-se numa dinâmica de desenvolvimento dos mercados financeiros locais, que favorece a saída através de Oferta Pública de Venda (*IPO*), quando possível.

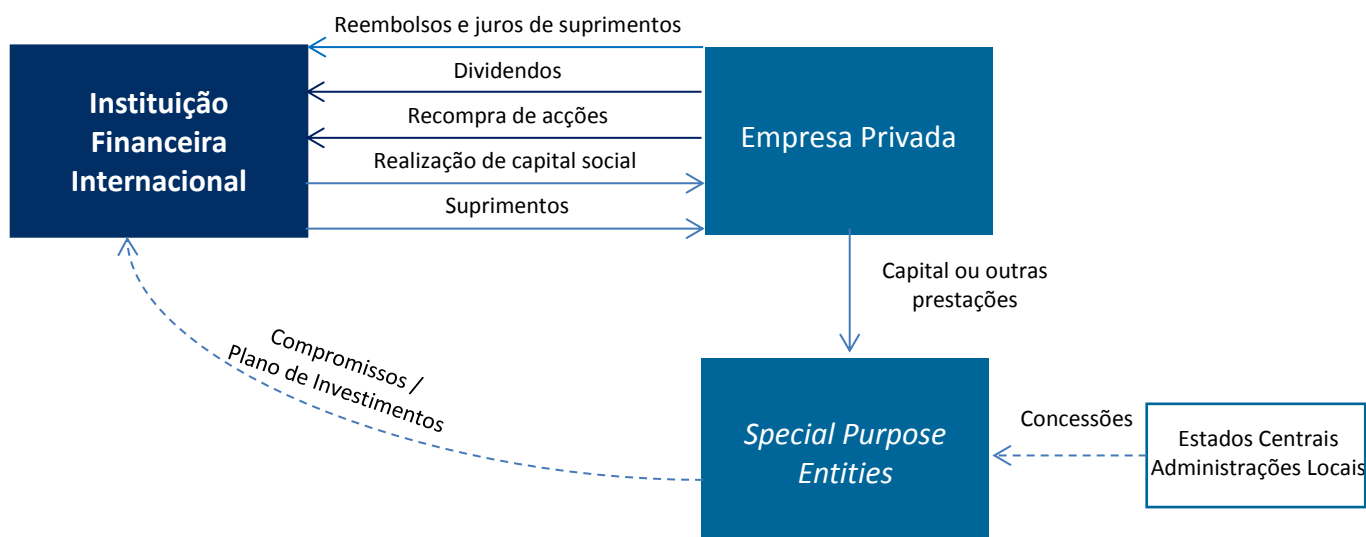
Em alternativa, poderão ser adoptas outras soluções conducentes à dispersão do capital por novos accionistas locais ou, com menor probabilidade, a venda ao principal promotor privado do projecto.

Um outro aspecto crítico da utilização deste modelo de financiamento respeita ao exercício dos direitos de voto e à participação no normal processo de escrutínio pelos accionistas do projecto.

Embora as IFI assumam usualmente não querer intervir na gestão corrente – por exemplo, através da designação de administradores executivos – a condição de accionista pode permitir repor alguma da capacidade de monitorização e de assistência que resulta dos tradicionais termos de referência⁸⁰ e memorandos de entendimento. Este objectivo é conseguido com maior facilidade do que a proporcionada por outros modelos de financiamento não sénior.

Em seguida, ilustra-se o modelo típico de uma participação de capital, promovida por uma IFI:

⁸⁰ Os termos de referência de um empréstimo são a tradução prática da condicionalidade dos financiamentos concedidos por certas Instituições Financeiras Internacionais. O conjunto dos termos de referência é frequentemente designado por Memorando de Entendimento (MoU).



A representação deste modelo evidencia a existência de um conjunto menos formal de compromissos, frequentemente associado a um plano de investimentos e dirigido à entidade beneficiária do financiamento. Por outro lado, destaca-se a contingência das formas de remuneração do capital social.

iii) Títulos convertíveis. Instrumentos híbridos.

O recurso a instrumentos de capital próprio não se limita à subscrição de ações ordinárias. Pelo contrário, existe uma multiplicidade de instrumentos híbridos, que configuram um modelo de financiamento intermédio entre a concessão de empréstimos subordinados e a participação de capital.

Desde logo, a subscrição de ações preferenciais permite alterar a lógica de remuneração financeira da participação, introduzindo uma maior rigidez no pagamento de dividendos, e ainda elevar ainda um pouco o nível de senioridade do financiamento.

Esta situação pode influenciar as possibilidades de saída da IFI participante, consoante os termos previstos para a classe distinta de ações em caso de alienação. Por outro lado, este modelo pode implicar a perda aos direitos de voto da IFI – o que, frequentemente, não constitui uma prioridade, processando-se a intervenção da Instituição por via mais informal.

Uma outra possibilidade consiste na concessão de empréstimos com participação nos resultados da empresa. Esta modalidade permite introduzir maior contingência à remuneração da dívida, assim desonerando a beneficiária em situações de menor liquidez para suportar encargos financeiros.

Em simultâneo, obvia-se a uma maior subordinação dos créditos do financiador, como a que resultaria de qualquer tipo de participação de capital. Acresce a este facto que se mantém a exigência pontual de reembolso do empréstimo, sendo a remuneração fixa pelos juros do empréstimo substituída por uma remuneração contingente. A sua forma mais comum é um pagamento em proporção directa do resultado líquido.

Os empréstimos com participação nos resultados podem, por outro lado, consistir em dívida com maior ou menor grau de senioridade. A escolha de instrumentos com maior senioridade é particularmente apropriada com vista à partilha de riscos.

A redução deste tipo de exposição poder ser assegurada pela securitização total ou parcial destes instrumentos pelo financiador, tal como é realizado pela IFC no quadro de mecanismos de loan participation (como detalhado no subcapítulo III.2).

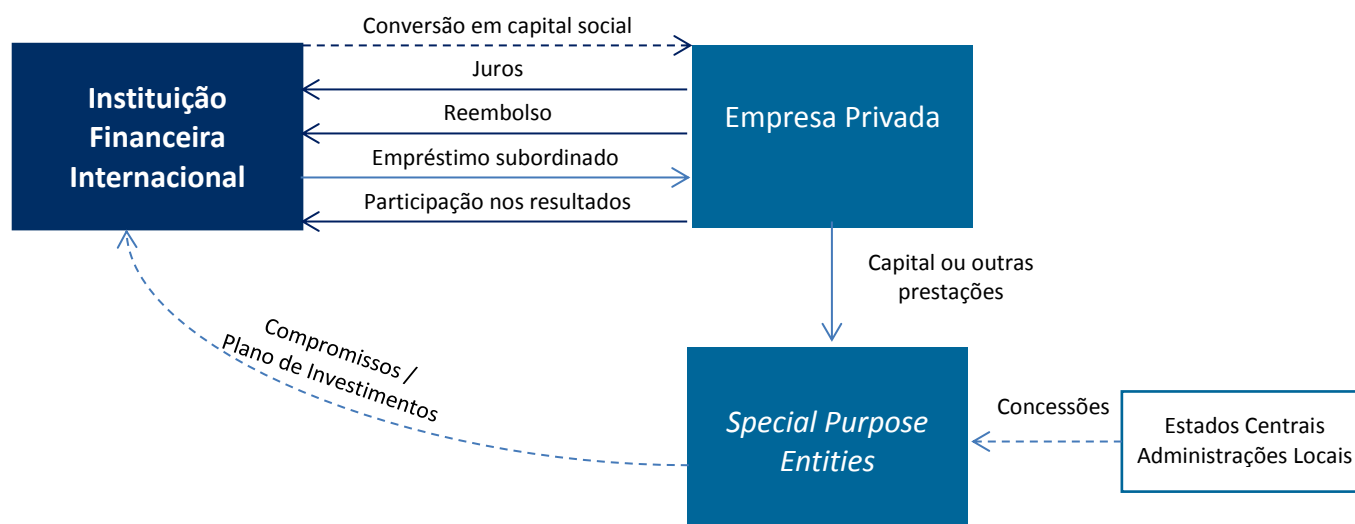
Nesse tipo de modelo, a instituição financiadora mantém-se como gestora do empréstimo e única contratante na relação com a entidade financiada. Estas soluções são comuns no quadro de financiamento das IFI's ao sector privado, em tranches de financiamento de maior senioridade, já que o risco de crédito da IFI é plenamente repassado no montante securitizado.

A participação nos resultados tem geralmente uma restrição de não negatividade e é definida em função da relação entre o valor do empréstimo e o capital social da empresa, ainda que esta possa não ser rigidamente seguida.

Por fim, existe ainda a possibilidade de financiamento através de instrumentos convertíveis, que adicionam às características do financiamento por dívida estruturada a possibilidade de aliviar o serviço da dívida de forma permanente, convertendo-a por capital. Assim, torna-se possível uma assunção fluida de controlo por parte da instituição financiadora, que pode ser aplicada, contingentemente, de forma extrajudicial, por opção do financiador.

Além da perspectiva de menos-valia que pode motivar uma tal reestruturação do financiamento, deve mencionar-se ainda que a conversão pode proporcionar a assunção de mais-valias – tais como as resultantes de ofertas (públicas ou privadas) de venda.

Representa-se em seguida o modelo de um empréstimo subordinado com características de instrumento híbrido, que pode assumir diferentes configurações, consoante as suas características de convertibilidade em capital ou de participação nos resultados da empresa financiada:



A representação esquemática do modelo de instrumentos híbridos reflete a variabilidade deste modelo, que pode recorrer a formulações com ou sem participação nos resultados e que, no caso de referência dos empréstimos convertíveis prevê fluxos contingentes correspondentes à remuneração da dívida ou do capital, consoante seja ou não accionada a conversão em capital social.

iv) Parcerias público – privadas

De entre as origens de fundos que podem acrescer ao financiamento pelas IFI e pelas agências de cooperação, as mais relevantes são as resultantes da constituição de parcerias público-privadas. As soluções de recurso ao mercado são relativamente limitadas pelo *rating* de crédito dos Estados e das entidades que, em regime de parceria pública, pudessem vir a explorar os projectos.

Todavia, a participação de operadores privados, pela participação de capital em empresas concessionárias semi-públicas (parcerias em sentido estrito, *joint ventures*) ou pela concessão em regime de PPP (em sentido amplo) pode propiciar tais operações, se for mais conseguido o acesso aos mercados por parte desse operador.

A constituição de PPP assenta num modelo de concessão complexo, com partilha de riscos e exigindo uma estruturação de financiamento compatível com as condições contratuais.

Teoricamente, é possível realizar financiamentos tradicionais, em regime *corporate*, que comprometam os activos dos parceiros dos projectos, e financiamentos *non recourse*, com determinadas garantias da parte do Estado em matéria de reequilíbrio financeiro, dada a verificação de determinados eventos contratuais.

O acesso ao financiamento privado em condições de mercado é muito dificultado pelo elevado risco de crédito nos mercados-alvo dos financiamentos concessionais. Este decorre, de uma forma geral, da incerteza política, e em especial da insegurança relativa ao sistema de pagamentos e do risco de contingências na actividade económica resultantes da falta de infra-estruturas, da insegurança e da inexistência de instituições transparentes.

Para que seja possível ter acesso ao crédito bancário ou para que se possam promover operações de mercado, é fundamental que exista, quer da parte do sector público, quer das maiores empresas do país, capacidade de obter financiamento externo.

Estas condições estão até certo ponto, reunidas em alguns países em vias de desenvolvimento, como é o Brasil, de entre o conjunto dos mercados do Projecto Água Global, assim como em países com maior grau de desenvolvimento, exemplificados pela Sérvia, a Croácia e a Polónia, de entre o mesmo conjunto.

Em qualquer caso, é de admitir um agravamento da condicionalidade imposta pelas Instituições Financeiras Internacionais, na medida em que estas se procurem proteger dos riscos contratuais advenientes das Parcerias Público-Privadas. Em particular, deve ser tida em conta a que permita dirimir eventuais litígios contratuais.

Nem mesmo o envolvimento de alguns dos parceiros privados mais credíveis se tem revelado um factor de grande mitigação destes riscos. Com efeito, a maior experiência neste tipo de parcerias em países menos desenvolvidos não tem evitado litígios contratuais, registados por algumas das principais gestoras de sistemas de água ao nível mundial.

Um dos riscos mais acentuados nesta matéria é o de incumprimento dos planos de investimento e das metas operacionais, geralmente relativas à (reduzida) cobertura dos sistemas explorados.

Ainda que possam não resultar de factores sob a dependência da concessionária ou do parceiro privado, estes incumprimentos podem não receber o tratamento jurídico mais apropriado pelas instituições destes países. É por isso muito relevante a experiência inicial de cada país nesta matéria, sendo de relevar casos de rescisão contratual, como os ocorridos na Argélia nos contratos de gestão das cidades de Annaba e Constantine. Essa experiência tem ainda forte influência sobre o comportamento futuro das IFI's para com o sector.

A definição deste tipo de modelo de financiamento pode obedecer a diversas características específicas. Desde logo, o estatuto jurídico da concessionária e a existência eventual de participações de capital de entidades públicas é uma questão relevante.

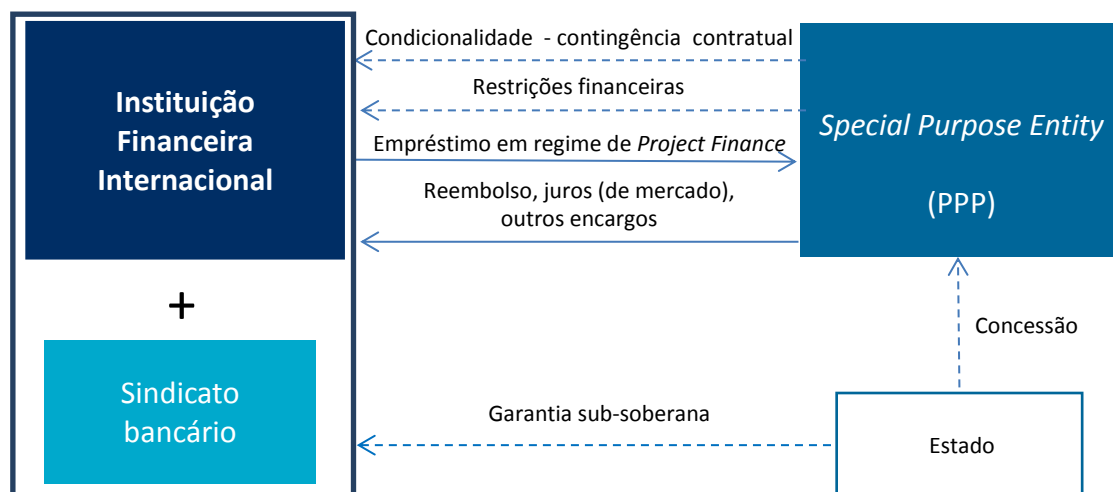
Estas entidades podem ser administrações do Estado Central ou de um Estado Local, empresas públicas, ou, numa lógica de maior pluralidade de interesses, entidades municipais, que garantam a representação das autarquias beneficiárias do sistema.

Um outro aspecto crítico é o do tipo de relação contratual e o do seu objecto – pode consistir na construção e na operação (por um período determinado) de activos específicos sobre que impenda um ciclo completo do modelo *Build Operate Transfer (BOT)*, ou numa concessão de âmbito mais alargado que inclua o direito de utilização de infra-estruturas já concluídas a par da construção e posterior operação de novos activos operacionais.

Reflectindo a pluralidade destas formulações, o financiamento contratado junto das IFI's pode ter características distintas. A situação mais usual consiste no financiamento à concessionária, em especial quando se trata de uma empresa semi-pública.

Este financiamento pode ainda ser garantido pelo Estado ou pelo Poder Concedente, embora a robustez financeira da empresa concessionária possa diminuir essa necessidade. Numa situação menos comum, pode o parceiro privado ser directamente financiado pela IFI, não existindo relação contratual directa desta última com a entidade *special purpose* contratada.

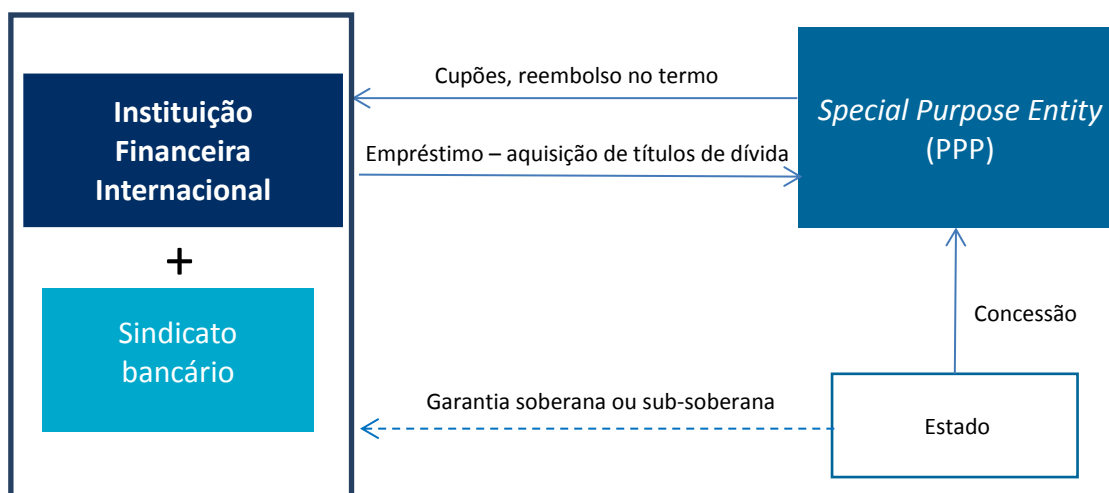
O esquema apresentado concretiza o modelo típico de um financiamento em regime de *Project Finance* promovido por uma IFI.



É visível a existência de uma relação jurídica adicional que se enquadra numa lógica de condicionalidade – as restrições financeiras, que se materializam através de limitações ao investimento e à remuneração accionista, em função da verificação de certos indicadores de *performance* financeira (designadamente, de certos rácios), assim como de limitações à movimentação de contas, entre outros aspectos.

A inexistência de garantia soberana ou de qualquer outro tipo de garantia real da parte dos accionistas é um outro aspeto fulcral.

Ilustra-se ainda o modelo de financiamento de Parcerias Público-Privadas através da emissão de títulos de dívida, com apoio de uma IFI:



Destaca-se a predefinição deste tipo de empréstimo, sujeito a regras de mercado, sem distinções formais relevantes face ao modelo de uma emissão obrigacionista sem a participação de IFI's.

v) Financiamento privado. Operações de mercado.

Em alternativa, as oportunidades de financiamento privado podem sustentar-se na capacidade demonstrada pelos parceiros de mitigar os riscos inerentes ao país, com isso reduzindo o risco de crédito para níveis aceitáveis.

Ainda assim, o mercado deverá reunir algumas condições que permitam o acesso ao financiamento de uma entidade privada credível, tipicamente multinacional. No sector da água e do saneamento, este papel é frequentemente desempenhado por empresas gestoras de sistemas muito internacionalizadas, com experiência acumulada em países em vias de desenvolvimento.

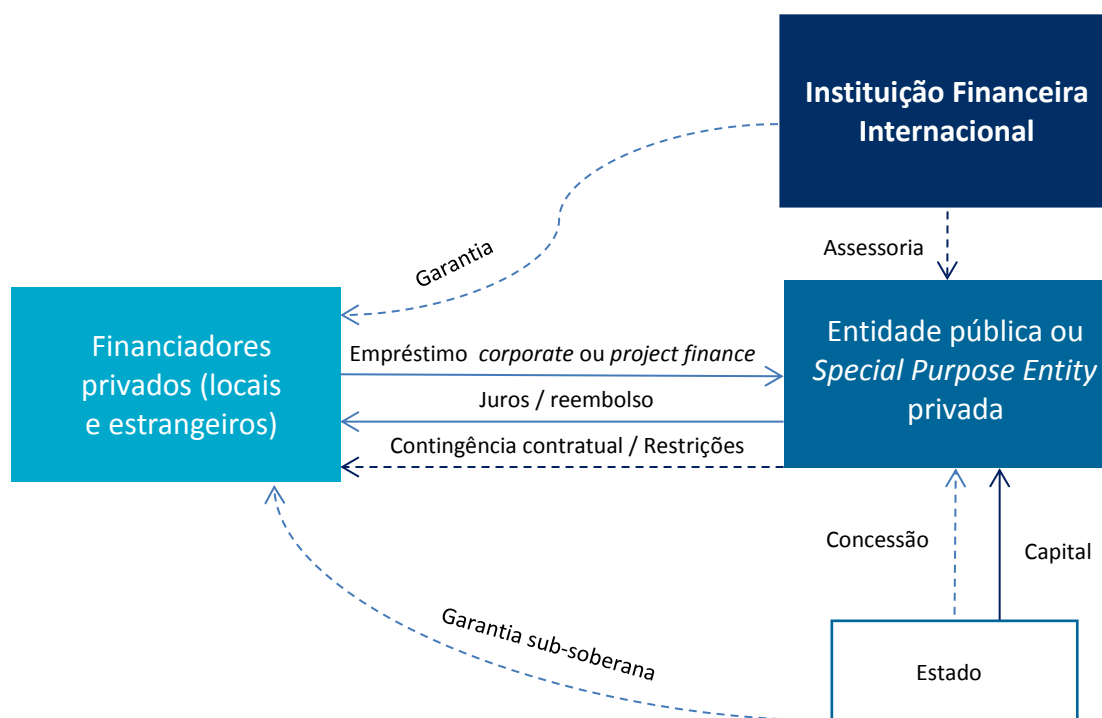
Desde logo é necessário que o cumprimento pontual dos contratos seja expectável e que existam mecanismos de *enforcement* que os suportem. O papel das seguradoras de crédito é igualmente relevante, no sentido de partilhar o risco político do país, quando este não é demasiado elevado.

A difícil prestação deste serviço em condições de mercado tem levado os Governos de alguns países desenvolvidos a intervir no sentido de suprir falhas de mercado. As Instituições Financeiras multilaterais prevêem igualmente alguns instrumentos deste tipo, como é exemplificado pela Agência Multilateral de Garantia ao Investimento, pertencente ao Banco Mundial.

Um dos modelos mais habituais diz respeito a garantias de crédito totais ou parciais, concedidas por IFI's, que possam desbloquear financiamento privado. Esta actuação acontece no pressuposto de que não gere incentivos ao incumprimento, mesmo que o impacto financeiro desse incumprimento nos financiadores privados possa ser reduzido ou anulado.

Assim, estes instrumentos apropriam-se à tentativa de estabelecimento de reputação – não apenas à entidade financiada (frequentemente, de natureza pública), mas ao próprio sector no país beneficiado.

De acesso mais amplo e facilitado, certos seguros de crédito permitem cobrir alguns dos riscos político-sociais que incidem sobre a posse de activos e o respeito das relações contratuais. Nesta matéria, coexiste uma oferta de mercado proveniente de entidades públicas com a de seguradoras privadas. Acresce a estes tipos de intervenção, um outro modelo de financiamento pelas IFI, visando gerar financiamento privado – a já referida subscrição de emissões de dívida.

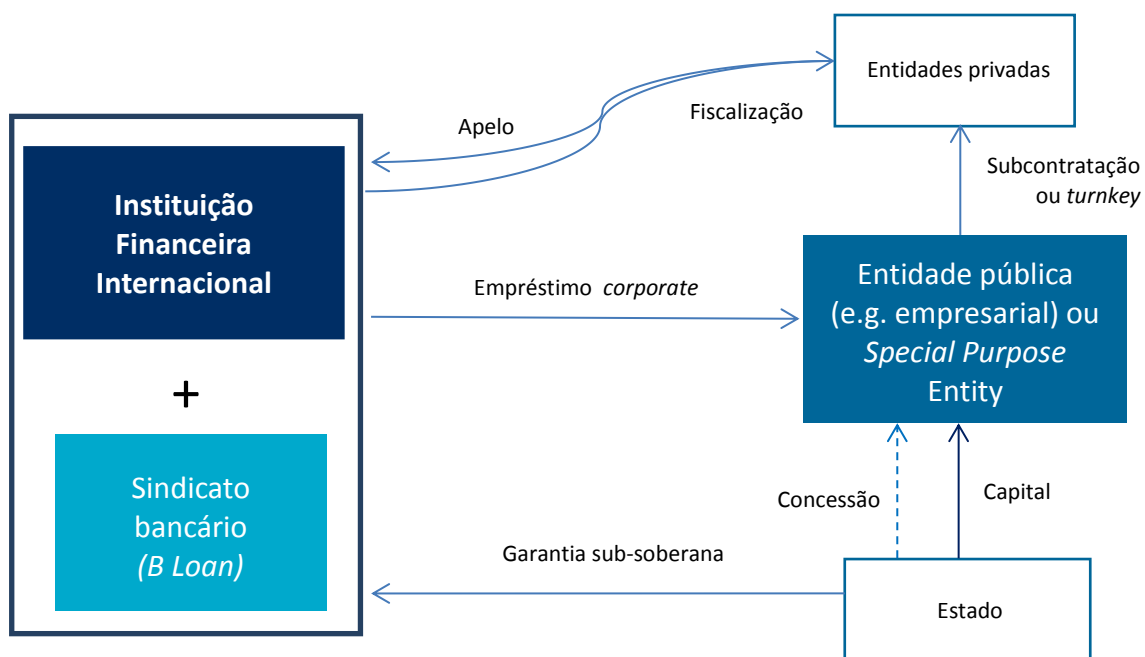


A representação deste modelo financeiro destaca a inexistência de financiamento directo pelas IFI's. De forma eventual, estas podem intervir através da assessoria, apoiando tecnicamente os promotores na contratação do financiamento, estando ainda representada a eventual prestação de garantias.

Em alternativa às emissões públicas de dívida, pode esta participação inserir-se numa subscrição privada de dívida em condições contratuais idênticas, a partilhar com outras instituições financeiras, no que se designa correntemente por *sindicação*. São comuns as designações de *A/B Loan* para os mecanismos financeiros correspondentes, em referência à subscrição pela IFI e por outros credores.

Possibilitada por um maior grau de desenvolvimento dos mercados financeiros, como o que é patente é alguns dos mercados estudados, permite um financiamento supletivo pelas IFI, que assegure o sucesso do financiamento obrigacionista, uma vez estando previsto um nível mínimo de participação de financiadores privados ou mesmo de outras instituições multilaterais.

Existe ainda um importante efeito de sinalização neste envolvimento, a que acresce a garantia de uma eficaz monitorização do projecto, mesmo na ausência de um financiamento puramente condicional, como o que resulta da maioria dos empréstimos directos pelas IFI's.



A representação deste modelo evidencia a igualdade de condições aplicadas à IFI que opera o empréstimo e aos restantes credores que nele participem, o que inclui a concessão pelo Estado de uma garantia sub-soberana incidente sobre todos os créditos contratados.

2. Identificação dos mecanismos de financiamento disponíveis junto das IFI seleccionadas

Na sequência da anterior apresentação das instituições financeiras internacionais retratadas ao longo do documento, procede-se a uma discussão dos seus mecanismos de financiamento. Com maior detalhe, procura percorrer algumas das condições contratuais estipuladas pelas diferentes IFI's, nas várias modalidades que disponibilizam aos seus clientes.

a) Banco Mundial

i) Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento / Associação de Desenvolvimento Internacional

O IBRD e a IDA disponibilizam, historicamente, mecanismos de financiamento que traduzem empréstimos concessionais, que, no caso da IDA, o são em sentido estrito, com condições financeiras mais bonificadas. Além disso, estes mecanismos caracterizam-se por uma utilização subordinada à existência de garantias soberanas sobre a totalidade dos valores contratados.

- Mecanismos com garantia soberana:

- *Specific Investment Loan*

Este mecanismo de financiamento é predominante nos financiamentos das duas entidades ao sector da água. No caso do IBRD, traduz-se pela contratação de um empréstimo para um único projecto, numa lógica não deficitária, em que os custos suportados pelo Banco são repercutidos no *pricing* do financiamento.

O empréstimo assume estatuto de crédito preferencial e é comum a definição de maturidades entre os 12 e os 18 anos, com períodos de carência seguindo aproximadamente os períodos de desembolso. A utilização do mecanismo estende-se a diversos tipos de infra-estruturas, incluindo as de carácter social. No caso da IDA, o empréstimo assume o estatuto de concessional, podendo ter maturidades superiores, até 50 anos.

À semelhança de outros mecanismos, encontra-se dividido em subtipos *single currency*, denominados numa só divisa, e em subtipos que se quantificam em *Direitos de Saque Especiais* (ver capítulo I), numa combinação de divisas.

- *Adaptable Program Loan*

Este mecanismo de financiamento oferece uma alternativa mais flexível, que se apropria a projectos de âmbito mais amplo no sector da água ou àqueles sobre cuja execução impende um maior grau de incerteza.

O tempo até à maturidade do contrato é definido de forma contingente, assim como o calendário de desembolso e reembolso do empréstimo. Tendo em conta a verificação de determinadas condições, é concedida ao credor a prerrogativa de suscitar uma revisão dos prazos e montantes do empréstimo, dentro do limite imposto pelo valor máximo contratado.

O mesmo direito assiste à instituição financiadora, no quadro das revisões regulares dos termos de referência do empréstimo, coincidentes com o calendário de cumprimento das metas contratuais subjacentes ao calendário de desembolso. O *pricing* do empréstimo é assim ajustado em consonância.

Numa aplicação comum a estes mecanismos, as taxas de juro aplicadas nos financiamentos do IBRD seguem a seguinte relação:

Maturidade média (anos) / Denominação	Spread Variável			Spread Fixo		
	Até 12 anos	De 12 a 15 anos	De 15 a 18 anos	Até 12 anos	De 12 a 15 anos	De 15 a 18 anos
USD	Libor + 0,27%	Libor + 0,37%	Libor + 0,47%	Libor + 0,60%	Libor + 0,80%	Libor + 1,00%
EUR	Libor + 0,27%	Libor + 0,37%	Libor + 0,47%	Libor + 0,55%	Libor + 0,75%	Libor + 0,95%
JPY	Libor + 0,27%	Libor + 0,37%	Libor + 0,47%	Libor + 0,45%	Libor + 0,65%	Libor + 0,85%
GBP	Libor + 0,27%	Libor + 0,37%	Libor + 0,47%	Libor + 0,60%	Libor + 0,80%	Libor + 1,00%

A variabilidade do *spread* de alguns empréstimos decorre do seu recálculo semestral, que ocorre simultaneamente à revisão da taxa de juro indexante. O valor habitualmente aplicado como comissão de montagem é de 0,25%. Os empréstimos enquadrados em políticas especiais de desenvolvimento têm habitualmente *spreads* superiores a 2% e comissões de montagem de 1%.

- Doações

A IDA pode complementar a concessão de empréstimos concessionais com doações, no quadro do seu mandato. No quadro dos financiamentos concedidos pela IDA e pelo IBRD, pode ser possível mobilizar um dos *trust funds* referidos no subcapítulo I.1.

Ainda que não estejam incluídos nessa lista fundos especificamente consignados ao sector, muitos deles têm aplicações de carácter não sectorial. Em qualquer caso, privilegia-se o financiamento de projectos de menor valor de investimento ou de pequenas componentes de projectos.

ii) Corporação Financeira Internacional

A IFC tem uma oferta complementar à do IBRD e da IDA, que se dirige ao sector privado. Em resultado da ausência de garantias soberanas e do maior risco específico das operações financiadas, a IFC distingue-se pela utilização de um conjunto mais diverso de mecanismos. Estes permitem customizar o tipo de operação financeira montada, de acordo com as características de cada projecto e de cada cliente.

- Mecanismos com garantia soberana:

- *Fixed and variable rate loans*

Este mecanismo de financiamento é o principal canal de financiamento sénior da IFC. Operando em termos idênticos ao dos empréstimos seniores do sector público é, por princípio, concedido numa das principais divisas do sistema internacional.

- *Local currency financing*

Distingue-se do mecanismo anterior por ser concedido em moeda local, por forma a proteger a entidade privada financiada do risco cambial.

- Mecanismos sem garantia soberana:

- *Debt/Equity Funds*

Este mecanismo de financiamento permite estruturar operações de dívida subordinada através de contratos de empréstimo em que a IFC é o único financiador. Permite ainda a subscrição e realização de capital próprio, na forma de acções ordinárias ou preferenciais. É permitida a subscrição de títulos, sem condições especiais. Ou ainda, por fim, o financiamento de operações com instrumentos híbridos. Aqui se incluem empréstimos convertíveis e ainda empréstimos com participação nos resultados da empresa credora.

Para estes tipos de operações, as condições de financiamento são muito variáveis, podendo ainda assim definir-se, a título indicativo, maturidades até 15 anos para os instrumentos de dívida e *holding periods* de 5 a 8 anos para as participações de capital.

- *A-loan participation (ALP) e B-Loan Participation (BLP)*

Estes mecanismos visam a posterior sindicância dos financiamentos e podem associar-se à maioria das operações de dívida descritas no ponto anterior. Traduzem a divisão de um empréstimo em duas tranches, que podem ter características distintas. É a segunda (*B-Loan*) ou, em casos mais raros, são ambas as porções transferidas a financiadores privados – tipicamente a bancos comerciais.

Esta forma indirecta de sindicância dos empréstimos dispensa o estabelecimento de ligações contratuais directas entre a entidade financiada e as entidades participantes. A execução mantém-se a cargo da IFC, que condiciona o cumprimento das suas obrigações de crédito para com os restantes financiadores aos eventos de crédito do empréstimo primário, concedido através de um dos seus restantes mecanismos.

- *Total Credit Guarantee (TCG)*

Este mecanismo consiste numa garantia de crédito clássica, que compreende a totalidade do valor de *Loss Given Default*⁸¹ para o montante garantido, que coincide com o montante contratado.

As garantias totais não abrangem a maioria dos financiamentos privados contraídos pelas entidades financiadas através de outros mecanismos. No entanto, compõem muitas vezes uma solução integrada de financiamento que dispensa uma maior contribuição directa da instituição.

- *Parcial Credit Guarantee (PCG)*

Este mecanismo de garantia difere do anterior por incidir apenas sobre uma parte do valor em dívida, sendo a aplicação mais frequente em projectos do sector.

⁸¹ Estão cobertos quaisquer valores em dívida que resultem do incumprimento do credor, na impossibilidade de serem obtidos pelos meios judiciais aplicáveis.

- *Single Asset Risk Share*

Este mecanismo de garantia assemelha-se à garantia de crédito parcial, distinguindo-se no entanto por não permitir que a IFC opere o empréstimo garantido em caso de incumprimento e oponha directamente o seu direito de crédito (após a execução da garantia) ao devedor em incumprimento, ficando dependente das diligências promovidas pelo credor.

iii) Agência Multilateral de Garantia de Investimentos

A MIGA disponibiliza mecanismos de garantia, que permitem minimizar os riscos conjunturais e de mercado inerentes aos projectos que se desenvolvem em países de baixo e médio rendimento, conseguindo, por outro lado, cobrir o risco de crédito das entidades envolvidas em cada projecto. A sua oferta desenvolve-se em torno destas várias dimensões.

- *Currency inconvertibility and transfer restriction*

Esta cobertura permite evitar os riscos, por vezes acentuados, de restrições à circulação de capitais que não obedeçam às regras pré-estabelecidas e contrariem os princípios próprios dos Estados de Direito. A inconvertibilidade cambial não abrange, efectivamente, os riscos cambiais que advenham da actividade operacional ou da aplicação de restrições pré-estabelecidas à actividade financeira.

Permite, no entanto, minimizar situações de conflito de alguma plausibilidade na relação com os Estados, frequentemente também os promotores ou os poderes concedentes em projectos de infra-estruturas. Incluem-se diversos fluxos financeiros e de remuneração, como juros, dividendos e *royalties*. A definição de inconvertibilidade assenta na impossibilidade de conversão para euros, dólares ou ienes, sendo a base de cálculo da indemnização (divisa, taxa de câmbio) pré-contratada.

- *Expropriation*

Esta cobertura abrange a expropriação de fundos e activos tangíveis, por via do seu reembolso directo, assim como a denúncia de contratos de empréstimo, por via do seu reembolso e do pagamento de juros em dívida. Por outro lado, este mecanismo é aplicável a participações de capital próprio, que são reembolsadas pelo seu *book value* (o seu valor contabilístico).

A expropriação parcial de activos pode igualmente admitir alguma cobertura através deste mecanismo, que deve no entanto ser avaliada em cada situação, tratando-se sempre de uma cobertura limitada dos prejuízos causados. Incluem-se nestes casos situações com a de confisco (por exemplo de fundos ou activos) que não concretize uma expropriação definitiva.

- *War, terrorism and civil disturbance*

Esta cobertura abrange fenómenos de guerra, terrorismo e desordem civil, aplicando indemnizações semelhantes às previstas no caso de expropriação se a actividade de uma empresa participada ou financiada pela entidade garantida for totalmente inviabilizada. Por outro lado, se existirem danos circunscritos a determinados activos, está previsto o seu reembolso (pelo valor da sua substituição) ou a indemnização pelo valor da sua reparação.

- *Breach of contract*

A cobertura de violação de contrato permite ressarcir a entidade garantida dos prejuízos causados por um incumprimento contratual contestado nos meios de disputa previstos no mesmo contrato – arbitragem ou jurisdição aplicável. No caso em que a violação seja legalmente reconhecida, ou em que seja provada a interferência do devedor na decisão judicial, em desrespeito das normas aplicáveis, os créditos são indemnizados. Uma das aplicações práticas deste mecanismo diz respeito aos contratos de fixação de tarifas.

- *Non-honoring of financial obligations*

A cobertura proporcionada por este mecanismo permite reembolsar quaisquer obrigações incondicionais de entidades soberanas e sub-soberanas, bem como de empresas públicas. A execução da garantia não pressupõe, neste caso, a existência de uma sentença favorável. É, todavia, requerida a incondicionalidade do crédito, designadamente que este seja insusceptível de contestação pelo devedor.

b) Banco Africano de Desenvolvimento

O AfDB promove maioritariamente o financiamento ao sector através de mecanismos com garantia soberana, sem participação privada. Esta utilização coexiste, no entanto, com a concessão de doações e a concessão de empréstimos sindicados. Importa ainda distinguir as características próprias dos financiamentos do ADF, que constituem um instrumento plenamente distinto.

- Mecanismos com garantia soberana:

Os seguintes mecanismos de financiamento inserem-se no âmbito dos empréstimos seniores do grupo, que se caracterizam pela aplicação de um conjunto detalhado de termos de referência. Essa condicionalidade coexiste com um conjunto relativamente rígido de condições de financiamento. Os prazos definidos situam-se, em regra, em torno dos 20 a 25 anos, com períodos de carência de cerca de 5 anos, podendo variar de acordo com o período de desembolso. Ainda que possam ser concedidos a diversos tipos de entidades públicas e municipais, incluindo parcerias públicas e público-privadas, a existência de uma garantia soberana é decisiva para a concretização dos financiamentos.

Dentro da tipologia de empréstimos concessionais com garantia soberana, existem diferentes mecanismos que apenas diferem nas taxas de juro aplicadas.

- *Fixed Spread Loan*

No caso dos empréstimos *fixed spread*, as taxas aplicadas são, na última actualização, de 0,826% para empréstimos denominados em dólares e de 1,336% para empréstimos denominados em euros. Existe ainda a possibilidade de conseguir financiamentos denominados em ienes ou *rands* sul-africanos, que não vem sendo aplicada nos mercados do projecto Água Global, no sector da água. Embora o *spread* seja fixo, procede-se à actualização da taxa de juro indexante.

Estando este mecanismo inactivo desde 2009, teve a sua última aplicação com um *spread* de 0,4% sobre valores de *swap* das taxas Euribor e Libor a 6 meses, actualizados semestralmente (a que se referem as taxas supra citadas). A alguns empréstimos concedidos em 2008 e 2009 foi atribuído um *spread* de 0,2%.

Este mecanismo, tal como os seguintes, prevê ainda a aplicação de outros encargos financeiros.

- *Variable Spread Loan*

Este mecanismo de financiamento distingue-se pela aplicação de um indexante variável, a que acresce um *spread* de 0,6%. Consoante a moeda de denominação, o indexante de referência é a Libor ou a Euribor a 6 meses. As taxas calculadas para o primeiro semestre de 2013 são de 1,063% (dólar) e 0,826% (euro).

- *Enhanced Variable Spread Loan*

Este mecanismo de financiamento distingue-se do anterior pela aplicação eventual de taxas de juro bonificadas, que incide sobre os empréstimos concedidos até ao final de 2010, sendo os *spreads* aplicados sobre o mesmo indexante de 0,4% em empréstimos anteriores a Maio de 2005 e de 0,5% para empréstimos dos anos de 2009 e 2010. A sua aplicação cessou após esse período.

- *Variable Rate Loan*

Este mecanismo de financiamento tem a sua aplicação suspensa desde 2009 e distinguia-se pela aplicação de uma taxa variável baseada no custo da *pool* de fundos do Banco, a que acrescia um *spread* da mesma ordem de valores dos mecanismos anteriores.

- Empréstimos do Fundo Africano de Desenvolvimento

Este mecanismo de financiamento associa-se ao modelo de empréstimos concessionais (ver subcapítulo III.1) e distingue-se pela aplicação de prazos mais dilatados, tipicamente de 50 anos e pela inexistência de taxas de juro, mantendo-se apenas os restantes encargos aplicáveis.

- *A/B Loans*

Este tipo de estrutura é definido pela divisão do empréstimo em duas tranches. A primeira é designada de *A-loan*, a ser executada e desembolsada pelo Banco, sem transferência directa de risco de crédito. A segunda é dirigida a outras IFI's, designadamente a agências de cooperação, bem como aos bancos comerciais e às seguradoras de crédito. É geralmente de valor inferior, ainda que o valor das duas tranches possa ser igual.

É designada de *B-loan* e é subscrita por um conjunto entidades que aceitem a transferência total do risco de uma porção do crédito. Incumbe-lhes realizar o seu desembolso como se se tratasse de um contrato autónomo. No entanto, o AfDB mantém a execução do empréstimo e, formalmente, é o único titular da relação contratual directa com o promotor do projecto.

No caso do AfDB, a participação de instituições financeiras locais ou de *rating non-investment grade* está interdita.

- Doações – *Rural Water Supply & Sanitation Initiative (RWSSI)*

Este mecanismo de financiamento pode permitir o financiamento de pequenas componentes de projectos nos mercados-alvo, complementando financiamentos reembolsáveis e onerosos que

suportem outras despesas de investimento. Está direccionado a projectos visando o incremento das coberturas dos serviços de água e saneamento em regiões rurais de países de baixo rendimento.

Um exemplo da sua aplicação é o projecto *Rural Water Supply* em Moçambique, que recebeu uma doação de 5 milhões de Direitos de Saque Especiais deste *trust fund*, de um total de 135,5. Trata-se de um fundo financiado por diversos doadores, incluindo o próprio Banco.

- Outras doações

Estes mecanismos de financiamento podem estar disponíveis para utilizações tecnicamente semelhantes às da *RWSS* – sendo financiados pelo próprio Banco ou por outras suas iniciativas. Um exemplo da potencial utilização destes mecanismos é dado pelo fundo *African Water Facility*, dirigido a projectos de reforço institucional das autoridades do sector e de apoio à gestão pública e à regulação de sistemas de água e saneamento.

c) Banco Inter-americano de Desenvolvimento

De forma idêntica ao AfDB, regista-se a coexistência de mecanismos com garantia soberana, predominantes, com as mesmas outras tipologias de financiamento. A disponibilidade dos mecanismos de doação por *Trust Funds* assume neste caso uma maior relevância.

- Mecanismos com garantia soberana:

- *Special Investment Loan*

Este mecanismo de financiamento insere-se no âmbito dos empréstimos seniores do grupo, que se caracterizam pela aplicação de um conjunto detalhado de termos de referência.

Essa condicionalidade reflecte-se, neste caso, numa maior flexibilidade das condições de financiamento, cujos *spreads* podem variar significativamente, sendo habitualmente a taxa de juro indexada à Libor e o financiamento denominado em dólares.

A utilização deste mecanismo tem sido constante no sector da água no Brasil, no âmbito do financiamento dos Estados regionais e dos municípios brasileiros, em projectos de execução operacional incerta do ponto de vista cronológico. O reforço dos financiamentos tem sido recorrente, através da contratação de instrumentos adicionais.

Os prazos aplicados são habitualmente de cerca de 25 anos, prevendo períodos de carência situados em torno dos primeiros 5 anos do contrato, em sintonia com os períodos de desembolso.

- Mecanismos sem garantia soberana:

- *A/B Loans*

Este tipo de estrutura é idêntico à estrutura de *A/B loan* descrita para o AfDB. No caso do IADB, salienta-se um conjunto de condições particularmente definidas para este tipo de financiamentos. A maturidade destes empréstimos é limitada a um máximo de 30 anos (sendo usuais períodos de 10 a 15 anos) e as taxas de juro aplicadas deverão situar-se num intervalo de 50 a 350 pontos base

(0,5% a 3,5%) de *spread* sobre a taxa Libor a 6 meses. São permitidas aplicações a empréstimos em regime de *project finance*.

- *Aquafund – Doações*

Este *Trust Fund* é financiado pelo laDB, pelas agências de cooperação Suíça e Austríaca e ainda pela Fundação Pepsi.Co. Tem promovido doações de valor inferior a 1 M€ no Brasil, essencialmente em aspectos institucionais, que se aproximam da noção clássica de cooperação técnica (ver subcapítulo III.1).

- *Fondo Español de Cooperación para Agua y Saneamiento en America Latina y el Caribe – Doações (FECASALC)*

Este *Trust Fund*, que se dirige ao sector da água, mas também ao dos resíduos sólidos, é de carácter *untied*, recorrendo exclusivamente a doações, que podem atingir valores significativos, superiores a 50 M€. O envolvimento de diversas actividades ligadas ao sector da água tem sido visível, mesmo para lá das actividades comerciais do sector.

- *Japan Trust Fund for Consultancy services – Doações*

Também virada para o reforço das competências e organização institucionais, a intervenção deste fundo japonês abrange uma diversidade de sectores, enquadrados no mandato do laDB, gestor do fundo – sendo, assim, por inerência, aplicável ao sector da água, que constitui uma das prioridades do Banco.

- *Outras doações*

Seguem a lógica de financiamento dos fundos desligados (*untied*)⁸² e são operadas com fundos comuns do grupo.

d) Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento

O EBRD gere um conjunto muito diversificado de instrumentos, que inclui diversas versões de modelos com a participação de financiadores privados e de instrumentos sem garantia soberana.

- Mecanismos com garantia soberana:

- *Loans – Municipal and Environmental Infrastructure*

Este mecanismo de financiamento concentra os empréstimos concedidos pelo EBRD a entidades públicas no sector da água. Garantidas pelo Estado Central dos países financiados, estas operações enquadram-se frequentemente em situações de co-financiamento com outras instituições governamentais, assumindo condições de financiamento variáveis de acordo com o contexto concreto de cada projecto e o seu plano de financiamento total.

⁸² Sem restrições de *tying* – que obriguem à sua aplicação em pagamentos a entidades do país financiador – ver capítulo III.

De qualquer modo, é seguido um sistema de condicionalidade com as implicações habituais respeitantes à monitorização de indicadores financeiros e às regras de contratação. As operações financiadas restringem-se em geral a montantes superiores a 5 milhões de euros e são frequentemente sindicadas pelo grupo, o que implica um custo financeiro acrescido (*syndication fee*).

A variabilidade das condições de financiamento respeita sobretudo à definição dos prazos de reembolso, que podem assumir diferentes intervalos de tempo inferiores a 15 anos, assim como à fórmula de cálculo das taxas de juro e à duração dos períodos de carência.

No que respeita aos custos de financiamento, é predominante a indexação das taxas de juro à Euribor (ou a um *swap* da mesma taxa, se a taxa final for fixa). Esta característica reflecte a comum denominação dos empréstimos em euros, que admite excepções, incluindo a denominação em moeda local.

Acrescem ainda à taxa de juro outros encargos. A aplicação de comissões de montagem e imobilização é obrigatória, a que podem acrescentar outros custos, tais como comissões pela denominação em certas divisas.

É ainda possível o requerimento de garantias reais, visando activos do projecto ou outros activos do promotor, bem como as acções da entidade financiada. Por outro lado, as formulações contratuais podem incluir restrições sobre meios líquidos e certos *inflows* do devedor.

- Mecanismos sem garantia soberana:

- *A/B Loans*

Este tipo de estrutura é idêntico às estruturas de *A/B loans* descritas para o AfDB e o laDB. No caso do EBRD, salienta-se que a sua utilização abrange um conjunto amplo de entidades promotoras, em que se incluem empresas públicas, entidades sub-soberanas e concessionárias privadas.

- *Empréstimo em regime BOT*

Este mecanismo de financiamento insere-se habitualmente numa dinâmica de financiamentos *non recourse*, envolvendo outros financiadores de relevo (e.g. bancos privados), resultando da negociação específica dos contratos de financiamento – nomeadamente de aspectos contingentes do desempenho do empréstimo ao longo do tempo.

- *Investimento em títulos de dívida*

Este mecanismo de financiamento resulta de uma excepção à finalidade habitual dos investimentos de carteira nesta IFI, tendo propósitos operacionais de apoio supletivo a emissões de dívida para financiamento de projectos. Deve ser considerado, além do apoio financeiro directo, o efeito reputacional positivo do anúncio antecipado da subscrição destes instrumentos.

- *Mezzanine*

Este mecanismo de financiamento é o instrumento de dívida subordinada do Banco, que permite a concessão de empréstimos sem estatuto de crédito preferencial, mas com um conjunto de termos de referência restritivo, sem uma distinção de fundo da prática seguida nos empréstimos seniores do grupo. As condições de financiamento são assim mais agravadas e as maturidades tendencialmente mais curtas.

- *Quasi-equity instruments*

Este mecanismo de financiamento permite financiar projectos através de instrumentos híbridos, tais como empréstimos convertíveis em acções da entidade financiada e empréstimos com participação nos resultados do promotor do projecto. São de aplicação preferencial junto de empresas privadas, tipicamente pertencentes a grupos internacionais que operem nos países beneficiários do Banco. As maturidades destes instrumentos são de 4 a 8 anos.

- *Equity Instruments*

Este mecanismo de financiamento permite a aquisição e a subscrição de acções em entidades promotoras de projectos a financiar, tais como as de *Special Purpose Entities* e de empresas internacionais que operem nos países beneficiários. As acções podem respeitar a empresas cotadas ou não cotadas e ainda ser de natureza ordinária ou preferencial, consoante a natureza da operação.

Existe ainda a possibilidade de financiamento através de acções preferenciais “resgatáveis” (*redeemable preference shares*), que obriguem a empresa participada a readquiri-las numa data específica ou de forma contingente. A perspectiva de saída é, em qualquer caso, um factor crucial para a concessão destes financiamentos, podendo ainda processar-se por oferta pública ou privada de venda.

O horizonte temporal das participações é tipicamente de 4 a 8 anos.

- *Trade Facilitation Program*

Este mecanismo permite conceder o acesso a instrumentos de *trade finance* a fornecedores estrangeiros de bens e equipamentos, nas suas transacções com entidades dos países beneficiários, em particular com os promotores de projectos financiados por outros mecanismos.

Prevê a concessão de garantias de crédito totais quanto a recebimentos de âmbito comercial, assim como a realização de *cash advances* a bancos dos países beneficiários, para que estruturam as mesmas operações.

- *Credit Guarantee*

Este mecanismo de garantia consiste numa garantia de crédito clássica, que compreende a totalidade do valor de *Loss Given Default* para o montante garantido, que coincide com o montante contratado.

As garantias totais não abrangem a maioria dos financiamentos privados contraídos pelas entidades financiadas através de outros mecanismos. No entanto, podem prefigurar uma solução integrada de financiamento que dispense uma menor contribuição directa da instituição.

- *EWBJF – doações*

As doações através deste *trust fund* são enquadradas em financiamentos mais amplos atribuídos no quadro da parceria WBIF (ver subcapítulo II.1), que geralmente incluem um empréstimo do EBRD, a subsidiação pela União Europeia e a participação de outras instituições financeiras – o BEI ou uma das instituições associadas. Este mecanismo financia pequenas componentes desses

projectos, conjugando-se por vezes com outras doações. Na lista de projectos apresentada no subcapítulo I.3 são referidos alguns projectos financiados pela parceria nos mercados-alvo.

- *Outras doações*

É possível a aplicação de outros *trust funds* a projectos do sector, tal como os referidos no subcapítulo I.1, ainda que, à semelhança do EWBIF, não sejam sectorialmente consignados e não se registe a sua aplicação aos projectos apresentados na secção seguinte.

e) Banco Europeu de Investimento

A intervenção do BEI encontra-se estruturada em torno de mecanismos com garantia soberana que têm como referência a política redistributiva seguida nos Estados da União Europeia. Ainda assim, regista-se a disponibilidade de outros instrumentos, com abertura à participação de financiadores privados, que assume maior relevância no contexto das Parcerias Público-Privadas.

- Mecanismos com garantia soberana:

- *Project Loan (Estados-membros da UE)*

Este mecanismo de financiamento concentra a actividade de financiamento directa do Banco. Os financiamentos podem ser denominados em diversas divisas e ter taxas de juro fixas, variáveis ou *convertíveis*, que permitam uma alteração da forma de cálculo na sequência de determinados eventos contratuais. Podem acrescer outros encargos financeiros.

Os prazos aplicados são, em muitos casos, relativamente curtos, da ordem dos 10 anos. Todavia, existem empréstimos de maturidades significativamente superiores.

O montante financiado dos projectos é em média de cerca de 1/3 dos seus custos totais, podendo atingir proporções mais elevadas do investimento inicial requerido pelos projectos, até a um máximo de 50%. Nos casos em que os projectos sejam financiados pelo BEI e por outras instituições da União Europeia, o financiamento total não pode exceder 90% dos custos do projecto.

Os mais recentes membros da União Europeia e aqueles que têm menos expressão económica tendem a ser mais amplamente beneficiados, até pelas suas maiores necessidades de concretizar novas infra-estruturas que lhes permitam atingir os objectivos de coesão e convergência da política comunitária. A utilização deste mecanismo é frequentemente conjugada com a disponibilização de fundos comunitários em certos sectores, de que é exemplo o sector da água.

- *Project Loans aos países candidatos*

Os empréstimos seniores do Banco têm igualmente aplicação nos países candidatos à adesão à União Europeia (Islândia, Macedónia, Montenegro, Sérvia, Turquia). As condições dos financiamentos concedidos podem ser idênticas às dos empréstimos concedidos nos Estados membros da UE, ainda que não se incluam no propósito redistributivo directo da política comunitária.

Podem ser introduzidas condições mais favoráveis nos países com menor capacidade económica, tais como períodos de carência acrescidos e maturidades mais longas. O principal objectivo

estruturante desta intervenção do Banco é a convergência destes países para as exigências impostas pelo Direito Comunitário e pela integração económica.

O cumprimento dos critérios de adesão obriga assim à realização atempada de determinados investimentos em sectores como os de ambiente, energia, saúde, comunicações e transportes. Esses mesmos projectos são, muito em particular, elegíveis para o financiamento do BEI, que, em muitos casos, se agrega às IFI's anteriormente presentes nesses mercados, de que o exemplo mais evidente é a constituição da parceria WBIF.

Deve ainda referir-se que a iminência da adesão à União Europeia diferencia a disponibilização de fundos aos vários países candidatos, tendo em vista a transição gradual para a situação de financiamento pleno pós-adesão, conjugada com uma muito maior dotação de fundos comunitários. Geralmente, esta transição coincide com a cessação do estatuto de país beneficiário de outras IFI's.

- *Project Loans* no quadro da Política de Vizinhança da UE

A aplicação de *Project Loans* a Estados não pertencentes à União Europeia alarga-se ainda aos países abrangidos pela política de vizinhança da União. Esta intervenção tende a ser, em cada país, menos alargada que a que o Banco realiza em cada um dos países candidatos, para o que contribui uma maior dispersão da área geográfica elegível para estes apoios. Entre as regiões abrangidas contam-se a Europa Oriental, a Ásia Ocidental, o Norte de África e o Médio Oriente.

- Mecanismos sem garantia soberana:

- Participações de capital

Este mecanismo de financiamento permite o alargamento da actividade do Banco ao sector privado e, em particular, a fundos e empresas privadas dos sectores de infra-estruturas (em particular de infra-estrutura urbana ou energética) e a pequenas e médias empresas, de forma mais abrangente.

Esta actividade é ainda muito diversificada do ponto de vista regional, sendo uma proporção significativa destes investimentos realizada fora dos países destinatários das políticas da UE – nomeadamente nos países ACP e na América Latina.

Mais especificamente, deve destacar-se a gestão de uma parte relevante deste portefólio através do programa *JEREMIE*, que providencia uma oferta de instrumentos financeiros complementares a pequenas e médias empresas.

- Empréstimos em regime *corporate*

A concessão de financiamentos ao sector privado pode tomar a forma de empréstimos sem garantia soberana, que, na sua forma mais simples, são atribuídos a sociedades com actividade abrangente, que não se limite ao projecto financiado, estando assim implicado o conjunto de activos da entidade financiada. Este tipo de financiamentos requiere habitualmente, com efeito, garantias reais de valor significativo.

No contexto dos sectores de infra-estruturas (e, em particular, da água), é frequente a sua atribuição a projectos administrados através de parcerias público-privadas.

- Empréstimos em regime de *project finance*

Este mecanismo de financiamento distingue-se do anterior pela adopção de um modelo de financiamento de *project finance*, sem recurso a outros activos não incluídos no projecto. A complexidade destes contratos de financiamento, frequentemente ligados a concessões a empresas privadas, é detalhada no subcapítulo III.1.

- Outros mecanismos de financiamento

Existe ainda um conjunto amplo de outros mecanismos de financiamento, em que se incluem garantias de crédito concedidas a *project loans* de outras entidades e, em especial, a empréstimos em regime de *project finance* e a emissões de *project bonds*, assim como empréstimos subordinados concedidos ao sector privado.

f) Corporação Andina de Fomento

A CAF financia projectos em diversos sectores com diferentes mecanismos de financiamento. No caso do sector da água, destacamos o mecanismo de financiamento utilizado:

- *Programa de Apoyo a Gobiernos Municipales en Brasil (PRAM)*

Este mecanismo de financiamento destina-se a empréstimos de escala geralmente reduzida e, em todos os casos, inferiores a 100 milhões de euros. Os empréstimos têm estatuto de senioridade e são garantidos pelo Estado Federal do Brasil.

As taxas de juro são indexadas à Libor a 6 meses e os financiamentos denominados em dólares. Os *spreads* aplicados podem atingir valores superiores a 2%. Os prazos de reembolso podem ser significativamente mais curtos que na generalidade dos empréstimos seniores ao desenvolvimento, da ordem dos 10-15 anos.

3. Case Studies

Projectos em Marrocos

Caso I

Os dois casos apresentados relevam características detalhadas dos financiamentos do AfDB, que podem diferir significativamente entre si quanto ao objecto do financiamento (redes e sistemas, infra-estruturas específicas) e à proporção do investimento financiada. Estes são de perfil idêntico aos financiamentos atribuídos pelo Banco Mundial.

Nome do projecto: Approvisionnement en eau de la Région de Marrakech	
Entidade financiada: ONEE – Office National de l'Eau Potable et de l'Électricité	
Instituições financiadoras:	Banco Africano de Desenvolvimento
Montante total financiado:	212,1 milhões de Direitos de Saque Especiais
% Fundos aportados pela IFI:	57,6% (122,2 milhões de Direitos de Saque Especiais)
% de Fundos atribuída ao sector da água:	100%
% de Fundos atribuída ao sector do saneamento:	0%
Mecanismo(s) de financiamento:	Enhanced Variable Rate Loan (Prêt à Marge Variable Améliorée)
Notas sobre o modelo de financiamento:	Empréstimo sénior garantido pelo Estado de Marrocos. TIR económica de 10,7% no Caso Base. TIR de projecto de 7,1%;
Outros sectores abrangidos:	Não aplicável.
Descrição do Projecto:	O projecto visa incrementar a fiabilidade do fornecimento de água à área metropolitana Marrakech, nas vertentes de consumo doméstico e industrial, pressupondo o investimento na remodelação e na expansão da rede de abastecimento e no reforço da captação de uma barragem.
Data de aprovação:	11/2012
Fase de execução actual:	Implementação (2013-2018)
Prazo:	Não disponível.
Período de carência:	5 anos, o período de desembolso do empréstimo.
Taxa de Juro:	Indexada à Euribor para componente em euros (80%) e à Libor para componente em dólares (20%). Spread de 0,6%.
Garantias:	O Estado de Marrocos garante o valor do empréstimo.
Outros encargos:	Não disponível.

Caso II

Nome do projecto: Renforcement de l'AEP de la zone cotière Rabat - Casablanca	
Entidade financiada: ONEP – Office National de l'Eau Potable	
Instituição financiadora:	Banco Africano de Desenvolvimento
Montante total financiado:	221,3 milhões de dólares
% Fundos aportados pela IFI:	81,1% (179,6 milhões de Direitos de Saque Especiais)
% de Fundos atribuída ao sector da água:	100%
% de Fundos atribuída ao sector do saneamento:	0%
Mecanismo(s) de financiamento:	Enhanced Variable Rate Loan (Prêt à Marge Variable Améliorée)
Notas sobre o modelo de financiamento:	Empréstimo sénior garantido pelo Estado de Marrocos. TIR económica de 16,8% no Caso Base. TIR de projecto de 10,7%;
Outros sectores abrangidos:	Não aplicável.
Descrição do Projecto:	O projecto prevê a construção de uma estação elevatória e de uma estação de tratamento, além de investimento nas redes de abastecimento de água. Todas estas actividades se situam no eixo Rabat – Casablanca.
Data de aprovação:	5/2010
Fase de execução actual:	Implementação (prevista até final de 2013)
Prazo:	20 anos a partir do início do desembolso.
Período de carência:	5 anos. Termina seis meses após o período de desembolso.
Taxa de Juro:	Indexada à Euribor para componente em euros (80%) e à Libor para componente em dólares (20%). <i>Spread</i> de 0,4%.
Garantias:	O Estado de Marrocos garante o valor do empréstimo.

Projectos em Moçambique

Caso III

Os seguintes dois casos ilustram financiamentos do ADF atribuídos directamente ao Estado Moçambicano, com isenções de juros e finalidades claramente distintas. Inclui-se neste conjunto um projecto visando o desenvolvimento institucional do sector, por oposição ao investimento na construção ou requalificação de infra-estruturas.

Nome do projecto: Massingir DAM Emergency Rehabilitation Project	
Entidade financiada: Estado	
Instituição financiadora:	Fundo Africano de Desenvolvimento
Montante total financiado:	18,13 milhões de Direitos de Saque Especiais (SDR)
% Fundos aportados pela IFI:	100% (18,13 milhões de Direitos de Saque Especiais)
% de Fundos atribuída ao sector da água:	100%
% de Fundos atribuída ao sector do saneamento:	0%
Mecanismo(s) de financiamento:	Fundo de Desenvolvimento Africano - Empréstimo
Notas sobre o modelo de financiamento:	Empréstimo concessional. Ainda que seja executado pela agência ARA-Sul, que resulta de uma parceria pública, o financiamento é directamente inscrito no Orçamento de Estado da República de Moçambique.
Outros sectores abrangidos:	Não aplicável.
Descrição do Projecto:	O financiamento destina-se à reparação da barragem de Massingir que, como resultado de uma ruptura ocorrida em 2008, tem a sua capacidade de captação extensamente diminuída (a cerca de 55%).
Data de aprovação:	9/2013
Fase de execução actual:	Implementação (até ao final de 2017)
Prazo:	50 anos
Período de carência:	10 anos
Taxa de Juro:	0%
Garantias:	Estado de Moçambique
Outros custos:	Comissão de montagem de 0,75% sobre o valor contratado. Comissão de imobilização de 0,5% aplicável a partir dos 120 dias de vigência do contrato.

Caso IV

Nome do projecto: Niassa Provincial Towns Water and Sanitation	
Entidade financiada: Estado	
Instituição financiadora:	Fundo Africano de Desenvolvimento
Montante total financiado:	20 milhões de Direitos de Saque Especiais (1ª fase)
% Fundos aportados pela IFI:	90% (18 milhões de Direitos de Saque Especiais)
Mecanismo(s) de financiamento:	Fundo Africano de Desenvolvimento - Empréstimo
Notas sobre o modelo de financiamento:	Empréstimo concessional. Ainda que seja executado pela agência ARA-Sul, que resulta de uma parceria pública, o financiamento é directamente inscrito no Orçamento de Estado da República de Moçambique. TIR de projecto de 5%, TIR económica de 14% no Caso Base.
Outros sectores abrangidos:	Resíduos sólidos (desenvolvimento institucional)
Descrição do Projecto:	O projecto pretende beneficiar as povoações de Cuamba e Lichinga, num total de 200 mil habitantes. Está prevista a remodelação e a construção das redes locais de água e saneamento, assim como o financiamento de acções de educação ambiental e o desenvolvimento das práticas comerciais do sector.
Data de aprovação:	4/2009
Fase de execução actual:	Implementação (até final de 2013)
Prazo:	50 anos
Período de carência:	10 anos
Taxa de Juro:	0%
Garantias:	Estado de Moçambique
Outros custos:	Comissão de montagem de 0,75% sobre o valor contratado. Comissão de imobilização de 0,5%.

Projectos no Brasil

Caso V

Os sete casos apresentados incluem projectos do Banco Mundial (também presente nos mercados africanos), do IADB e da CAF, abrangendo diversos modelos de financiamento (ver capítulo III), beneficiando entidades públicas de três níveis hierárquicos (federal, estadual, municipal) e ainda uma entidade com participação de capitais privados, a Sabesp.

Nome do projecto: BR APL Integrated Water Management in Metropolitan São Paulo	
Entidade financiada: Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, Municípios do Estado de São Paulo	
Instituição financiadora:	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
Montante financiado:	233,5 milhões de dólares
% Fundos aportados pela IFI:	44,3% (104 milhões de dólares)
Fundos atribuídos aos sectores estudados:	108,54 milhões de dólares
Mecanismo(s) de financiamento:	Adaptable Program Loan
Notas sobre o modelo de financiamento:	Empréstimo, sem características concessionais, cujas condições são definidas ao longo do seu período de desembolso, de acordo com o cumprimento de metas e o accionamento de <i>triggers</i> , numa lógica de Dívida Estruturada.
Outros sectores abrangidos:	Protecção ambiental, resíduos sólidos, urbanismo, instituições.
Descrição do Projecto:	Um dos principais objectivos do projecto é a melhoria da qualidade da água de algumas bacias fluviais do Estado, com destaque para a despoluição de reservatórios e a melhoria do tratamento de águas residuais.
Data de aprovação:	7/2009
Fase de execução actual:	Implementação (até 9/2015)
Prazo:	Contingente.
Taxa de Juro:	0,31%-1,55% (est.). Sujeita a regras de contingência.
Garantias:	Estado Federal.
Outros custos:	Comissão de montagem de 0,25%.

Caso VI

Nome do projecto: BR Pernambuco Sustainable Water	
Entidade financiada: Estado do Pernambuco	
Instituição financiadora:	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
Montante financiado:	410 milhões de dólares
% Fundos aportados pela IFI:	46,3% (190 milhões de dólares)
% de Fundos atribuída ao sector da água:	40-50%
% de Fundos atribuída ao sector do saneamento:	40-50%
Mecanismo(s) de financiamento:	Specific Investment Loan
Notas sobre o modelo de financiamento:	Empréstimo sénior, com <i>pricing</i> de lógica não deficitária, dividido em numerosas tranches, com aplicações em locais geograficamente distintos.
Outros sectores abrangidos:	Não aplicável.
Descrição do Projecto:	O projecto inclui uma componente de fortalecimento institucional dos serviços de água e saneamento prestados em todo o território do Estado. Acresce-lhe o propósito de melhorar o desempenho financeiro dos mesmos serviços e, por fim, a expansão das redes na bacia do rio Capibaribe, tendo em vida as necessidades presentes e futuras – sobretudo respeitantes à qualidade da água e à continuidade do serviço.
Data de aprovação:	1/2010
Fase de execução actual:	Implementação (até 11/15)
Taxa de Juro:	3,65% (est.)
Garantias:	Estado Federal
Outros custos:	Comissão de montagem até 0,75% Comissão de imobilização também prevista.

Caso VII

Nome do projecto: Program of Environmental Sanitation of CAESB – Phase 1	
Entidade financiada: Companhia de Águas e Esgotos de Brasília	
Instituição financiadora:	Banco Inter-americano de Desenvolvimento
Montante financiado:	286,3 milhões de dólares
% Fundos aportados pela IFI:	59,7% (170,8 milhões de dólares)
% de Fundos atribuída ao sector da água:	40-50% (est.)
% de Fundos atribuída ao sector do saneamento:	40-50% (est.)
Mecanismo(s) de financiamento:	Investment Loan
Notas sobre o modelo de financiamento:	Empréstimo sénior, com <i>pricing</i> de lógica não deficitária.
Outros sectores abrangidos:	Não aplicável.
Descrição do Projecto:	Esta operação dirige-se à realização de obras nas redes adutora e relectora, em estações elevatórias e estações de tratamento. Uma componente institucional, incluindo aspectos de comunicação, eficiência energética e <i>governance</i> .
Data de aprovação:	5/2010
Fase de execução actual:	Preparação
Prazo:	25 anos
Período de carência:	De 5 anos, corresponde ao período de carência.
Taxa de Juro:	Indexada à Libor.
Garantias:	Estado Federal
Outros custos:	Comissão de montagem até 0,75% Comissão de imobilização também prevista.

Caso VIII

Nome do projecto: Environmental Sanitation Program for Ipojuca Basin	
Entidade financiada: Estado de Pernambuco	
Instituição financiadora:	Banco Inter-americano de Desenvolvimento
Montante financiado:	333 milhões de dólares
% Fundos aportados pela IFI:	47,5% (200 milhões de dólares)
% de Fundos atribuída ao sector da água:	0%
% de Fundos atribuída ao sector do saneamento:	100%
Mecanismo(s) de financiamento:	Flexible Financing Facility
Notas sobre o modelo de financiamento:	Empréstimo sénior, que admite que o credor desencadeie a renegociação do plano de reembolso e de algumas condições, em função da execução do projecto.
Outros sectores abrangidos:	
Descrição do Projecto:	O projecto visa uma notável melhoria do saneamento nas regiões da bacia do Rio Ipojuca, no contexto de um incremento significativo do seu caudal, decorrente de obras de ligação a um outro eixo fluvial, para melhor abastecimento das populações. Prevê-se o investimento em redes e estações de tratamento, além da requalificação ambiental do seu leito e do fortalecimento institucional da empresa prestadora do serviço (COMPESA).
Ano de aprovação:	12/2012
Fase de execução actual:	Aprovado
Prazo:	24 anos
Período de carência:	6,5 anos (termina 6 meses após o período de desembolso)
Taxa de Juro:	Variável, indexada à Libor.
Garantias:	Estado Federal
Outros custos:	Comissão de montagem até 0,75% Comissão de imobilização também prevista.

Caso IX

Nome do projecto: Tietê River Cleanup Program, Stage III	
Entidade financiada: Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp)	
Instituição financiadora:	Banco Inter-americano de Desenvolvimento
Montante financiado:	800 milhões de dólares
% Fundos aportados pela IFI:	75% (600 milhões de dólares)
% de Fundos atribuída ao sector da água:	0%
% de Fundos atribuída ao sector do saneamento:	100%
Mecanismo(s) de financiamento:	Specific Investment Operation
Notas sobre o modelo de financiamento:	Empréstimo sénior, com características próprias, que incluem uma bonificação significativa na taxa de juro.
Outros sectores abrangidos:	Não aplicável.
Descrição do Projecto:	O programa visa a limpeza do Rio Tietê, afectado por um problema de contaminação de longo termo. Ao nível de actividades financiadas, realçam-se tipologias institucionais e de obras. Nas últimas inclui-se a descontaminação propriamente dita e a criação das infra-estruturas de saneamento que permitam a melhoria da qualidade da sua bacia, no contexto de uma forte concentração populacional.
Data de aprovação:	9/2010
Fase de execução actual:	Implementação
Prazo:	25 anos
Período de carência:	6 anos, corresponde ao período de desembolso
Taxa de Juro:	Libor.
Garantias:	Estado Federal
Outros custos:	Comissão de montagem até 0,75% Comissão de imobilização também prevista.

Caso X

Nome do projecto: Social and Environmental Program for the Igarapés in Manaus PROSAMIN	
Entidade financiada: Estado de Amazonas	
Instituição financiadora:	Banco Inter-americano de Desenvolvimento
Montante financiado:	200 milhões de dólares 110 milhões de dólares – financiamento adicional
% Fundos aportados pela IFI:	70% (140 milhões de dólares) 70% (77 milhões de dólares) – financiamento adicional
Mecanismo(s) de financiamento:	Specific Investment Operation
Notas sobre o modelo de financiamento:	Empréstimo sénior, com características próprias, que incluem uma bonificação significativa na taxa de juro.
Outros sectores abrangidos:	Urbanismo, controlo de inundações
Descrição do Projecto:	Trata-se de uma linha de financiamento adicional, que pretende suprir necessidades adicionais de financiamento geradas pelas variações cambiais e por despesas e obras adicionais. O projecto, iniciado em 2005, destina-se a desenvolver o planeamento urbanístico e a preservação ambiental das zonas de igarapés da área urbana de Manaus. Nesse sentido, existe uma componente operacional relevante de saneamento e drenagem.
Data de aprovação:	9/2009 (empréstimo original executado a partir de 2005)
Fase de execução actual:	Implementação
Prazo:	25 anos
Período de carência:	3 anos, correspondente ao período de desembolso
Taxa de Juro:	Libor
Garantias:	Estado Federal
Outros custos:	Comissão de montagem até 0,75% Comissão de imobilização também prevista.

Caso XI

Nome do projecto: Programa de infra-estrutura urbana e de protecção de reas naturales de Hortolândia	
Entidade financiada: Município de Hortolândia	
Instituição financiadora:	Corporación Andina de Fomento
Montante financiado:	44,2 milhões de dólares
% Fundos aportados pela IFI:	50% (22,1 milhões de dólares)
Mecanismo(s) de financiamento:	Programa de Apoyo a Gobiernos Municipales en Brasil
Notas sobre o modelo de financiamento:	Empréstimo sénior, com custos de financiamento relevantes
Outros sectores abrangidos:	Infra-estruturas rodoviárias urbanas
Descrição do Projecto:	O projecto visa o financiamento de diversas acções de infra-estruturação na área urbana de Hortolândia, na proximidade do rio Jacuba. Uma das componentes do programa diz respeito à qualidade ambiental desse mesmo rio e à construção de zonas de contenção no seu leito.
Data de aprovação:	12/2010
Fase de execução actual:	Implementação
Prazo:	12 anos
Período de carência:	3,5 anos (terminando seis meses após o período de desembolso)
Taxa de Juro:	Libor + spread de 2,35%
Garantias:	Estado Federal
Outros custos:	Comissão de montagem: 0,75% Comissão de imobilização: 0,25%

Projectos na Polónia

Caso XII

Os dois casos descritos no mercado polaco reflectem a intervenção extensa do BEI e do EBRD neste país. O primeiro destes projectos destaca-se por envolver a intervenção simultânea das duas instituições e por ser um projecto com múltiplas actividades e fontes de financiamento.

Nome do projecto: Wroclaw Multi-sector Municipal Infrastructure Project	
Entidade financiada: Município de Wroclaw	
Instituições financiadoras:	Banco Europeu de Investimento Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento
Montante financiado:	90,4 milhões de euros (componente de água e de resíduos sólidos) 483 milhões de euros (total)
% Fundos aportados pela IFI:	33,4% da componente de água e saneamento (30,2 milhões de euros), pelo EBRD. 20% (97 milhões de euros) do valor total, pelo BEI.
% de Fundos atribuída aos sectores estudados:	Até 18,7% do valor total.
Mecanismo(s) de financiamento:	Empréstimo: infra-estrutura municipal e ambiental (EBRD). Empréstimo a Estado-membros da UE. Project Loan (BEI).
Notas sobre o modelo de financiamento:	Empréstimo sénior
Outros sectores abrangidos:	Energia, urbanização, rodovias urbanas.
Descrição do Projecto:	O projecto concerne ao desenvolvimento de um conjunto de infra-estruturas na cidade de Wroclaw, onde se incluem actividades de alta e baixa nos sectores de água e saneamento.
Ano de aprovação:	2000
Fase de execução actual:	Concluído
Garantias:	Estado da Polónia

Caso XIII

Nome do projecto: Warsaw Sewage System Modernisation	
Entidade financiada: MPWiK Warsaw	
Instituição financiadora:	Banco Europeu de Investimento
Montante financiado:	950 milhões de euros
% Fundos aportados pela IFI:	31,6% (300 milhões de euros)
Mecanismo(s) de financiamento:	Empréstimo a Estado-membros da UE. Project Loan.
Notas sobre o modelo de financiamento:	Empréstimo sénior, concedido a uma concessionária municipal, no quadro de uma parceria pública. Financiamento garantido pelo Município de Varsóvia. titular do sistema e pelo Estado da Polónia.
Outros sectores abrangidos:	Não aplicável.
Descrição do Projecto:	O projecto pretende contribuir para uma melhor qualidade na drenagem e no tratamento de águas residuais em Varsóvia, tendo em vista a melhoria da qualidade ambiental do rio Wisla. Estas acções inserem-se num quadro de incumprimento das normas comunitárias de qualidade ambiental nas bacias fluviais do país.
Data de aprovação:	12/2008
Fase de execução actual:	Implementação
Garantias:	Estado da Polónia

Projectos na Croácia

Caso XIV

Os três projectos referidos no conjunto de casos do mercado croata envolvem o EBRD, que se assume como a principal instituição financeira multilateral presente no país. Realça-se ainda a participação do KfW, no quadro da parceria WBIF, no terceiro caso. Este Banco é a instituição mais interventiva ao nível da cooperação bilateral nos Balcãs.

No que respeita aos modelos de financiamento, o segundo projecto destaca-se pelo recurso a uma emissão de obrigações e o terceiro por ser operado através de uma parceria público-privada, recorrendo a um modelo de financiamento sem garantia soberana.

Nome do projecto: Sisak Wastewater Management Project	
Entidade financiada: Sisacky Vodovod, d.o.o	
Instituição financiadora:	Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento
Montante financiado:	30,3 milhões de euros
% Fundos aportados pela IFI:	36,3% (11 milhões de euros)
% Fundos para o sector da água:	0%
% Fundos para o sector do saneamento:	100%
Mecanismo(s) de financiamento:	Empréstimo: infra-estrutura municipal e ambiental
Notas sobre o modelo de financiamento:	Empréstimo, concedido no quadro do WBIF ⁸³ , acrescido de um subsídio comunitário (15 M€)
Outros sectores abrangidos:	Não aplicável.
Descrição do Projecto:	O projecto visa a expansão e o melhoramento da rede de saneamento da cidade de Sisak, assim como a construção de uma ETAR, tendo em vista a melhoria da qualidade ambiental do rio Danúbio.
Data de aprovação:	6/2009
Fase de execução actual:	Implementação
Garantias:	Estado da Croácia

Caso XV

Nome do projecto: Zagreb Holding Water and Sewer Investment Project	
Entidade financiada: Sisacky Vodovod, d.o.o	
Instituição financiadora:	Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento
Montante financiado:	est. 260 milhões de euros (uma parte desse custo devendo ser suportados em coroas croatas)
% Fundos aportados pela IFI:	a definir
Mecanismo(s) de financiamento:	Investimento em títulos que, excepcionalmente, assume carácter operacional.
Notas sobre o modelo de financiamento:	Empréstimo obrigacionista, também subscrito por entidades privadas. O EBRD assumiu, antecipadamente, o compromisso de ser um dos subscritores da emissão.
Outros sectores abrangidos:	Não aplicável.
Descrição do Projecto:	O projecto visa a expansão e a melhoria das redes de abastecimento de água e saneamento da área metropolitana de Zagreb. Assegurando-se uma parte significativa das necessidades de investimento em capital fixo da concessionária até 2016, procura-se, pelo envolvimento de capitais privados, preparar o financiamento sustentável de investimentos futuros.
Data de aprovação:	8/2012
Fase de execução actual:	Implementação

Caso XVI

Nome do projecto: Zagreb Waste Water Treatment Plant + BOT-increase of the loan	
Entidade financiada: Zagrebacke Otpadne Vode d.o.o	
Instituições financiadoras:	Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento Kreditanstalt für Wiederaufbau (Instituto de Reconstrução e Crédito - KfW)
Montante financiado:	250 milhões de euros (299 milhões de euros segundo estimativa do concedente)
% Fundos aportados pela IFI:	EBRD: 55,32 M€ (22,13%) de financiamento inicial (total de 180 M€) 15,31 M€ (6,12%) de financiamento adicional KfW: 105 M€ (42%)
% de Fundos atribuída ao sector da água:	0%
% de Fundos atribuída ao sector do saneamento:	100%
Mecanismo(s) de financiamento:	Empréstimos em regime BOT.
Notas sobre o modelo de financiamento:	Parceria Público-privada, em regime de <i>Build Operate Transfer</i> , estabelecida entre o Município de Zagreb e a concessionária, detida indirectamente pela empresa alemã RWE AG. A concessão tem a duração de 28 anos. Além do empréstimo adicional contratado, o concedente teve de assumir encargos financeiros adicionais, em virtude de aumento dos custos do projecto.
Outros sectores abrangidos:	Não aplicável.
Descrição do Projecto:	Além da construção de uma ETAR para a área metropolitana de Zagreb, o projecto inclui o enterramento de um canal situado na periferia da cidade, entre outras acções visando a melhoria da qualidade ambiental da região, no que se refere ao impacto das águas residuais, e em particular à do rio Sava.
Data de aprovação:	11/2005 (o financiamento inicial foi contratado em 2001)
Fase de execução actual:	Implementação

Caso XVII

Por fim, destacamos um caso de financiamento directo a uma empresa privada, não consignado a uma concessão específica. É um projecto transnacional, que envolve modelos de financiamento de dívida subordinada e participações de capital, assim se distinguindo dos restantes casos apresentados. A instituição envolvida, a IFC, é, juntamente com o EBRD, aquela que maior preponderância tem na utilização destes instrumentos nos mercados-alvo.

Nome do projecto: Veolia AMI	
Entidade financiada: Veolia Water Mena	
Instituição financiadora:	Corporação Financeira Internacional
Montante financiado:	60 milhões de euros
% Fundos aportados pela IFI:	41,7% (25 milhões de euros) em capital próprio 68,3% (35 milhões de euros) em garantias
Notas sobre o modelo de financiamento:	Garantia parcial de crédito sobre um empréstimo a sindicar entre bancos comerciais privados. Subscrição de acções ordinárias, prefigurando uma participação de 13,89%.
Outros sectores abrangidos:	Electricidade, gestão de resíduos industriais, gestão de resíduos sólidos.
Descrição do Projecto:	O âmbito do projecto é genérico, devendo com maior rigor qualificar-se da actividade de uma empresa internacional, que opera no abastecimento de água e na provisão de outros serviços utilitários em países menos desenvolvidos. Além de actividades em outros países (Gabão, Israel, Índia, Omã, Níger, Namíbia), estão contemplados contratos de concessão em Marrocos (Rabat – 100%, Tânger – 72% e Tétouan – 72%) e a gestão de uma unidade de dessulfuração <i>offshore</i> em Angola. Os modelos de operação incluem concessões e contratos de gestão.
Data de aprovação:	5/2006
Fase de execução actual:	Implementação

IV. RECOMENDAÇÕES PRÁTICAS QUANTO A ESTRATÉGIAS DE ACESSO A PROJECTOS FINANCIADOS PELAS IFI SELECIONADAS – EMPREITADAS, FORNECIMENTO DE BENS, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

1. Aspectos gerais

No quadro da prospecção de oportunidades de negócio na contratação de empreitadas, bens e serviços nos mercados-alvo, destacam-se os projectos financiados pelas IFI's. É essencial a aquisição de conhecimento acerca das instituições financeiras internacionais e das políticas de cooperação dos principais doadores, no que respeita à sua influência nos processos de contratação.

Tratando-se geralmente de concursos internacionais, com garantias de pagamento atempado pelas Instituições Financeiras Internacionais, são, no entanto, muitas vezes geridos e monitorizados pelas estruturas institucionais próprias dos países, em especial quando for razoável a qualidade das suas instituições. Assim se prossegue, idealmente, o cumprimento da Declaração de Paris.

Essa situação coloca estas questões numa zona indefinida entre o ordenamento legal e o sistema jurídico dos Estados e os protocolos ou memorandos que esses mesmos países assinam com as Instituições financiadoras, remetendo para os princípios e regras das mesmas. Em consonância, as IFI's aconselham geralmente que os litígios que as envolvam em matéria de contratação sejam dirimidos no quadro da arbitragem comercial internacional.

Ainda que existam pontos de convergência entre as práticas de diferentes regiões e projectos, resultantes de um processo de harmonização entre as principais IFI's, serão abordadas algumas especificidades respeitantes a instituições e, sobretudo a grandes sectores de contratação.

Na maioria dos processos regulados pelas IFI's, regista-se uma valorização acrescida dos parceiros locais. Este fenómeno é mais relevante em mercados suficientemente desenvolvidos, do ponto de vista técnico e económico. Além disso, esta preferência poderá ser reforçada pela existência de um enquadramento institucional condicente com a delegação completa do processo decisório nas autoridades locais.

Existem discrepâncias entre instituições multilaterais no que respeita à fracção do volume de negócio de assessorias concedido aos parceiros locais. O Banco Mundial poderá ser tido como exemplo de uma instituição com menor tendência para favorecer os Estados-membros não beneficiários, enquanto o EBRD poderá exemplificar a situação em que esses mesmos países têm maior competitividade no mercado de *procurement*.

Tem-se verificado ser reduzida a efectividade da participação em *trust funds* pela parte dos países desenvolvidos de menor expressão na maioria das IFI, quando esta não se materializa através de *tied funds*, sem prejuízo das vantagens que esta participação possa trazer aos níveis institucional e diplomático.

Tipicamente, a subcontratação concedida a empresas dos Estados-membros não beneficiários concentra-se num número reduzido de Estados, com forte preponderância financeira e decisória na organização.

É comum a contratação de entidades subsidiárias de empresas dos Estados-membros mais favorecidos, que estejam registadas localmente ou mesmo em outros países. Esta prática é por vezes associada à salvaguarda de uma imagem mais concorrencial das IFI, e torna menos conclusiva a interpretação de algumas estatísticas das IFI.

Os membros beneficiários das IFI com maiores ligações económicas a determinados membros mais desenvolvidos propiciam uma maior participação desses mesmos países na subcontratação, ainda que de

forma moderada e de acordo com a preponderância desse Estado. Este aspecto é geralmente conotado com a experiência de actividade local das empresas candidatas, um reconhecido critério de selecção.

A rejeição do potencial conflito de interesses entre os assessores e peritos envolvidos na preparação dos projectos e as entidades que os executam tem levado as IFI a procurar desenvolver procedimentos que diminuam a influência directa e indirecta destes assessores no desenlace dos concursos.

Em consonância com esta realidade, têm sido desenvolvidas diferentes estratégias pela parte dos principais doadores, muitos dos quais vêm privilegiando, em detrimento da constituição de *trust funds*, a participação em instrumentos especiais de financiamento abertos a diversos doadores (*multi-donor funds* e *umbrella facilities*). Esta divergência de estratégias estende-se ao grau de centralização das acções institucionais, que em muitos casos permite a assunção de maior protagonismo pelas embaixadas e representações locais.

A constituição de *Trust Funds* consignados à contratação de serviços de consultoria é uma prática comum entre os principais doadores internacionais no seio do Banco Mundial e dos bancos de desenvolvimento regionais.

Sem que este tipo de serviços defina por si só um campo de preferência nacional clara na actuação das IFI's, muito distinto da realidade dos demais subcontratos, estes fundos têm sido vistos como um seu bom meio de promoção, directa ou indirecta.

Um outro dado relevante a ter em consideração é a existência de fóruns de concertação diplomática no campo da política de cooperação de que Portugal não é membro, na medida em que reúnem alguns dos grandes doadores internacionais e, por vezes, das próprias instituições multilaterais.

A título de exemplo, refiram-se fóruns governamentais permanentes, como o G8, o G20, outras cimeiras de carácter não recorrente, como a Conferência de Monterrey e fóruns permanentes de concertação entre agências de cooperação nacionais, como o grupo de Utstein.

Ainda que se não se desvalorizar o mérito dos procedimentos impostos pelas instituições e o seu respeito da Declaração de Paris, compreende-se a necessidade acrescida de promover uma estratégia comercial pró-activa no âmbito dos fóruns empresariais promovidos pelas Instituições Financeiras, quando conjugada a um esforço diplomático relevante na constituição de missões empresariais.

Assim se consegue replicar a estratégia bem-sucedida seguida pelos principais Estados doadores, mesmo na ausência de uma presença institucional mais relevante na definição de prioridades transversais e na própria governação de cada uma das instituições.

2. Considerações específicas de *Procurement* relativas aos principais financiadores

2.1. Princípios convergentes

O conjunto de princípios regentes da política de contratação subscritos por um conjunto de instituições internacionais é substanciado por uma declaração de princípios e por diversos modelos que regem a estrutura dos documentos processuais de concurso, além de estatuírem diversas normas de regulação processual.

Este processo de harmonização abrange um conjunto de dez instituições, entre as quais se contam as sete que são destacadas neste guia (Banco Mundial, EBRD, BEI, IaDB, AfDB, CAF, IsDB), a que se juntam o Banco

Asiático para o Desenvolvimento, o Banco de Comércio e Desenvolvimento do Mar Negro, o Banco Caribenho de Desenvolvimento e o Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa.

Desde logo, foi estabelecido um consenso em torno de quatro princípios gerais, que devem referenciar a contratação:

- Economia/eficiência
- Igual informação e iguais oportunidades aos concorrentes
- Desenvolvimento da contratação doméstica e da contratação regional
- Transparência

Um dos princípios específicos aí consagrados é o da preferência nacional. Define-se uma margem de preferência de 7,5% a atribuir em igualdade de circunstâncias a propostas de subcontrato de origem local. Por outro lado, é permitida a admissão exclusiva de entidades dos Estados-membros, ou resultantes parcerias que as incluam – uma prática comum que, no caso de algumas IFI's, é de aplicação geral.

Este princípio tem uma aplicação mais sensível no que respeita aos contratos de fornecimentos de materiais e equipamento, uma vez que nestes casos se deve distinguir a origem do bem transaccionado, a origem dos seus componentes e o seu processo de fabrico, assim como a nacionalidade da entidade que o comercializa. Existem três configurações contempladas nas regras harmonizadas.

A primeira é a dos bens que tenham um conteúdo 30% nacional no que se refere a componentes e horas de trabalho e que tenham tido um processo final de fabrico ou montagem no país (categoria A). A segunda agrega os restantes bens fabricados localmente (categoria B) e a terceira inclui os bens importados (categoria C).

As ofertas das categorias A e B são prioritárias caso, em igualdade de circunstâncias, tenham um preço mais baixo. Já no caso de ser uma oferta da categoria C a reunir estas condições, deverá ser comparada com a oferta mais favorável da categoria A, aplicando-se a esta última, em igualdade de circunstâncias, uma penalização de 15%. Para todos os efeitos, o preço considerado para os bens importados (CIP) não inclui os direitos aduaneiros sobre o produto final.

Os contratos de objecto mais vasto e os que, em particular, reunirem diferentes funções no seio de um mesmo projecto deverão ser desagregados na aplicação dos critérios de preferência nacional. Além de se autorizar a separação das propostas em “infra-ofertas” para cada função, estatui-se que o valor dos bens e serviços de origem local deve ser tomado como um agregado separado, em todas as circunstâncias, para que as margens de preferência não incidam sobre outros montantes.

No que respeita aos requerimentos de transparência, realçam-se as referências ao tratamento igualitário e ao favorecimento de sistemas concursais de âmbito internacional, quando não existam motivos que justifiquem especificamente outras soluções.

Três tipos de critérios decisórios são destacados, podendo em cada situação ser utilizados de forma combinada ou isoladamente: o da qualidade, o da pontualidade e o do preço. Referem-se a um amplo espectro de subcontratos, incluindo serviços de consultoria e de assistência técnica, construção civil e equipamento, sem prejuízo de a sua aplicação seguir certas especificidades igualmente acordadas, que serão discutidas na secção iii).

São distinguidas categorias gerais de contratos, tipificados entre contratos de montante fixo (*lump-sum*), adoptando uma lógica de *price cap* e os contratos de remuneração garantida, em modelo de *cost plus*, que

aplicam uma margem fixa sobre o nível de custos justificadamente incorrido. Este último é apenas permitido em situações excepcionais, de elevado risco de execução.

Os modelos seguidos podem ser de índole diversa, incluindo os contratos completos, reunindo a preparação, a implementação e a gestão posterior dos projectos, conhecidos como de *turnkey*. Na sua componente de gestão, podem ser previstos modelos de concessão e de *Build Operate Transfer (BOT)*, assim como modelos com a contratação de diversas entidades num mesmo projecto.

Aí se inserem soluções que prevejam contratos de gestão ou de *Design Build Operate (DBO)*, podendo a dispersão de objectos contratuais abranger contratos de consultoria de preparação (técnicos, financeiros ou outros) e de implementação, de empreitada, de fornecimento de materiais e equipamentos e de exploração, entre outros.

Apenas no caso das soluções contratuais integradas se permite, por princípio, que a mesma entidade ou um conjunto de entidades relacionadas possam ser sujeitas de mais de uma dessas relações contratuais, tendo em vista a prevenção de conflitos de interesse. As mesmas soluções contratuais estão isentas da aplicação de margens de preferência doméstica.

Uma outra restrição diz respeito à participação de entidades de capital público ou forma jurídica de direito público que, de forma genérica, se considerem de insuficiente independência em relação aos governos dos Estados-membros. Para este efeito, verifica-se a prática de gestão das entidades analisadas e a sua independência financeira.

É ainda proibido o desenvolvimento de práticas de cartelização, mesmo nos casos em que seja consentida pela legislação aplicável. A este respeito existe um acordo de reconhecimento mútuo das sanções impostas pelas Instituições signatárias.

A selecção de consultores individuais é restringida a situações em que seja desnecessário o apoio de uma estrutura de assessoria deslocalizada e em que a experiência e as qualificações sejam um factor decisivo que se sobreponha aos requisitos de coordenação e responsabilidade colectiva pelos serviços contratados.

A violação destes princípios é susceptível de denúncia da parte dos concorrentes junto das IFI's e de detecção por parte das entidades financiadoras, em especial quando a gestão efectiva dos projectos for da responsabilidade da entidade promotora do projecto. Impende nessas circunstâncias sobre a entidade promotora o risco de declaração de *misprocurement*, susceptível de comprometer o financiamento do projecto, cuja continuidade, a ser possível, depende da nulidade dos procedimentos reprovados.

O departamento de informação pública das Nações Unidas tem-se constituído ao longo dos anos como um dos principais meios de divulgação das oportunidades de subcontratação das Instituições Financeiras Internacionais, através de uma base de dados (UNDB), que actualmente comporta informações de algumas das instituições analisadas neste relatório, designadamente o IBRD, o IADB, o AfDB, o EBRD, o IsDB e a MCC.

Geralmente, estas informações são seleccionadas de acordo com as regras de contratação das instituições, que aí as colocam obrigatoriamente nos casos previstos pelas suas orientações internas.

Nota final: A exigência de garantias é uma característica dominante da contratação de serviços em regime de empreitada, na prática das Instituições Multilaterais. Ainda assim, não existe uma prática harmonizada entre as IFI's nesta matéria, nem sequer uma regulação geral própria à prática de cada uma destas instituições. Constitui-se este fenómeno como um dos principais entraves ao acesso de empresas de menor dimensão a estes processos competitivos.

2.2. Características específicas por instituição

a) Banco Mundial

O valor total dos subcontratos relativos a projectos do IBRD foi em 2012 de cerca de 25 mil milhões de dólares⁸⁴, gerado a partir de um volume de empréstimos bancários de 35,2 mil milhões⁸⁵. A este valor acrescem as oportunidades geradas em projectos co-financiados pela IFC, correspondendo o valor destas contribuições, em geral minoritárias, a cerca de 15 mil milhões de dólares⁸⁶.

O valor do mercado de subcontratação afecto ao IBRD corresponde, de acordo com as estimativas, a cerca de 25% do total do mercado relativo às instituições financeiras internacionais. O valor individual destes contratos está enquadrado num intervalo amplo de 10 mil⁸⁷ a 600 milhões de dólares⁸⁸, ascendo o seu número a uma média da ordem de 100 mil contratos anuais.

A quota de contratos atribuída a empresas locais é bastante elevada, mesmo no contexto das instituições multilaterais, atingindo cerca de 70% do total. O Banco mostra-se particularmente empenhado na transparência dos seus procedimentos e na salvaguarda do pagamento pontual das obrigações decorrentes dos contratos, mesmo nas (frequentes) situações em que os mercados abrangidos e os clientes beneficiados não reúnem condições ideais de credibilidade.

É uma característica peculiar desta instituição financeira a disponibilização de informação muito detalhada sobre o histórico de projectos financiados e uma análise igualmente rica do seu portefólio passado e presente.

Embora existam diversas excepções, a maioria dos processos competitivos enquadra-se em critérios de *Quality and Cost Based Selection*, em que os critérios de qualidade e custo assumem proporções ajustadas em cada projecto.

A partir de um valor de 250 mil dólares⁸⁹, é prática da organização constituir uma comissão de avaliação e proceder à divulgação de uma *shortlist* de candidatos, repartindo assim o processo de selecção em duas fases, enquanto o ajuste directo se encontra direccionado para contratos de valor inferior a 50 mil dólares⁹⁰

Contacto

	Responsáveis a contactar:	Referência Institucional:	Endereços de contacto:	Telefones / Endereços electrónicos:
Procurement – contacto geral	Bryan Cook	Chief, Corporate Procurement Unit	MSN I 3-307 1818 H Street, NW Washington DC 20433	Tel (geral): (202) 473 11 18 Fax: (202) 522 20 88 Email: GProcurement@worldbank.org
Outros contactos	Nancy Bikondo-Omosa	Procurement Specialist – Procurement Policy and Services Group	1818 H Street, NW Washington, DC 20433	Tel: +1 202 458 4612 Fax: +1 202 522 3317 nbikindo@worldbank.org

⁸⁴ Cerca de 19.054,9 milhões de euros

⁸⁵ Cerca de 26.829,3 milhões de euros

⁸⁶ Cerca de 11.432,9 milhões de euros

⁸⁷ Cerca de 7.600 euros

⁸⁸ Cerca de 457,3 milhões de euros

⁸⁹ Cerca de 190.050 euros

⁹⁰ Cerca de 38.100 euros

b) Banco Africano de Desenvolvimento

No ano de 2011, foram celebrados 2421 subcontratos resultantes de processos competitivos regulados pelas práticas do Banco Africano de Desenvolvimento, no valor total de 2341 milhões de dólares⁹¹, reflectindo uma tendência de crescimento nos últimos anos. 79,5% desses contratos consistem em empreitadas, enquanto 12,6% dizem respeito a bens, materiais e equipamentos e 7,9% a serviços de consultoria.

Ainda que 92% desses vínculos contratuais tenham sido celebrados com parceiros regionais, estes concernem apenas a 45% do valor contratualizado. Os Estados-membros cujas empresas obtiveram um maior valor contratualizado foram, no que respeita às empreitadas, a China (531 milhões de dólares⁹²), a Tunísia, França, o Quénia e o Uganda. No que respeita à consultoria, as mesmas posições são ocupadas pelo Canadá (33 milhões⁹³), por França, pelo Quénia, pela Alemanha e pela Índia.

Já no que concerne ao fornecimento de bens, serviços e equipamentos, Portugal ocupou a quinta posição nesse ano, com 32 milhões de dólares⁹⁴, seguindo Itália (56 milhões⁹⁵), a Tunísia, a Índia e a Bélgica. Os contratos celebrados com empresas portuguesas respeitam sobretudo a empreitadas (79%), sendo de 20% a quota dos contratos de bens, materiais e equipamento.

Do ponto de vista sectorial, verifica-se que os sectores dos transportes (51,4%), da energia (18,6%) e dos serviços de água e saneamento (8,6%) perfazem cerca de 80% do valor contratado. No contexto dos processos de concurso internacional, a forma dominante de selecção dos parceiros contratuais (ver secção 3.1), é no mercado das empreitadas, o mais significativo em valor, que é mais acentuada a aplicação do critério de preferência nacional, pela maior competitividade das empresas regionais.

As tipologias de referência previstas são as de *International Competitive Bidding* (concurso público internacional) e *Limited Competitive Bidding*, que difere da anterior por envolver apenas entidades previamente seleccionadas (com diversidade internacional), que são, em exclusivo, notificadas do procedimento competitivo.

O procedimento de *National Competitive Bidding* é amplamente aplicado, quando se considere aceitável o argumento de que o concurso não suscite interesse de concorrentes estrangeiros. Por fim, procedimentos não competitivos, de ajuste directo (ou *shopping*, com consulta informal de várias empresas) estão reservados à renovação de contratos e a bens ou serviços que, pela sua natureza, tornem desvantajosa a contratação de uma outra entidade (por exemplo, por questões de compatibilidade).

No caso da contratação de consultores, existe uma classificação rígida de procedimentos quanto aos critérios utilizados, em que se incluem as categorias de selecção pela qualidade e selecção pelo custo, além das opções de selecção com orçamento fixo, que elimina o preço como critério diferenciador e a da selecção baseada na qualificação dos consultores, que constitui uma pré-restricção às empresas autorizadas a submeter propostas, de acordo com as qualificações dos seus colaboradores, aplicada a contratos de menor valor.

⁹¹ Cerca de 1784,3 milhões de euros

⁹² Cerca de 404,7 milhões de euros

⁹³ Cerca de 25,2 milhões de euros

⁹⁴ Cerca de 24,4 milhões de euros

⁹⁵ Cerca de 42,7 milhões de dólares

Está prevista a possibilidade de aplicar critérios de preferência nacional, dentro dos limites impostos pelos princípios gerais subscritos pelo AfDB em conjunto com outras IFI's.

Contacto

	Referência Institucional:	Endereços de contacto:	Telefones / Endereços electrónicos:
Procurement-contacto geral	Corporate Procurement services	B.P. 323 – 1002 Tunis Belvédère Tunisie.	Formulário web: http://www.afdb.org/en/projects-and-operations/procurement/projects-procurements-services-contacts/

c) Banco Interamericano de Desenvolvimento

Nos últimos anos, o número anual de subcontratos celebrados sob a chancela do IaDB foi de vinte a trinta mil.

O processo de contratação do IaDB engloba, sequencialmente, fases de preparação e revisão, uma aprovação pelo Conselho de Administração para valores potenciais superiores a 150 mil dólares⁹⁶ ou uma aprovação pelas divisões regionais, a execução (com gestão directa ou indirecta do projecto).

Frequentemente, esta é sujeita a monitorização e avaliação independente, designadamente nos projectos sujeitos à aprovação do Conselho de Administração. A escolha de candidatos por ajuste directo está de resto restrita, de forma geral, a projectos de reduzido valor contratual (tipicamente inferior a 30 mil dólares⁹⁷), enquanto a elaboração de listas restritas de pré-selecção é um processo padrão. Uma Comissão de Avaliação deverá ser especificamente constituída para projectos de valor mais elevado.

Um dos destaques mais relevantes consiste na semelhança de procedimentos entre os concursos internacionais (*International Competitive Bidding*) e nacionais (*National Competitive Bidding*), que requerem, para valores contratuais estimados superiores a 200 mil dólares⁹⁸, a publicação de uma nota com informação detalhada (*Specific Procurement Notice*), seja na plataforma UNDB, no caso dos procedimentos internacionais, ou numa publicação do país abrangido. Esta informação perde assim, necessariamente, qualquer cariz privilegiado.

Quando o Banco é, além de financiador, a entidade executora do projecto, o limite é reduzido para 50 mil euros, tratando-se de uma *Specific Procurement Notice*. Por outro lado, a publicação de uma nota geral sobre o projecto (*General Procurement Notice*) é obrigatória e deverá ocorrer num hiato de 30 dias a partir da aprovação do projecto.

A participação em processos competitivos encontra-se, por princípio, restringida a empresas dos Estados-membros. Por outro lado, é assumida uma preferência nacional pelas empresas locais, que, quando este critério não é de aplicação, tende a favorecer os concorrentes com experiência local ou alguma forma de parceria.

⁹⁶ Cerca de 114.300 euros.

⁹⁷ Cerca de 22.900 euros.

⁹⁸ Cerca de 152.400 euros.

É, nesse sentido, muito aconselhado o contacto com as agências locais de execução dos projectos, no momento da preparação das propostas. É no entanto restringida a prestação de serviços de assessoria na preparação dos projectos por parte das entidades concorrentes à sua execução.

Contacto

	Referência Institucional:	Endereços de contacto:	Telefones / Endereços electrónicos:
Procurement-contacto geral	Corporate Procurement Committee	1300 New York Avenue, N.W. Washington D.C.	Tel: (202) 623 14 67 Email: corprocurement@iadb.org

d) Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento

Segundo estimativas da própria organização, uma nova empresa concorrente à contratação do EBRD poderia entregar em média 10 a 12 manifestações de interesse até à obtenção do primeiro mandato junto do Banco.

Os escritórios locais empregam perto de metade dos colaboradores do Banco, o que implica uma significativa descentralização dos processos decisórios. São aconselhadas parcerias locais na participação em concursos do Banco; ainda assim, não é muito significativa a contratação local de serviços de assessoria e consultoria.

O Banco define, institucionalmente, a condução dos processos competitivos por uma sequência de etapas que prevê a clarificação conceptual do mandato colocado a concurso, a execução de duas revisões (a um documento de resumo e ao projecto apresentado), a aprovação, a assinatura do contrato e o desembolso das verbas envolvidas. O limiar acima do qual é, por norma, obrigatória a realização de um procedimento competitivo é de 75 mil euros.

Os serviços contratados incluem, ao nível da preparação dos projectos, a elaboração de estudos de viabilidade, a concepção de projectos e a realização de estudos de impacto ambiental. São actividades que se enquadram no apoio prestado pelo Banco aos seus clientes, a que se juntam outras funções tipicamente mais internalizadas, tais como o desenvolvimento institucional das entidades locais e a supervisão do projecto.

Os principais intervenientes nos processos de contratação do Banco são a equipa de cooperação técnica do Banco e os clientes, quando estes beneficiam directamente dos serviços contratados.

Dos 2764 subcontratos de consultoria concedidos em 2012, 10 foram concedidos a consultores portugueses, num montante total de cerca de 200 mil euros. O valor total dessas oportunidades de negócio foi de 168 milhões de euros.

Quanto aos critérios de selecção aplicáveis a estes serviços, existe uma tipologia definida, que se procura harmonizar com os procedimentos de outras IFI's. Aí se prevê a selecção baseada na qualidade, que exclui conceptualmente a consideração do preço. Esta solução pode ser aplicada em contratos inferiores a 300 mil euros ou que sejam de especial complexidade.

A contratação por ajuste directo é possível em contratos de montante inferior a 75 mil euros, ou ainda em situações excepcionais. Para valores inferiores a 300 mil euros, procede-se geralmente à abertura de um processo de concurso. Este é restringido a uma *shortlist* de concorrentes previamente seleccionada, cuja

dimensão típica é de três a seis empresas (excepcionalmente, pode ser de apenas uma). Apenas às empresas pré-seleccionadas é concedida a possibilidade de apresentar uma proposta técnica e financeira completa.

Acima desse último limiar, é obrigatória a avaliação de quaisquer propostas no quadro de um concurso público, regido por critérios de qualidade e preço das ofertas. Este é o processo de selecção aplicado à maior proporção do valor dos subcontratos do Banco, tendo uma magnitude comparável à da soma dos dois restantes métodos, cuja utilização concerne a valores contratuais semelhantes.

É entre o cliente e a entidade subcontratada que se estabelece o contrato de prestação de serviços, a cujo pagamento o Banco se compromete num prazo de 15 dias após a assinatura.

Em matéria de fornecimento de bens e de empreitadas, são aplicáveis procedimentos de concurso público em todos os processos de contratação que não reúnam características particulares. Entre as características de excepção, contam-se as situações de maior complexidade, onde se reserva a possibilidade de o promotor requerer a um conjunto de empresas a apresentação de ofertas, limitando-lhes esse processo competitivo.

Uma outra opção alternativa consiste na contratação por ajuste directo, que é aplicável a extensões de contratos já existentes, assim como a casos de impossibilidade comprovada de escolha de outros concorrentes ou de extrema urgência. As restantes opções incluem o concurso público local, de acordo com as normas administrativas locais, possibilitada a pequenos subcontratos e os procedimentos de compras simplificados, também para valores reduzidos.

Os concursos públicos são geralmente processos de uma só fase. No entanto, é frequente a utilização de um modelo em duas fases, prevendo, num primeiro momento, a apresentação de uma proposta técnica, sem menção de preço e a submissão das ofertas numa segunda fase, após o aperfeiçoamento das propostas, segundo indicações técnicas e comerciais do promotor. De forma geral, este processo respeita a subcontratos de âmbito alargado, de tipo *turnkey* ou com uma forte componente de inovação.

Os critérios de avaliação das propostas devem ser expressos em unidades monetárias, mesmo quando respeitem a aspectos qualitativos, de modo a poderem ser ponderados no quadro de uma decisão económica, ao menor custo – assim ajustado a outros critérios de decisão.

Em todos os processos, é plenamente a respeitada a liberdade de decisão do promotor do projecto, naquela que é a prática dominante de todas as principais IFI's (ver secção 3.1).

Certos aspectos competitivos são transversais a todos os procedimentos adoptados, tais como as exigências ao nível das línguas locais de trabalho e a vantagem tipicamente conferida aos concorrentes que contactem as entidades promotoras no momento de pré-anúncio dos projectos pelo Banco, previamente à abertura dos concursos.

Em certas situações, o Banco pode aceitar financiar actividades contratadas antes da aprovação do projecto, ainda que à data do lançamento do concurso não exista essa garantia.

Contacto

	Referência Institucional:	Endereços de contacto:	Telefones / Endereços electrónicos:
Procurement-contacto geral	Procurement Department	One Exchange Square London EC2A 2JN United Kingdom	Tel: + 44 20 7338 7598

Outros contactos	Senior Procurement Specialist		Tel: +44 20 7338 6219 Fax: +44 20 7338 7472 Email: plutzd@ebrd.com
-------------------------	-------------------------------	--	---

e) Banco Europeu de Investimento

Os processos de contratação do BEI são estruturados, na maioria dos casos, como processos abertos ou restritos de concurso público, negociados ou de diálogo competitivo.

Os processos abertos consistem num concurso público internacional aberto a todos os concorrentes, desde que eticamente qualificados (sem conflitos de interesses). Os processos restritos apoiam-se numa notificação dirigida a um conjunto (internacional) de concorrentes pré-seleccionados.

Os processos de diálogo competitivo permitem uma flexibilização da fase de apresentação de propostas, que é convertida num processo de diálogo entre os candidatos e o promotor, após a notificação pública do processo de contratação. É particularmente indicado a contratos de maior complexidade.

Os processos negociados prevêem a consulta de potenciais candidatos à escolha do promotor, de entre os quais um número reduzido de entidades são convidadas a negociar com o Banco (no limite apenas uma). Sem cariz imperativo, está previsto um objectivo de envolvimento de no mínimo três entidades de dois países diferentes nas negociações finais.

Os princípios gerais que presidem a estes processos são, de acordo com o Banco, os da equidade, transparência, não discriminação e abertura à concorrência internacional. Apesar da existência de opções preferenciais nesta actividade, são numerosos os aspectos de excepção que aí estão presentes, devendo ser justificada a sua utilização em cada processo.

Dada a particularidade do estatuto desta IFI, a legislação comunitária do âmbito do Direito Público é-lhe aplicável em todos os processos de contratação de empreitadas, fornecimentos ou serviços dirigidos a projectos no interior da União Europeia. Aí se incluem diversas directivas que regulam os procedimentos competitivos. Uma implicação imediata desta jurisdição é a publicação obrigatória dos procedimentos competitivos no Jornal Oficial da União Europeia.

Uma particularidade deste regime é a sua extensão obrigatória ao Poder concedente, no processo de escolha de uma empresa concessionária, no caso em que, em sentido amplo, o processo seja explorado em regime de Parceria Público-Privada (concessão, contrato de gestão ou outro modelo).

Fora da União Europeia não é aplicável o Direito Comunitário, ainda que seja procurado o seguimento dos seus princípios essenciais. Uma outra excepção relevante aos procedimentos de referência do Banco é a condução de procedimentos de contratação nacionais – competitivos ou de ajuste directo. Neste âmbito são apenas consideradas empresas locais (mesmo que de capital estrangeiro).

A sua aplicação está restrita a contratos de empreitada de valor inferior a 2 milhões de euros, a contratos de fornecimento de bens e prestação de serviços de valor inferior a 200, 400 ou 600 mil euros, de acordo

com certas tipologias⁹⁹. É ainda permitida, em todos os casos, a aplicação de uma margem de preferência de 15% ao preço dos fornecimentos de bens e serviços de conteúdo nacional.

De forma mais abrangente, podem ser aplicadas combinações de critérios de preço e qualidade na escolha final das candidaturas, a configurar a cada projecto, no respeito do princípio da maior eficiência económica.

f) Banco Islâmico de Desenvolvimento

O Banco Islâmico de Desenvolvimento não é signatário das regras gerais de contratação descritas no subcapítulo IV.1, não tendo, em matéria de Procurement, uma prática de abertura à concorrência internacional, em particular de entidades dos países não-membros da Organização para a Cooperação Islâmica.

⁹⁹ 400 mil euros é o limite aplicado a contratos de fornecimento de gás, água, electricidade e transportes. 600 mil euros é o limite aplicado a contratos de telecomunicações. Nos restantes casos, esse valor é de 200 mil euros.

ANEXOS

I - Lista dos países (exclusivamente) beneficiários do IBRD classificados como de “baixo” ou “médio rendimento”

África do Sul	Filipinas	Panamá
Albânia	Gabão	Paraguai
Argélia	Guatemala	Peru
Argentina	Indonésia	República Dominicana
Azerbaijão	Irão, República Islâmica	Roménia
Belize	Iraque	Sérvia
Bielorrússia	Jamaica	Seychelles
Botswana	Jordânia	Suriname
Brasil	Líbano	Suazilândia
Bulgária	Líbia	Síria, Republica Árabe
Cazaquistão	Macedónia, FYR	Tailândia
China	Malásia	Tunísia
Colômbia	Marrocos	Turquia
Costa Rica	Maurícias	Turquemenistão
El Salvador	México	Ucrânia
Egipto, República Árabe	Montenegro	Venezuela, RB
Equador	Namíbia	
Fiji	Palau	

II - Lista dos países beneficiários da IDA

Afeganistão	Haiti	Nicarágua
Angola	Honduras	Níger
Bangladesh	Iémen, República	Nigéria
Benim	Ilhas Marshall	República Centro-Africana
Burkina Faso	Ilhas Salomão	Ruanda
Burundi	Quênia	Samoa
Butão	Kiribati	São Tomé e Príncipe
Camarões	Kosovo	Senegal
Camboja	Quirguiz, República	Somália
Chade	Laos, RDP	Serra Leoa
Cômodos	Lesotho	Sudão do Sul
Congo, República Democrática	Libéria	Sudão
Congo, República	Madagáscar	Tajiquistão
Costa do Marfim	Malawi	Tanzânia
Djibouti	Maldivas	Togo
Eritreia	Mali	Tonga
Etiópia	Mauritânia	Tuvalu
Gâmbia, A	Micronésia, Estados Federados	Uganda
Gana	Moçambique	Vanuatu
Guiana	Moldávia	Zâmbia
Guiné	Myanmar	
Guiné-Bissau	Nepal	

III - Lista dos países beneficiários do IBRD e da IDA

Arménia	Grenada	Sri Lanka
Bolívia	Índia	Santa Lucia
Bósnia e Herzegovina	Mongólia	Timor-Leste
Cabo Verde	Paquistão	Usbequistão
Dominica	Papua Nova Guiné	Vietname
Geórgia	São Vicente e Granadinas	Zimbabué

IV - Lista dos países beneficiários do IBRD classificados como de “alto rendimento”

Antígua e Barbuda	Guiné Equatorial	São Cristóvão e Nevis
Chile	Polónia	Trindade e Tobago
Coreia, República	Rússia, Federação	Uruguai
Croácia		

V - Lista dos países beneficiários do ADF

Benim	Etiópia	Mauritânia
Burkina Faso	Gâmbia	Moçambique
Burundi	Gana	Níger
Cabo-Verde (em transição)	Guiné	Nigéria (c/ acesso ao AfDB)
Camarões	Guiné-Bissau	Quénia
Chade	Lesoto	República Centro-africana
Comores	Libéria	República do Congo
Costa do Marfim	Madagáscar	República Democrática do Congo
Djibouti	Malawi	Ruanda
Eritreia	Mali	

São Tomé e Príncipe	Sudão (sancionado)	Uganda
Somália (sancionado)	Sudão do Sul	Zâmbia
Senegal	Tanzânia	Zimbabué (sancionado)
Serra Leoa	Togo	

VI - Lista dos países beneficiários do AfDB

África do Sul	Guiné Equatorial	Namíbia
Angola	Gabão	Suazilândia
Argélia	Líbia	Seychelles
Botswana	Marrocos	Tunísia
Egipto	Maurícias	

VII - Lista dos países beneficiários do IADB

Argentina	El Salvador	Panamá
Bahamas	Equador	Paraguai
Barbados	Guatemala	Peru
Belize	Guiana	República Dominicana
Bolívia	Haiti	Suriname
Brasil	Honduras	Trindade e Tobago
Chile	Jamaica	Uruguai
Colômbia	México	Venezuela
Costa Rica	Nicarágua	

VIII - Lista dos países beneficiários do EBRD

Albânia	FYR Macedónia	Mongólia
Arménia	Geórgia	República Eslovaca
Azerbaijão	Hungria	Roménia
Bielorússia	Jordânia	Rússia
Bósnia e Herzegovina	Kosovo	Sérvia
Bulgária	Letónia	Tajiquistão
Cazaquistão	Lituânia	Tunísia
Croácia	Marrocos	Turquemenistão
Egipto	Moldávia	Turquia
Eslovénia	Montenegro	Ucrânia
Estónia	Polónia	Usbequistão

IX - Lista dos países beneficiários do IsDB

Afeganistão	Cazaquistão	Iémen
Arábia Saudita	Chade	Indonésia
Argélia	Comores	Iraque
Albânia	Costa do Marfim	Irão
Azerbaijão	Djibouti	Jordânia
Bahrein	Emirados Árabes Unidos	Kuwait
Bangladesh	Egipto	Líbano
Benim	Gabão	Líbia
Brunei	Gâmbia	Malásia
Burkina Faso	Guiana	Maldivas
Camarões	Guiné	Mali
Catar	Guiné-Bissau	Marrocos

Mauritânia	Quirguistão	Tajiquistão
Moçambique	Senegal	Togo
Níger	Serra Leoa	Tunísia
Nigéria	Síria (suspensão)	Turquemenistão
Omã	Somália	Turquia
Palestina	Sudão	Uganda
Paquistão	Suriname	Uzbequistão

X - Lista dos países beneficiários da CAF

Argentina	Costa Rica	Paraguai
Bolívia	Equador	Peru
Brasil	Jamaica	Trindade e Tobago
Chile	México	Venezuela
Colômbia	Panamá	Uruguai

